



ARQUIVO E MEMÓRIA DOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO



Organizadores
Dayane Garcia
Rita de Cássia Mendes Pereira

**Coleção: Arquivos e o direito à memória e à verdade.
Comunicações do 3º Seminário Internacional
o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos
Volume 1**

Dayane Garcia - Rita de Cássia Mendes Pereira
(Organizadores)

ARQUIVO E MEMÓRIA DOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO

Coleção: Arquivos e o direito à memória e à verdade.
Comunicações do 3º Seminário Internacional
o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos

Volume 1

São Paulo - Rio de Janeiro
2014

Copyright © Arquivo Nacional - Central Única dos Trabalhadores

Arquivo Nacional

Praça da República, 173 - 20211-350, Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Telefone: (21) 2179-1273

E-mail: pi@arquivonacional.gov.br

www.arquivonacional.gov.br

Central Única dos Trabalhadores

Rua Caetano Pinto, 575 - 03041-000, São Paulo - SP - Brasil

Telefone: (11) 2108-9200

E-mail: cut@cut.org.br

www.cut.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- A772 Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo / organizadores Dayane Garcia e Rita de Cássia Mendes Pereira. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014.
120 p. ; il. ; 21x29,7 cm - (Arquivos e o direito à memória e à verdade. Comunicações do 3º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos, v. 1).

ISBN 978-85-60207-66-4 - ISBN 978-85-89210-46-1

1. Trabalhadores - Memória. 2. Trabalhadores - História. 3. Trabalhadores - Arquivo. 4. Justiça do Trabalho. 5. Documentos - Preservação. 6. Movimentos sindicais. 7. Movimentos sociais. I. Garcia, Dayane. II. Pereira, Rita de Cássia Mendes. III Série.

CDU 331(091)

CDD 331.09

(Bibliotecário responsável: Adalto da Silva Carvalho - CRB 08/9152)

Presidenta da República

Dilma Rousseff

Ministro da Justiça

José Eduardo Cardozo

Diretor-Geral do Arquivo Nacional

Jaime Antunes da Silva

Centro de Referência Memórias Reveladas

Inez Terezinha Stampa (Coordenadora)

Vicente Arruda Câmara Rodrigues (Coordenador)

Carla Machado Lopes

Elizabeth Chaffim Martins

Rodrigo de Sá Netto

Rosanda da Silva Ribeiro

Presidente da Central Única dos Trabalhadores

Vagner Freitas de Moraes

Secretário-Geral

Sérgio Nobre

Secretária-Geral Adjunta

Maria Aparecida Godói de Faria

Centro de Documentação e Memória Sindical

Antonio José Marques (Coordenador)

Adalto da Silva Carvalho

Dinalva Alexandrina de Oliveira Botasoli

Marcus Vinicius Alves

Tatiani Carmona Regos

Coordenadores da Coleção

Antonio José Marques e Inez Terezinha Stampa

Organizadores

Dayane Garcia e Rita de Cássia Mendes Pereira

Supervisão editorial

Antonio José Marques - Centro de Documentação e Memória Sindical

Tradução

Cristian Marcelo Alarcon Bravo

Projeto Gráfico e Diagramação

MGiora Comunicação

Fotografia da capa

Cortejo do operário Santos Dias da Silva: Acervo IIEP

Arte: Maria Alzira Reis e Silva - Arquivo Nacional

SUMÁRIO

PRÓLOGO

RESGATAR A HISTÓRIA É COMBATER A NOSTALGIA DE UM TEMPO RUIM

Vagner Freitas 6

ARQUIVOS COMO INSTRUMENTO PARA A (RE)CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E DA VERDADE NO MUNDO DOS TRABALHADORES

Jaime Antunes da Silva 7

APRESENTAÇÃO

TRABALHADORES, ARQUIVOS E O DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE

Antonio José Marques e Inez Stampa 10

MEMÓRIA SOCIAL E JUSTIÇA DO TRABALHO: PERSPECTIVAS E FONTES PARA A HISTÓRIA DOS TRABALHADORES

Dayane Garcia e Rita de Cássia Mendes Pereira 15

PARTE I

CENTRO DE MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE MINAS GERAIS: O PROCESSO DE CATALOGAÇÃO DE PROCESSOS TRABALHISTAS DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELO HORIZONTE ENTRE 1941 E 1974

Maria Aparecida Carvalhais Cunha 20

PRESERVAR A MEMÓRIA E IDENTIDADE DOS CONFLITOS TRABALHISTAS NO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RIO GRANDE DO SUL

Magda Barros Biavaschi e Elton Luiz Decker 27

ATUAÇÃO PROFISSIONAL E TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ADVOGADOS TRABALHISTAS EM VITÓRIA DA CONQUISTA: 1963-1999

Vitor Moraes Guimarães e Avanete Pereira Sousa 41

O MAPEAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA CARTEIRA PROFISSIONAL NO RIO GRANDE DO SUL NA DÉCADA DE 30 ATRAVÉS DAS FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DO ACERVO DA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO

Clarice Gontarski Speranza 49

PARTE II

CENTRO DE MEMÓRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL

Gaspar Osorio Henriques e Vinicius Marques Moreira 61

PRESERVAÇÃO, MEMÓRIA E RECONHECIMENTO: O ARQUIVO DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE JUIZ DE FORA/MG E O ESTUDO DO MOVIMENTO OPERÁRIO REGIONAL E NACIONAL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Luisa de Mello Correard Pereira 67

A DOCUMENTAÇÃO ICONOGRÁFICA DOS SINDICATOS DE VITÓRIA DA CONQUISTA E REGIÃO

Kamilla Dantas Matias e Emily de Avelar Alves 75

OS ARQUIVOS PESSOAIS E A RECUPERAÇÃO DA MEMÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO: O CASO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA DA CULTURA DAS ESQUERDAS NA ARGENTINA (CEDINCI)

Georgina Ferrara e M. Eugênia Sik 85

PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT): PRODUÇÃO E TRATAMENTO TÉCNICO (1978-2013)

Carlos Henrique M. Menegozzo 99

PROGRAMA DO SEMINÁRIO 112

PRÓLOGO

RESGATAR A HISTÓRIA É COMBATER A NOSTALGIA DE UM TEMPO RUIM

A preservação da memória é absolutamente fundamental para fortalecer a sensação de pertencimento de uma sociedade e a identidade de um povo com sua comunidade, seu município, seu estado, seu País. É também essencial para que todos aprendam com os erros do passado e lutem para impedir que sejam repetidos. Mais que isso, para que encontrem caminhos alternativos que garantam mais justiça social, igualdade de direitos, democracia e liberdade.

O resgate da história, no entanto, é tarefa árdua, que exige coragem. Não tem nada de singelo em muitas das histórias que nos ensinaram e ensinam até hoje nas escolas. Há histórias de heróis que, na verdade, foram carrascos; fatos contados como notáveis feitos de determinado atores sociais que destruíram vidas e deixaram famílias destroçadas. A ditadura militar no Brasil é um exemplo das mais diversas formas de manipulação da história de um País.

Por desinformação e também porque a história foi contada de maneira distorcida, algumas pessoas que acreditam que o Regime Militar foi bom para o país. Argumentam que trouxe crescimento, segurança e acabou com a corrupção. Ignoram que as notícias ruins eram proibidas, que jornais e revistas eram censurados, que eles torturavam, matavam e desapareciam com os corpos de quem discordava das políticas e práticas dos militares, manipulavam dados de inflação e aumentaram assustadoramente o número de pessoas pobres, miseráveis que não tinham nenhuma oportunidade na vida.

O 3º Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos”, cujo tema foi “Direito à Memória e à Verdade”, é parte do esforço de um grupo de instituições e pessoas determinadas, que se dedicam à preservação da documentação e da memória, em especial, a história da classe trabalhadora brasileira, um dos pilares da luta pela redemocratização e pelas liberdades civis no Brasil. Essa luta, inclusive, permite que todos, até os que reproduzem as mentiras contadas pelos aliados do regime, entre eles grande parte da mídia nacional, possam ir às ruas protestar e até atacar de maneira vil o governo eleito pela maioria dos brasileiros.

O seminário debateu temas relacionados à documentação guardada por entidades sindicais, movimentos sociais, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, sindicalistas e instituições acadêmicas. Discutiu a importância de recuperar e preservar esses arquivos e também o tratamento adequado que deve ser dado a esses acervos.

Os livros com o resultado do encontro, feitos pela CUT em parceria com o Arquivo Nacional do Brasil, por meio do Centro de Referência Memórias Reveladas, são um importante instrumento não apenas de resgate e preservação da história, mas também de referência para lutas futuras, pela consolidação da democracia brasileira, ampliação das liberdades civis e direitos da classe trabalhadora e de toda a sociedade.

É a CUT fazendo história e contribuindo para recuperar e preservar a memória do povo brasileiro.

Vagner Freitas
Presidente Nacional da CUT

ARQUIVOS COMO INSTRUMENTO PARA A (RE)CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E DA VERDADE NO MUNDO DOS TRABALHADORES

O Brasil, a partir de lei sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, em 18 de novembro de 2011, instalou oficialmente, no dia 16 de maio de 2012, a Comissão Nacional da Verdade (CNV). Esta comissão visa investigar violações de direitos humanos praticadas por motivos políticos entre os anos de 1946 e 1988, com destaque para as violações ocorridas no período da ditadura estabelecida em 1964.

A instalação da Comissão da Verdade, apesar das muitas polêmicas que gerou, em termos de forma e conteúdo, era um passo já apontado por diversos setores sociais no sentido de abrir espaços para que os ataques contra os direitos humanos, perpetrados por agentes do Estado ou a seu mando, principalmente no período de 1964-1985, não ficassem sem tratamento, como que esquecidos forçosamente sob o manto de uma auto-anistia, ou de uma história oficial que apontasse esses crimes como necessários e justificáveis. Contra tais processos de velamento do passado, instituiu-se a ideia de que a sociedade tem direito à justiça e à memória, bem como de lutar “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

A história dos trabalhadores brasileiros e de suas organizações tem sido alvo, em seus mais diferentes períodos, de análises diversas, consubstanciadas em farta literatura. Contudo, deve-se dizer que muito ainda há para ser feito quando se trata das análises dos movimentos dos trabalhadores no período da ditadura militar, sejam eles os mais subterrâneos até aqueles de maior aparição na cena pública.

Reconhecendo e reiterando a necessidade de se aprofundar o conhecimento do tema, a CNV instituiu um Grupo de Trabalho específico para tratar dos impactos do regime militar no mundo do trabalho, buscando investigar as formas pelas quais os trabalhadores e suas organizações foram atingidos pelas ações repressivas do regime militar, o GT Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical.

Neste sentido, em consonância com a proposta do GT Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical, o 3º Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos” teve como objetivo realizar debates sobre os documentos reunidos pelos arquivos operários, rurais, sindicais e populares, e sobre as particularidades que envolvem o tratamento desses acervos, constituindo-se em um fórum privilegiado para a transferência de informações e o incentivo à recuperação e preservação dos arquivos dos trabalhadores e suas organizações, em especial no que se refere aos arquivos dos trabalhadores da cidade e do campo, com destaque para as ações de recuperação da trajetória dos trabalhadores durante a ditadura brasileira de 1964-1985.

Em sua terceira edição, o Seminário adotou como tema o “Direito à Memória e à Verdade”, compreendido como um direito transindividual que ultrapassa a formulação por meio dos atores políticos tradicionais, alcançando os mais diversos grupos da sociedade civil e experimentando as mais diferentes formas de reivindicação e concretização.

Destaca-se, nesse contexto, que a adoção de políticas de memória específicas para enfrentar o legado histórico de violações sistemáticas dos direitos humanos, como aquelas que ocorreram no período do regime militar brasileiro, tem por objetivo não somente garantir a compreensão do que ocorreu, mas, também, reforçar o entendimento coletivo de que são necessárias (re)formas para combater as violações em tempo presente.

Diante do exposto, o direito à memória e à verdade requer que reconheçamos a memória como um bem público que está na base do processo de construção da identidade de um povo, é a capacidade que esse mesmo povo tem de reter ideias, impressões e conhecimentos. Leva ao reconhecimento do que esse próprio povo é, e de como chegou a sê-lo. A memória é composta de fatos selecionados de forma deliberada ou acidental.

Por seu turno, a verdade é aqui compreendida como o produto da relação que a mente humana estabelece com a realidade a partir de um conjunto de regras (lógicas) por intermédio das quais se busca o conhecimento. A aplicação desse conjunto de regras nos conduzirá, na maior parte dos casos, a uma opinião provável sobre o fato, uma vez que não existe uma teoria ideal que possa nos conduzir, com absoluta certeza, à verdade.

Portanto, é por meio da relação estabelecida entre memória e verdade que esta se qualifica como verdadeira e pode ser reconhecida como tal. Ou seja, ao falarmos de um “direito à memória e à verdade”, tratamos aqui de um direito cujo todo (“à memória e à verdade”) é mais do que a soma de suas partes individualmente consideradas (“à memória” e “à verdade”).

O Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos” é um evento bienal, promovido pela Central Única dos Trabalhadores e, no âmbito do Arquivo Nacional, pelo Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, numa parceria que vem se mostrando muito profícua, produtora e indutora de importantes iniciativas na área dos arquivos do mundo dos trabalhadores. Dentre tais iniciativas, a publicação da coleção “Arquivos e o direito à memória e à verdade. Comunicações do 3º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos” é um verdadeiro testemunho da importância dos arquivos para a compreensão da história de lutas da classe trabalhadora. Nesse sentido, é leitura recomendada para todos os que se interessam pelo assunto.

Jaime Antunes da Silva
Diretor-Geral do Arquivo Nacional

APRESENTAÇÃO

TRABALHADORES, ARQUIVOS E O DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE

É com grande satisfação que o Arquivo Nacional e a Central Única dos Trabalhadores (CUT-Brasil) apresentam esta coleção Arquivos e o direito à memória e à verdade. Comunicações do 3º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos, reunindo as comunicações feitas no âmbito do 3º Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos - Direito à Memória e à Verdade”.

O seminário, promovido pelo Arquivo Nacional e pela CUT-Brasil, foi realizado nos dias 16 a 20 de setembro 2013, na cidade do Rio de Janeiro, com o apoio do Centro de Documentação e Informação Científica “Professor Casemiro dos Reis Filho” - Cedec/PUC-SP, do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - DSS/PUC-Rio, do International Institute of Social History - IISH, do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Arquivos Ibero-americanos - Programa Adai e do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD/MDA).

A organização do evento esteve a cargo do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Amorj/UFRJ, do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT - Cedoc/CUT, do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas - MR/AN, do Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes” da Universidade Estadual Paulista - Unesp/Cemosi, do Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - L HIST/Uesb, e do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ.

O Seminário promoveu conferências, palestras, comunicações e reflexões sobre os arquivos dos trabalhadores e dos movimentos sociais da cidade e do campo, discutindo suas ações, histórias e memórias. Outras questões abordadas dizem respeito às fontes alternativas da memória e a preservação digital. Esta terceira edição do evento, adotando como tema central o “Direito à Verdade e à Memória”, destacou os arquivos e documentos dos trabalhadores e a importância da recuperação, organização e divulgação destas fontes fundamentais para o direito à verdade, à memória e à justiça, em um momento em que a Comissão Nacional da Verdade intensificava suas atividades.

O evento contou com a participação de conferencistas e especialistas de diferentes nacionalidades que debateram, a partir de múltiplas perspectivas disciplinares, questões relacionadas ao universo dos arquivos, da história e da memória dos trabalhadores da cidade e do campo. Constituiu-se, assim, num fórum privilegiado para a troca de informações, incentivando a recuperação e a preservação dos arquivos e da memória dos trabalhadores e de suas organizações.

O seminário também homenageou a Confederação Operária Brasileira (COB), primeira central sindical do país, no centenário do seu 2º congresso. A COB nos legou um dos mais importantes conjuntos documentais produzidos pelos trabalhadores brasileiros na etapa inicial de sua organização sindical.

Durante o evento foram proferidas 16 palestras por convidados nacionais e internacionais e foram realizadas quatro sessões de comunicações orais de trabalhos com temáticas de interesse do seminário.

Nas duas primeiras sessões, ambas denominadas “Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo”, foram apresentadas comunicações relacionadas a projetos e trabalhos de recuperação, organização, preservação e disponibilização de fundos, coleções e demais documentos de tipo, gênero e suportes diversos vinculados ao mundo dos trabalhadores. As comunicações sobre políticas de implantação de arquivos e centros de documentação em entidades sindicais, entidades dos movimentos sociais, organizações políticas e partidárias e em entidades públicas e privadas tiveram a participação de instituições que dão acesso público à documentação de valor histórico e cultural.

Na terceira sessão, denominada “Ditadura e repressão aos trabalhadores da cidade e do campo”, as comunicações resultaram de pesquisas sobre atos de violação de direitos, perseguição, tortura, desaparecimento e assassinato de trabalhadores durante períodos ditatoriais no Brasil. Também analisaram mecanismos de controle do movimento sindical e das formas de resistência e luta dos trabalhadores, sindicalizados ou não, contra o autoritarismo e a repressão.

A quarta sessão, intitulada “Direito à memória e à verdade”, versou sobre o direito à memória e à verdade, tendo em vista a importância da relação estabelecida entre memória e verdade, ainda que de forma conflitiva e disputada, para o processo de construção da identidade política, cultural e social de um povo. Os trabalhos contemplam a temática no que se refere ao período dos regimes de exceção e aos mecanismos de justiça de transição atualmente utilizados no Brasil e/ou em outros países da América Latina, na perspectiva de debater iniciativas de recuperação da nossa história recente e de aperfeiçoamento do processo democrático.

A ditadura militar, que vigorou de 1964 a 1985, redefiniu e limitou as ações mais avançadas do movimento organizado dos trabalhadores brasileiros, tanto na cidade quanto no campo. Contudo, essa estratégia da ditadura não imobilizou a classe trabalhadora, que combateu o patronato identificado com o regime militar, mesmo sob a ameaça da repressão.

Entre 1964 e 1985 a ditadura militar interferiu, ora de forma velada, ora de forma brutal, na vida social, política, econômica e cultural da sociedade brasileira, como foi possível constatar pelas experiências e estudos disponíveis nesta coleção Arquivos e o direito à memória e à verdade. Comunicações do 3º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos.

Cabe lembrar que o golpe de 1964 estabeleceu, no Brasil, uma ditadura que permaneceu até 1985. Esse é um aspecto interessante, pois há uma geração, principalmente nascida após a década de 1990 que, de forma geral, tem poucas informações sobre a ditadura militar, e outra, que passou pelo período da ditadura, e olha para a nossa democracia como um processo em construção.

Nesse período, muitos trabalhadores, estudantes, intelectuais, artistas, religiosos, militares progressistas e pessoas de vários outros setores da sociedade civil lutaram pelo restabelecimento da democracia.

Durante a luta, milhares de pessoas foram presas e torturadas, centenas foram mortas e muitas delas, até hoje, continuam desaparecidas. Para sobreviver, inúmeros brasileiros foram obrigados a se exilar.

Torna-se de grande importância conhecer mais sobre o golpe militar perpetrado contra o estado democrático brasileiro, para assim compreender relevantes aspectos do contexto histórico que levaram ao golpe, bem como seus impactos no Brasil e no cenário latino-americano, de forma que a comunidade acadêmica e a sociedade, a partir de diferentes perspectivas, possam refletir sobre a construção sócio-histórica do país. Nessa direção, torna-se relevante compreender, por exemplo, que o golpe de 1964 não foi levado a cabo apenas por forças militares. Ele contou com a participação relevante de classes oligárquicas e de poderosos grupos econômicos nacionais e transnacionais, podendo ser classificado como um golpe de classe com uso de força militar.

Identificar a participação de relevantes atores para além dos militares no golpe de 64 permite afirmar que a alegação de que o golpe traduziu uma guerra civil entre um lado comunista/"terrorista" e outro que defendia uma ordem democrática não se sustenta. Pelo contrário, pode-se perceber que o Estado foi agente de repressão e do terror aplicados por meios institucionais e extra-institucionais, que sufocaram lideranças políticas e ensejaram a valorização de personagens destituídos de ética e de civilidade, bem como o surgimento ou fortalecimento de grupos econômicos nacionais e transnacionais.

Analisar o papel dos movimentos sociais, artísticos, sindicais, estudantis, religiosos e de trabalhadores torna-se igualmente relevante, uma vez que a participação civil em regimes ditatoriais é percebida na maioria dos processos históricos contemporâneos. Fato esse que permite uma visão complexa do ocorrido, seus antecedentes e consequências, contribuindo de forma efetiva ao resgate da memória e ao entendimento do Brasil e seu contexto na atualidade.

No contexto das lutas políticas no Brasil entre 1964 e 1985, a documentação - tanto a que ostenta o timbre estatal, como aquela outra, muitas vezes clandestina, saída dos mimeógrafos da resistência - aparece como requisito para a recuperação de parte da memória coletiva que se pretendeu censurar, desaparecer, isto é, se apagar da história.

A memória é um meio de significação social e temporal de grupos e instituições, o que implica em reconhecer sua importância para a geração do senso comum, ou seja, para a compreensão coletiva da sociedade sobre determinados eventos do passado. Dessa forma, a memória joga papel fundamental no processo de auto-reconhecimento de um povo, ao embasar o processo de construção de sua identidade.

Dessa forma, a adoção de políticas de memória específicas para enfrentar o legado histórico de violações sistemáticas dos direitos humanos, como as que ocorreram entre 1964 e 1985, tem por objetivo não somente garantir a compreensão do que ocorreu, mas, também, reforçar o entendimento coletivo de que são necessárias estratégias para combater, no presente, essas violações, que teimam em persistir como parte da realidade social brasileira.

Por outro lado, cabe apontar que a memória pode ser construída e reconstruída a partir de fontes diversas, como, por exemplo, os documentos textuais recolhidos aos arquivos brasileiros, os livros de uma determinada biblioteca pública, os registros audiovisuais de um colecionador particular ou, ainda, os relatos orais de pessoas que viveram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, modos de vida etc.

Esse "dever cívico" ganha urgência no que se refere à memória de períodos nos quais ocorreram violações maciças dos direitos humanos, seja porque se trata de uma memória disputada entre vítimas e perpetradores de graves violações dos direitos humanos, seja porque se trata de uma memória em risco, pelo interesse que determinados grupos têm no aniquilamento dos registros históricos da época.

Contudo, se a recente ditadura brasileira deixou-nos, como sombrio legado, o maior acervo documental entre suas congêneres no Cone Sul, é verdade, também, que a abertura e divulgação destes documentos deram-se de maneira tardia, principalmente a partir da entrada em vigor, em 2012, da Lei de Acesso a Informações. Muitas pesquisas já estão sendo realizadas, além do trabalho desenvolvido pela CNV e pelas CV estaduais, de universidades, centrais sindicais.

Mas deixou-nos também, e as pesquisas têm demonstrado isso, um importante legado de registros de lutas e resistência, na busca de alternativas ao regime e de uma sociedade mais justa e igualitária.

É possível afirmar que os trabalhadores contribuíram de forma decisiva para a resistência ao regime militar, o que levou ao seu fim, e, posteriormente, ao processo de redemocratização

do nosso País. Em grande parte, é possível encontrar a memória dessas lutas em acervos de trabalhadores e de organizações sindicais, políticas e sociais.

Mas esse importante trabalho de recuperação dos acervos exige alguns cuidados especiais. Em primeiro lugar, ele deve ser de seus trabalhadores, de todos os seus trabalhadores, tanto na cidade como no campo, o que o tornará mais completo e interessante. A memória do mundo dos trabalhadores não pode ser trabalhada como uma memória institucional ou de grupos, mas sim como a memória de uma classe.

Por outro lado, deve-se evitar idealizar ou aviltar grupos e pessoas durante o processo de construção ou recuperação dessa memória. Não basta o alerta genérico de que a história é composta por versões ou relatos embasados em visões seletivas e particulares. É preciso trabalhar essa seletividade e particularidade. Longe de negar o conflito e as disputas em torno da construção do direito à memória e à verdade, cabe encontrar formas de trabalhar o conflito.

Nesse sentido, em razão do formato definido pelo evento e a qualidade dos palestrantes convidados, o evento constituiu-se num fórum privilegiado para a discussão desses temas e para a transferência de informações, bem como para o incentivo à recuperação e à preservação dos arquivos dos trabalhadores e de suas organizações.

A ditadura brasileira, que vigorou de 1964 a 1985, redefiniu e limitou as ações mais avançadas do movimento organizado dos trabalhadores brasileiros, tanto na cidade quanto no campo. Contudo, essa estratégia não imobilizou de todo a classe trabalhadora, sendo possível afirmar que os trabalhadores contribuíram de forma decisiva para o processo de redemocratização do nosso país.

De forma geral, a análise das ações coletivas de trabalhadores durante as décadas de 1960 a 1980 permite demonstrar uma série de mudanças que ocorreram no período. Observa-se a redefinição do capitalismo no país, com as mudanças adotadas na produção, o que teve reflexos diretos no “mundo do trabalho”, sobretudo no que se refere aos trabalhadores. Tal cenário trouxe, por exemplo, profundas modificações para a composição e organização das classes trabalhadoras. Destaca-se, ainda, o fato de a ditadura ter empreendido consideráveis esforços para a repressão e desarticulação das ações opositoras ao regime.

Cabe referir, ainda, que no período imediatamente anterior ao golpe de 1964, mais precisamente nos anos de 1950, os trabalhadores brasileiros e os seus sindicatos, estes liderados pela aliança dos militantes comunistas e trabalhistas, obtiveram avanços substantivos quanto à organização, mobilização e participação na vida política nacional. Por essa razão, o aparato repressivo do regime foi especialmente vigilante em relação aos trabalhadores, obtendo sucesso quando a vigilância e a tentativa de redefinição das ações coletivas dos trabalhadores da cidade e do campo se tornaram mais contundentes e brutais. Mas nem mesmo o enorme aparato repressor engendrado foi capaz de estancar as lutas sociais como pretendia o regime.

Não obstante as grandes dificuldades enfrentadas, as organizações de trabalhadores resistiram como puderam, com avanços e recuos. A luta constante contra as duras condições impostas, em resistência às investidas de patrões e militares, mostrou-se afinal um poderoso instrumento de luta contra a ditadura civil-militar no Brasil.

Nesse sentido, a preservação e a difusão das informações contidas nos arquivos do mundo dos trabalhadores é elemento integrante e fundamental da luta pela defesa e valorização do patrimônio histórico-documental brasileiro - e, portanto, da nossa memória -, visando-se, nesse caso, o conhecimento das formas de resistência e de conquista de direitos e garantias pelos trabalhadores brasileiros.

A riqueza das comunicações realizadas durante o 3º Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos - Direito à Memória e à Verdade” logo evidenciou a necessidade

de reuni-las em uma publicação, com o objetivo de difundir essas informações e promover o tão necessário debate sobre os arquivos do “mundo dos trabalhadores”. Esta publicação está dividida em quatro volumes conforme as sessões de comunicações ocorridas no evento. O primeiro volume, organizado por Dayane Garcia e Rita de Cássia Mendes Pereira, e o segundo volume, organizado por Carla Machado Lopes, têm como título “Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo”. O terceiro volume, organizado por Elina Pessanha e Leonilde Servolo de Medeiros, é intitulado “Ditadura e repressão aos trabalhadores da cidade e do campo”. O quarto volume, organizado por Marco Aurélio Santana e Vicente Rodrigues, tem como título “Direito à memória e à verdade”. Nesse sentido, cabe um agradecimento aos demais colegas da Comissão Organizadora que se dispuseram a fazer a primeira leitura e organizar os respectivos volumes da coleção. Nossos agradecimentos também a todos os autores que converteram suas apresentações orais nos textos que ora compõem a presente coleção.

Dirigida a arquivistas, historiadores, documentalistas, bibliotecários, cientistas sociais, bem como a outros profissionais, pesquisadores e estudantes com atuação na área dos arquivos operários, rurais e sindicais, esta coletânea é um verdadeiro testemunho da importância dos arquivos para a compreensão da história de lutas da classe trabalhadora. E, nesse sentido, é leitura recomendada para todos os que se interessam pelo assunto.

Por fim, registre-se que os artigos apresentam uma pluralidade de visões, interesses e objetos de estudo, o que demonstra a riqueza dos acervos do mundo dos trabalhadores. Duas características, contudo, unem os textos e garantem coesão a esta obra. Por um lado, a temática do direito à memória e à verdade e sua relação com os trabalhadores que resistiram e foram vítimas de violações de direitos durante o regime exceção e, por outro lado, a compreensão de que os trabalhadores são sujeitos essenciais da história recente do país.

São Paulo/Rio de Janeiro, dezembro de 2014.

Antonio José Marques

Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT

Inez Stampa

Arquivo Nacional e PUC-Rio

MEMÓRIA SOCIAL E JUSTIÇA DO TRABALHO: PERSPECTIVAS E FONTES PARA A HISTÓRIA DOS TRABALHADORES

No campo das Ciências Humanas, a segunda metade do século XX foi marcada pela definição de novos objetos de investigação e de novas metodologias para a abordagem desses objetos. No panorama de fim de século, quando o trabalho parece perder a centralidade frente à multiplicação e fragmentação de identidades e à dispersão das forças de transformação por novos campos de ativismo político, os estudos e pesquisas sobre as relações de trabalho e os trabalhadores constituem-se em espaço privilegiado de renovação historiográfica.

Os estudos de Eric Hobsbawm e de Edward Thompson incitaram a procura por novas fontes documentais que permitissem apreender aspectos do mundo dos trabalhadores nunca antes explorados e suscitaram o aparecimento de novos enfoques interpretativos e metodológicos para o trabalho enquanto objeto de investigação. Na esteira de textos como *Os trabalhadores e os Mundos do trabalho*, de Hobsbawm, *A Formação da Classe Operária Inglesa* e *Costumes em Comum*, de Thompson, emergem estudos e pesquisas sobre cotidiano dos trabalhadores, relações de poder dentro dos grupos de referência, formas de lazer e sociabilidades e, nomeadamente, estratégias e campos de luta alternativos e complementares aos sindicatos, associações de trabalhadores e partidos.

No Brasil, os documentos da Justiça do Trabalho, produzidos no âmbito das Juntas de Conciliação e Julgamento e, desde 1999, das Varas do Trabalho, estão entre as fontes privilegiadas para o estudo das relações de trabalho e do mundo dos trabalhadores. Não ignora a historiografia brasileira que o projeto de criação das Juntas de Conciliação e Julgamento, sob Vargas, atendia aos propósitos de difusão de um projeto de ordem e progresso e de um conceito de paz social que pudesse conter as tensões e conflitos entre o capital e o trabalho. Entretanto, o que a análise das ações desencadeadas no âmbito do judiciário trabalhista tem demonstrado é que, na prática, os trabalhadores o tomaram como um novo território para a apresentação de denúncias e reivindicações de toda ordem e que, não raras vezes, essas ações resultaram na conquista e ampliação de direitos ignorados ou simplesmente sonogados pelos patrões.

Os processos resultantes das ações trabalhistas, bem como as atas, súmulas de sentenças e os códigos, produzidos nas instâncias da Justiça do Trabalho, em todo o país, revelam perfis de trabalhadores, fornecem informações sobre os ritmos da economia de cada região onde se encontram sediadas as Juntas/Varas, permitem elucidar os modelos peculiares de atuação e os discursos de juízes e advogados chamados a mediar os conflitos. Não obstante, ainda hoje, amparados por uma legislação que remonta a 1973 (Artigo 1.215 da Lei nº 6.014/73), reafirmada em 1987 (Lei nº 7.627, de 10 de novembro de 1987), muitos juízes, em todo o Brasil, têm pautado a sua conduta pela eliminação sistemática de processos, após cinco anos de conclusão, com o argumento de que não dispõem de espaço físico para a guarda dessa documentação.

Informações importantes para a reconstrução da história e preservação da memória dos trabalhadores brasileiros nos municípios abrangidos pelas Juntas/Varas e da própria Justiça do Trabalho no Brasil têm se perdido. Para os pesquisadores, a destruição ou retirada de um único processo pode comprometer o levantamento, em base seriada, dos perfis dos trabalhadores, dos motivos que os levam a recorrer à Justiça do Trabalho, dos discursos e práticas dos juízes, da atuação dos advogados em situações de disputas trabalhistas, enfim, da própria dinâmica das economias regionais.

O alvorecer do século XXI revelou-se profícuo ao debate sobre preservação desses acervos e sobre a sua efetiva utilização como fontes para o desenvolvimento de pesquisas nos campos da História, do Direito e da Economia. No sentido contrário ao movimento de eliminação de documentos, e atentos ao potencial da documentação da Justiça do Trabalho, universidades e, por vezes, os próprios Fóruns da Justiça do Trabalho, têm tomado para si a responsabilidade de preservação dos acervos ou de parte deles, muito embora critérios bastante discutíveis de seleção dos documentos a serem preservados venham sendo utilizados. O debate envolve arquivistas, historiadores e gestores das Varas do Trabalho de todo o Brasil e influencia, embora ainda de forma muito tímida e setorizada, o aparecimento de políticas públicas de preservação de acervos.

O crescimento das pesquisas que têm por base a documentação da Justiça do Trabalho se reflete nos programas de eventos que têm como foco os acervos para a pesquisa sobre o mundo dos trabalhadores, a exemplo do Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos”, uma promoção conjunta da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Arquivo Nacional, por meio do Centro de Referência Memórias Reveladas.

Desde a sua segunda edição, realizada na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2011, o evento abriga trabalhos nos quais se revelam a potencialidade dos acervos da Justiça do Trabalho como fontes de investigação para a História dos Trabalhadores e as possibilidades de ação conjunta entre as universidades e as Varas do Trabalho no sentido da preservação e exploração desses acervos.

O programa do 3º Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos”, realizado no ano de 2013, também no Rio de Janeiro, contemplou o relato de experiência de catalogação das fontes das Juntas de Conciliação e Julgamento sediadas em Belo Horizonte entre 1941 e 1974. Apresentado por Maria Aparecida Carvalhais Cunha, o trabalho põe em foco a ação do Tribunal do Trabalho da 3ª Região, por meio do Centro de Memória da Justiça do Trabalho de Minas Gerais, de preservação dos documentos e da organização de uma base de dados, aberta à consulta pública, que revele a dinâmica de utilização da Justiça do Trabalho pelos trabalhadores nos diferentes contextos econômicos e políticos que marcam a História do Brasil no período abarcado pelo acervo.

Propósitos semelhantes aos da equipe do TRT mineiro têm mobilizado os pesquisadores vinculados ao Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul. Apresentado pela Profª Dra. Magda Barros Biavaschi e por Elton Luiz Decker, respectivamente coordenadora e pesquisador da equipe técnica do Memorial, o trabalho destaca a importância das fontes do judiciário trabalhista para a construção da história dos trabalhadores e, fundamentalmente, para o papel das instâncias da Justiça do Trabalho na preservação de documentos passíveis de ser utilizados como fontes de prova e informação para a apresentação de outros pleitos.

Do Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia vem o terceiro trabalho que tem por base as fontes da Justiça do Trabalho. Trata-se de relato de pesquisa desenvolvida pelo pesquisador Vitor Moraes Guimarães, sob a orientação da Profª. Dra. Avanete Pereira Sousa. A pesquisa tem por escopo a construção da atuação profissional e da trajetória política de advogados que atuaram ao lado dos trabalhadores na cidade de Vitória da Conquista/BA, entre 1963 e 1999. Pautada, inicialmente, sobre os documentos da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória da Conquista, a investigação revela o número exíguo de advogados que se dedicaram à defesa dos trabalhadores, especialmente no período ditatorial militar. Os dados obtidos na documentação do judiciário trabalhista foram confrontados com outros documentos escritos e com depoimentos orais com o intuito de recuperar as articulações entre as lutas em defesa da democracia e as ações pela ampliação de direitos dos trabalhadores, tendo como agentes os advogados trabalhistas.

À perspectiva de utilização de fontes produzidas no âmbito de organismos estatais veio somar-se, no conjunto dos trabalhos dedicados aos arquivos e à memória dos trabalhadores da cidade e do campo, o relato de pesquisa desenvolvida com base em documentos do acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul. Apresentado pela Prof^a. Dra. Clarice Gontarszki Speranza, o trabalho é resultante da exploração das fichas de identificação de trabalhadores que, no período de 1933 a 1944, se apresentaram à DRT do Rio Grande Sul para demandar a emissão de carteira profissional. O tratamento seriado e a análise qualitativa dos dados, cotejados com outros documentos do período, como periódicos e processos judiciais, permitiram elucidar os diferentes perfis dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, aferir o crescimento em importância da carteira do trabalho como instrumento de pressão pelo cumprimento da legislação trabalhista.

Os trabalhos acima elencados, que constituem a parte I do presente volume, revelam estratégias de uso de fontes documentais, praticamente ignoradas pela historiografia até o último decênio do século XX. Indicam também a consolidação de uma nova postura, por parte dos gestores de Fóruns do Judiciário Trabalhista, de preservação dos acervos, tendo em vista o amplo direito de acesso, por parte dos trabalhadores, de pesquisadores e do público em geral, aos documentos e informações neles contidas. As iniciativas de preservação envolveram, também, universidades públicas que se empenharam na estruturação de núcleos de pesquisa dedicados à construção de catálogos de referências e, mesmo, à guarda e ao tratamento técnico da documentação das juntas/varas do trabalho do seu entorno.

Os avanços no campo da historiografia do trabalho, que levaram à identificação e uso de novas fontes documentais, ensejaram o desenvolvimento de políticas apropriadas ao tratamento dos diferentes acervos. No contexto de redemocratização do país, nos dois últimos decênios do século XX, instituições de ensino superior se viram premidas a intervir, de forma mais efetiva, no sentido da preservação de outras fontes documentais reveladoras da memória social e das diferentes dinâmicas do mundo dos trabalhadores, tomados como sujeitos históricos dos processos de transformação social e política. Destacam-se, como focos de intervenção, dos núcleos e centros de pesquisa, os arquivos de sindicatos de trabalhadores da cidade e do campo e os documentos dos partidos de esquerda. As iniciativas de preservação, não raras vezes, envolvem os próprios dirigentes e militantes, dedicados à organização do patrimônio documental das entidades.

Na II sessão do presente volume estão contemplados alguns trabalhos resultantes das iniciativas de preservação dos acervos de organizações voltadas à organização e defesa dos trabalhadores. O trabalho de Gaspar Osório Henriques e Vinicius Marques Moreira descreve o processo, em curso, de implementação de políticas de preservação do patrimônio documental do Centro de Memória do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Rio Grande do Sul. A iniciativa tem por objetivo a constituição de um espaço de memória, aberto à participação do público e, fundamentalmente, a ampla difusão de suas atividades, de modo a torná-lo um instrumento coletivo de valorização da história dos trabalhadores do poder judiciário.

Propósito semelhante orienta o desenvolvimento da pesquisa, apresentada por Luisa de Mello Corread Pereira sob o título “Preservação, memória e reconhecimento: o Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora/MG e o estudo do movimento operário regional e nacional na segunda metade do século XX”. A partir da intervenção arquivística no acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora/MG, a autora propõe uma análise das circunstâncias da criação e da trajetória do sindicato, bem como uma relação entre a história da entidade e o processo de organização da classe trabalhadora em âmbitos local e regional na segunda metade do século XX. Como resultado mais imediato do trabalho desenvolvido, a partir de uma perspectiva acadêmica, ressalta-se o reconhecimento, por parte dos próprios dirigentes sindicais, quanto à necessidade de preservação do acervo como mecanismo de recuperação e difusão da memória dos trabalhadores.

Uma perspectiva mais ampla, de envolvimento de múltiplas organizações sindicais e de estabelecimento de parâmetros técnicos para o uso de fontes documentais disponíveis nessas organizações, define o trabalho apresentado por Emily de Avelar Alves e Kamilla Dantas Matias, pesquisadoras do Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (LHIST/Uesb). A pesquisa está amparada no trabalho contínuo de identificação, recuperação e digitalização das fontes iconográficas de sindicatos e dos movimentos sociais da região de Vitória da Conquista/BA. Os resultados apresentados indicam critérios técnicos de descrição e organização do acervo digital e apontam para a necessidade de incorporação das novas tecnologias digitais aos esforços de recuperação e difusão do acesso à história dos trabalhadores a partir da memória visual.

Da Argentina advém o trabalho assinado por Georgina Ferrara e M. Eugenia Sik no qual se encontra dispostos os principais problemas que envolvem as iniciativas de preservação de acervos do movimento operário e social organizado naquele país. O trabalho intitulado “Os arquivos pessoais e a recuperação da memória do movimento operário: o caso do Centro de Documentação e Pesquisa da Cultura das Esquerdas na Argentina (CeDInCI)” expõe as dificuldades de acesso a documentos, fundos e coleções e analisa a atuação da entidade nos embates em torno da preservação e organização documental. Em especial, o trabalho põe em foco a importância dos acervos pessoais para a recuperação da memória social dos trabalhadores, abordando o trabalho dos profissionais da informação, principalmente na descrição e contextualização dos documentos, no sentido da preservação da memória de pessoas ligadas ao movimento operário, social e político.

Encerrando a segunda parte, Carlos Henrique M. Menegozzo apresenta o trabalho “Patrimônio histórico do Partido dos Trabalhadores (PT): produção e tratamento técnico (1978-2013)”. O artigo relata as experiências do Partido dos Trabalhadores no processo de produção, no tratamento e preservação do seu patrimônio documental e os desdobramentos dessas ações, como a criação da Fundação Perseu Abramo e do Centro Sérgio Buarque de Holanda. As iniciativas de tratamento e a preservação dos documentos do PT e, principalmente, na abertura do seu acervo à consulta pública, se inserem na perspectiva mais geral de reconstrução da história do país com o contributo das pessoas, instituições e organizações sociais que possam lançar luzes sobre a decisiva participação dos trabalhadores da cidade e do campo nos processos de transformação econômica, política e social.

Com a publicação desse volume, o Arquivo Nacional, por intermédio do Centro de Referência Memórias Reveladas, e a Central Única dos Trabalhadores, por meio do Centro de Documentação e Memória Sindical, dão sua contribuição aos debates, em curso, sobre o direito à memória e à verdade e a importância da recuperação das informações sobre o mundo dos trabalhadores e dos seus arquivos para os avanços na historiografia do trabalho no Brasil e no mundo.

Dayane Garcia

Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes”
da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Rita de Cássia Mendes Pereira

Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual
do Sudoeste da Bahia

PARTE I

CENTRO DE MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE MINAS GERAIS: O PROJETO DE CATALOGAÇÃO DE PROCESSOS TRABALHISTAS DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELO HORIZONTE ENTRE 1941 E 1974¹

Maria Aparecida Carvalhais Cunha²

Resumo

O projeto de catalogação de Processos Trabalhistas das Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte é desenvolvido pela Justiça do Trabalho mineira por meio de sua Escola Judicial e seu Centro de Memória. Sua equipe tem o objetivo de analisar, catalogar e disponibilizar para consulta pública o acervo de ações trabalhistas ajuizadas em Belo Horizonte entre 1941 e 1974. A meta é construir um banco de dados que articule a trajetória histórica das relações entre capital e trabalho às transformações sociais, políticas e econômicas do país, tendo como parâmetros as demandas dos trabalhadores e a atuação da Justiça do Trabalho.

Palavras-chave: Arquivos; arquivos do judiciário; memória; trabalhadores

Em fins da década de 1990, a Justiça do Trabalho iniciou proposições e ações voltadas para implantação de políticas de preservação de seus documentos. Reforçados pela política nacional de arquivos - instituída pela Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991³ - tais programas de gestão documental foram consolidados posteriormente pelos Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os incipientes esforços de recuperação e organização dessa documentação pública, inserida no rol do patrimônio nacional, lançaram luz sobre um problema urgente nas instituições judiciárias: a necessidade de investimentos em políticas de gestão documental para se evitar o acúmulo aleatório e desordenado de suas informações.

¹O projeto foi elaborado e apresentado, em 2009, ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região pela equipe do Centro de Memória da Justiça do Trabalho composta à época por: Ana Maria da Matta Machado Diniz, Maria Aparecida Carvalhais Cunha e Rubens Goiatá. Sua elaboração contou com a colaboração do historiador Marcelo de Magalhães Godoy - Professor de História Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG.

²Pesquisadora da Escola Judicial/ Centro de Memória do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais; Historiadora; Especialista em Culturas Políticas pela UFMG.

³A Lei nº 8.159 de 1991, não por acaso, denominada Lei de Arquivos, foi um marco significativo e imprimiu novos rumos à preservação e à relevância dos setores de arquivo dentro das organizações. A gestão de documentos tanto públicos quanto privados passou a ser estruturada em uma política nacional com competências bem definidas. Os primeiros artigos da Lei 8.159 já apontam para os novos parâmetros a serem seguidos, explicitando responsabilidades e definindo o significado de arquivo e documento:

Art. 1º É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

Art. 2º Consideram-se arquivos, para os fins desta lei, os conjuntos de documentos

Nessa perspectiva, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - Minas Gerais desenvolve, desde a criação do seu Centro de Memória, em março de 1997, políticas de resgate e guarda de seus registros históricos. Tais ações têm como premissa a constituição de um arquivo público que atenda ao princípio constitucional do direito à informação e à pesquisa, seja acadêmica ou jurídica. O acervo documental da Justiça Trabalhista mineira remonta ao tempo de sua criação - 1º de maio de 1941 - e possui fundos documentais, judiciais e administrativos relativos ao seu processo histórico. Trata-se de registros representativos das relações entre capital e trabalho pós-revolução de 1930, fonte primária de pesquisa ainda pouco explorada.

Em julho de 2008, a Justiça do Trabalho mineira resgatou, junto ao Arquivo Nacional, o acervo de 220.000 processos trabalhistas provenientes das Juntas de Conciliação e Julgamentos (JCJ's) de Belo Horizonte, à época, sob custódia daquela instituição arquivística, na cidade do Rio de Janeiro. Essa documentação seria eliminada no ano de 1989, fato que configuraria o primeiro descarte de processos trabalhistas realizado pela Justiça do Trabalho da 3ª Região, sob os preceitos da Lei nº 7.627 de 1987⁴. Na ocasião, o Arquivo Nacional realizou várias diligências junto a Justiça do Trabalho em Minas Gerais na tentativa de evitar irreparável perda. Eliminar tal acervo significaria apagar importantes registros das relações de emprego no Brasil e também dos primeiros anos de atuação da Justiça do Trabalho. A documentação refere-se ao período de 1941 a 1974. Diante desses fatos e da impossibilidade de preservar e disponibilizar o acervo, o TRT da 3ª Região transferiu sua guarda para o Arquivo Nacional, no ano de 1989.

No final da década de 1990, com a criação do Centro de Memória da Justiça do Trabalho de Minas Gerais, novas políticas referentes à preservação da memória e da documentação histórica da Instituição começaram a ser efetivadas. Nesse contexto, o retorno da documentação a sua origem e sua catalogação e disponibilização para pesquisa tornou-se um grande objetivo a ser concretizado. A partir de então, iniciativas em prol do retorno dos documentos tomam forma, novos contatos são estabelecidos entre a Justiça do Trabalho da 3ª Região e o Arquivo Nacional, e, por meio de um termo de compromisso, a documentação volta a sua origem. Essa significativa ação celebrou os novos rumos da preservação documental na Justiça Trabalhista mineira e deu origem a um projeto com o objetivo de constituir um banco de dados organizado para pesquisa pública.

Dessa forma foi instituído o Projeto de Catalogação de Processos Trabalhistas provenientes das JCJ's de Belo Horizonte entre os anos de 1941 e 1974. As ações do projeto são desenvolvidas pela equipe do Centro de Memória que acompanha seus novos desdobramentos, demandas e resultados. O objetivo é analisar, catalogar e disponibilizar para consulta pública o acervo de ações trabalhistas ajuizadas em Belo Horizonte classificadas para guarda permanente. A meta

produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

⁴Lei nº 7.627, de 10 de novembro de 1987, regulamentou a eliminação de processos judiciais apenas na Justiça do Trabalho:

“Dispõe sobre a eliminação de autos findos em órgãos da Justiça do Trabalho e dá outras providências”

(...)

Art. 1º Fica facilitado aos Tribunais do Trabalho determinar a eliminação, por incineração, destruição mecânica ou por outro meio adequado, de autos findos há mais de 5 (cinco) anos, contado o prazo da data do arquivamento do processo.

(...)

Art. 3º

§ 2º Se, a juízo da autoridade competente, houver, nos autos, documentos de valor histórico, serão eles recolhidos em arquivo próprio, no Tribunal respectivo.

é construir um banco de dados que articule a trajetória histórica das relações entre capital e trabalho às transformações sociais, políticas e econômicas do país, tendo como parâmetros as demandas dos trabalhadores e a atuação da Justiça do Trabalho.

Em seu estágio inicial, a documentação não possuía catalogação ou instrumentos de busca que possibilitassem acesso a seu conteúdo, fato que, em si, demonstrou o ineditismo desse acervo como fonte primária para pesquisa. Diante dessa situação, a primeira atividade do projeto foi elaborar uma ficha de catalogação criteriosa para mapear as principais informações do acervo, com vistas à confecção de um diagnóstico preliminar de seu teor e representatividade. Para tanto, os dez estagiários que auxiliam as atividades do projeto, provenientes dos cursos de História e Direito, iniciaram uma leitura minuciosa de uma amostra significativa dos processos. Tal operação se fez necessária, tendo em vista o ineditismo das propostas do projeto em trabalhar um acervo até então sem nenhum tipo de tratamento ou análise que lhe servisse de parâmetro.

O acervo

Uma vez implementada essa primeira fase de conhecimento e leitura dos documentos, foi possível comprovar a relevância das informações presentes no acervo. O potencial de suas informações para pesquisas envolvendo as transformações da sociedade brasileira, o mundo do trabalho, as demandas dos trabalhadores e a atuação da Justiça do Trabalho ficou comprovado. Estudiosos do tema já apontavam para a importância dos registros contidos nos processos trabalhistas. Nas palavras da historiadora Sílvia Hunold Lara:

“Os processos trabalhistas são parte importante da história do Direito e da Justiça no país e constituem fonte significativa para o conhecimento das formas de exercício do poder, das responsabilidades do Estado e suas iniciativas em defesa dos direitos dos trabalhadores. São também fontes essenciais para os estudos da História da sociedade brasileira, das relações de trabalho, do modo como as pessoas comuns reivindicavam direitos e se relacionavam com a Justiça. Em síntese: são parte importante da história da cidadania no Brasil”⁵.

O acervo da Justiça do Trabalho de Minas Gerais valida tais afirmações e reflexões. A documentação demonstrou possuir importantes informações relativas aos principais usuários da Justiça do Trabalho, suas atividades profissionais, seus interesses econômicos e sociais, suas profissões, perfis dos empregados, das empresas e dos sindicatos. Os julgamentos mostram as posturas e referências políticas presentes nas decisões finais dos dissídios. As peças do processo registram práticas e relações sociais mais abrangentes, como as experiências cotidianas nos locais de trabalho, nos sindicatos, nas mobilizações coletivas, na esfera privada, possibilitando a análise de costumes e práticas compartilhados e suas repercussões nos comportamentos, visões e sentimentos dos trabalhadores.

Configurando-se como a principal via de acesso dos trabalhadores à justiça, as ações trabalhistas são parte importante da história da cidadania no Brasil ao dar voz ao trabalhador por meio de suas reivindicações, depoimentos e testemunhos, dar voz ao patrão por meio de sua defesa e manifestações, às categorias por meio de seus sindicatos e ao Estado por meio dos julgamentos e sentenças. Os processos são provocados por ações individuais que versam sobre conflitos de natureza trabalhista entre patrões e empregados de diversos segmentos e categorias sócio-econômicas e por ações coletivas que abrangem categorias econômicas amplas delimitadas em sindicatos patronais e de trabalhadores.

⁵LARA, Sílvia Hunold . Apresentação. I Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho - Memória e preservação de documentos: direitos do cidadão. São Paulo: LTr, 2007.

A documentação a partir da qual está sendo composto o banco de dados está distribuída cronologicamente da seguinte forma:

Ano	Quantidade Processos	Ano	Quantidade Processos	Ano	Quantidade Processos
1942	1.001	1953	2.926	1964	9.888
1943	1.089	1954	3.387	1965	9.042
1944	1.393	1955	3.713	1966	8.922
1945	1.714	1956	4.001	1967	12.264
1946	1.883	1957	4.159	1968	13.625
1947	1.887	1958	3.926	1969	17.627
1948	1.880	1959	4.662	1970	14.039
1949	2.145	1960	5.394	1971	14.226
1950	1.882	1961	6.067	1972	15.437
1951	1.873	1962	7.546	1973	16.160
1952	3.235	1963	9.698		206.691
TOTAL DE PROCESSOS (1942-1973)					206.691 ⁶

Diante desse universo de mais de 200.000 processos, a proposição inicial do projeto foi delimitar três períodos específicos de análise, tendo como marcos os seguintes momentos da história brasileira: o primeiro governo Vargas; a vinculação da Justiça do Trabalho ao poder Judiciário, em 1946; o golpe militar, em 1964, com os seguintes limites temporais:

1º período: Processos de 1941 até 1946 - abarcando a década de 1930, anteriores à institucionalização da Justiça do Trabalho;

2º período: Processos de 1946 até 1964;

3º período: Processos de 1964 até 1974;

Uma vez delimitados os períodos, o projeto apresenta as justificativas para os marcos históricos propostos. O 1º período sugerido (1941-1946) foi uma época da história brasileira em que não tivemos representação política, com o Congresso fechado, as eleições para todas as instâncias do Executivo e Legislativo suspensas e os partidos políticos banidos. Nesse contexto autoritário, de uma ditadura formal (1937-1945), foi instituída a Justiça do Trabalho, em 1º de maio de 1941. No plano econômico, o país dava seus primeiros passos para o desenvolvimento

⁶Apenas até o ano de 1973 há processos de todas as Juntas de Belo Horizonte. Há processos de algumas Juntas até os anos de 1974, 1976 e, inclusive, 1980 - totalizando, assim, o número aproximado de 220 mil processos.

industrial. No plano social, tentava-se superar as condições de país rural e arcaico, com a urbanização e o incremento dos meios de comunicação. No plano político-ideológico, além do citado autoritarismo, o nacionalismo era referência que se propunha aglutinadora. A legislação trabalhista e a Justiça do Trabalho representaram, nesse contexto, um efetivo avanço na proteção estatal às relações de trabalho. No entanto, essa institucionalização trabalhista tinha limites e contrapontos. Limites por deixar fora da proteção estatal os trabalhadores rurais e domésticos - em um país ainda eminentemente rural e no qual o trabalho doméstico era o principal destino das mulheres pobres. Contraponto porque protegeu os direitos individuais dos trabalhadores ao mesmo tempo em que impunha um modelo centralizador de estrutura sindical e de Direito Coletivo do Trabalho. Belo Horizonte tinha, em 1940, cerca de 210 mil habitantes, jovem capital de um Estado cujo processo de industrialização ainda era incipiente. Em 1943, aproximadamente 1.090 reclamações trabalhistas foram ajuizadas nas duas varas de Belo Horizonte, cerca de uma reclamação para cada 193 habitantes.

Assim, em relação a esse contexto autoritário, a redemocratização do país, em 1946, é um marco de conseqüências profundas. Se nos planos social e econômico aprofundava-se a tentativa de modernização iniciada no período anterior, a maior ruptura foi, com certeza, no âmbito político. E a esse marco histórico mais amplo veio a se somar, também em 1946, a questão mais específica da desvinculação da Justiça do Trabalho do Ministério do Trabalho e sua incorporação definitiva ao Poder Judiciário. Eis por que, em 1946, inicia-se a 2ª etapa da periodização aqui proposta. O regime de 1946, embora democrático, foi marcado por instabilidades e antagonismos políticos crescentes. Em 1950, Belo Horizonte já contava com 355 mil habitantes, e, nas Juntas de Conciliação e Julgamento, foram ajuizadas 1882 ações trabalhistas individuais - média de uma ação para cada 188 habitantes. Na década de 1950, em que a industrialização se instala definitivamente no Estado e na capital, Belo Horizonte praticamente dobra sua população, chegando, em 1960, a 686 mil habitantes. Nas três Juntas da capital são registradas, nesse ano, 5394 reclamações trabalhistas individuais, cerca de uma para 127 habitantes.

Essa proporção subirá no início dos anos 1960, chegando, em 1964, a cerca de uma ação para cada 90 habitantes. Nesse ano, outro corte fundamental: um golpe militar inaugura um novo período de regime autoritário no país. Embora, com o golpe de 1964, a representação política e o Poder legislativo não tenham sido pura e simplesmente banidos, as leis de exceção e as perseguições políticas voltaram a vigorar no país. O Estado continua desenvolvimentista e a modernização sócio-econômica segue seu ritmo - porém, a agenda da inclusão social é banida, o que reforça o caráter concentrador de renda e poder do desenvolvimento brasileiro. Tais questões teriam se refletido no padrão das litigâncias trabalhistas? De que forma? Esses questionamentos justificam, a nosso ver, utilizar o ano de 1964 como um marco de nossa terceira e última etapa da periodização proposta. Em 1970, contando com cerca de 1 milhão, duzentos e trinta e cinco mil habitantes, Belo Horizonte registra 14.039 processos trabalhista em suas 06 JCJ's - um para cada 88 habitantes.

Contexto histórico do acervo

O acervo completo das reclamações trabalhistas individuais ajuizadas em Belo Horizonte, entre 1941 e 1974, apresenta-se como fonte inédita de pesquisa para se estudar, em áreas afins como Direito, História, Economia, Sociologia, entre outras, as transformações da sociedade mineira e brasileira. O conjunto de processos trabalhistas em questão é relativo a uma capital regional recém-implantada e em ritmo acelerado de transformação. Para além de sede do governo estadual, Belo Horizonte se beneficiou, desde o início do século XX, de políticas de desenvolvimento regional direcionadas para a integração do estado de Minas Gerais.

O período de cobertura dos processos coincide com momento chave da transição de Belo Horizonte para economia e sociedade modernas. A cidade cresceu sob o influxo de modelo

desenvolvimentista e se consolidou como polo econômico dinâmico. Belo Horizonte passou de terceiro centro industrial de Minas Gerais, em 1920, para a liderança na década de 1940. A criação da Cidade Industrial de Contagem, em 1941, e a acelerada industrialização nas décadas seguintes basearam-se em forte concentração no setor metalúrgico, com a decisiva participação do Estado e de capitais estrangeiros.

A cidade viu desdobradas as funções relacionadas à prestação de serviço em educação, saúde, cultura e entretenimento. Também ganharam vigor as atividades comerciais, bancárias e financeiras. Na administração de Juscelino Kubitschek, na primeira metade da década de 1950, operou-se verdadeira reinvenção de Belo Horizonte, marco da evolução urbana, pelos vigorosos desenvolvimentos econômicos, sociais, culturais e artísticos.

Na segunda metade do século XX, Belo Horizonte apresentava mercado de trabalho moderno, com marcante participação da migração em sua formação. A partir de 1930, assumiu, gradualmente, pequena expressão relativa a participação de imigrantes estrangeiros na cidade e cresceu, progressivamente, o peso dos imigrantes nacionais, originários em sua grande maioria do interior do estado. A integração do mercado interno brasileiro, o acirramento da concorrência capitalista e a modernização conservadora no campo impulsionaram a imigração. Belo Horizonte se constituiu em destino privilegiado da migração rural-urbana em Minas Gerais e experimentou acelerada expansão de sua população proletária. Na década de 1940, estavam reunidos em Belo Horizonte os elementos que ensejariam a formação de específica cultura, representação de classe e formas de organização e expressão do movimento operário.

Atividades do projeto

As atividades do projeto são coordenadas e executadas pela equipe do Centro de Memória da Justiça do Trabalho, com a participação de estagiários dos cursos de História e Direito. A meta fundamental é catalogar e tornar disponível ao público interessado esse acervo, a partir do qual, sob a perspectiva das relações de trabalho, estabeleçam-se novos campos de análise e pesquisa de uma época tão significativa na vida brasileira. Para a consecução desse fim, foram implementadas as seguintes ações:

1) Conhecimento técnico da fonte, através de uma análise estrutural do tipo documental, no caso, um processo judicial trabalhista. Um especialista da área jurídica preparou um curso para os estagiários e servidores envolvidos no projeto sobre o que constitui um processo judicial, em termos genéricos e, mais especificamente, um processo judicial trabalhista.

2) Análise prática e aprimoramento, por parte dos servidores, com auxílio do setor de informática, da ficha do sistema de dados para catalogação dos documentos.

3) Treinamento e capacitação dos estagiários e servidores da Instituição para utilizar o sistema de dados acima referido no procedimento de catalogação dos documentos.

4) Higienização, organização e catalogação da documentação, através do estabelecimento de temas e indicadores de referência para se trabalhar os conteúdos de pesquisa. Para viabilizar tal procedimento, todas as ações são permeadas por leitura e discussão de bibliografia pertinente à proposta a partir da qual se discutirão os critérios de levantamento de tais indicadores.

5) Conferências semanais da entrada de dados no sistema, por parte dos servidores da Instituição designados para supervisionar o projeto e o trabalho dos estagiários, com vistas a corrigir e uniformizar as informações.

6) Elaboração de relatórios técnicos mensais a respeito do andamento dos trabalhos.

Uma vez catalogada uma parcela significativa do banco de dados, já estão reunidas condições para implementação de estudos e projetos de pesquisa nas diversas áreas de conhecimento envolvidas. Tal afirmação se comprova com a presença de pesquisadores dos cursos de História e Direito utilizando os processos judiciais trabalhistas que compõem o acervo em suas pesquisas. Fomentar e incentivar tais pesquisas são os próximos passos do projeto.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Eneida Melo Correia de; DABAT, Christine e LIMA, Maria do Socorro de Abreu e (Org.). *III Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho*. Recife: Nossa Livraria, 2008;
- AXT, Gunter. *Algumas reflexões sobre os critérios para a identificação e guarda dos processos judiciais históricos*. Justiça e História, vol. 4, nº 7, 2002.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BIAVASCHI, Magda Barros. Os processos como fontes primárias para a pesquisa. In: *Anais do II Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho*. Campinas. LTr, 2008.
- BIAVASCHI, Magda Barros; LÜBBE, Anita. *Os memoriais e a preservação dos documentos da Justiça do Trabalho: revisitando a tabela de temporalidade dos documentos e processos trabalhistas arquivados*. Documento apresentado na reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais da Justiça do Trabalho em Aracajú (SE), em 19 de julho de 2006.
- CAIXETA, Maria Cristina Diniz; CUNHA, Maria Aparecida Carvalhais; DINIZ, Ana Maria Matta Machado (Org.). *IV Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho - Cidadania: o trabalho da memória*. Belo Horizonte (MG). São Paulo: LTr, 2010.
- CAMARGO, Ana Maria. *Política e historiografia no Judiciário*. Palestra proferida no Seminário de Política de Memória Institucional e Historiografia. Porto Alegre, 12 setembro de 2002.
- _____. Valor histórico e outros valores atribuídos aos arquivos. In: *Anais do II Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho*. Campinas. LTr, 2008.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: Do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2005.
- DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1986.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930 no Brasil: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense: 1975.
- GOMES, Ângela M. de Castro; PAES, Marilena Leite. Direito à informação e à memória como exercício da cidadania: a questão da avaliação e destinação de autos findos e demais documentos do Poder Judiciário. In: *Anais do II Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho*. Campinas. LTr, 2008.
- _____. *A invenção do trabalhismo*. 3ª edição - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- _____. *Retrato falado: a Justiça do Trabalho na visão de seus magistrados*. In: Revista de Estudos Históricos, nº 37, janeiro-junho 2006.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- MORAES FILHO, Evaristo de. *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- MORAES, Regina L.; PESSANHA, Elina G. da Fonte. *Magistrados do Trabalho no Brasil: entre a tradição e a mudança*. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 37, janeiro-junho de 2006.
- MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- NEGRO, Antonio Luigi. *O que a Justiça do Trabalho não queimou: novas fontes para estudo do trabalho no século XX*. Texto impresso.
- SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *Trabalho, Justiça e Direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes*. São Leopoldo: Oikos, 2010.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Saga, 1976.
- SILVA, Fernando Teixeira da. Nem crematório de fontes, nem museu de curiosidade: Por que preservar os documentos da Justiça do Trabalho. In: *Anais do I Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho*. Porto Alegre LTr, 2007.
- SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas; TEIXEIRA, Lima. *Instituições de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 1997.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

PRESERVAR A MEMÓRIA E IDENTIDADE DOS CONFLITOS TRABALHISTAS NO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RIO GRANDE DO SUL

“Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara.”¹

Magda Barros Biavaschi (*)

Elton Luiz Decker ()**

Resumo

O Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, que está completando em 2013 dez anos de caminhada, quer dividir um pouco de suas descobertas, certezas e também suas dúvidas e inquietações na luta pela preservação dos processos trabalhistas e demais documentos da Justiça do Trabalho. Ao compartilhar um pouco da trajetória realizada nessa década, sustenta a necessidade de preservar seu acervo, apresentando exemplos de como pode ser um infundável manancial de pesquisas interdisciplinares, em especial àquelas que se debruçam sobre os complexos processos sociais que envolvem as relações de trabalho.

Palavras-chave: Arquivo; arquivos do judiciário; história; memória; trabalhadores

O surgimento da política de descarte na Justiça do Trabalho e o dever de Memória

A historiadora Ângela Maria de Castro Gomes, ao participar do 1º Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho, em Porto Alegre, no ano de 2006, disse que o novo e crescente interesse dos historiadores pelos arquivos articula-se com as preocupações da sociedade mais ampla, que se inquieta, cada vez mais com a “destruição de sua memória” e com as consequências políticas e culturais do “esquecimento”. Por isso, ainda segundo ela, ganhou espaço a ideia de um “dever de memória”, que em seu sentido primordial tem uma dimensão de reconhecimento da sociedade e do Estado em relação às “perdas e injustiças” sofridas por determinados grupos, que por sua vez se mobilizavam para reivindicar reparações de vários tipos, entre as quais seu próprio “direito à memória”.

A partir da década de 1990, o avanço da globalização neoliberal articulou-se com referências sócio-culturais descritas como pós-modernas, com sua estética apoiada na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, com interferência em todas as esferas da sociabilidade, com expressões no espaço urbano, na arte, na publicidade, nos meios de comunicação.

¹José Saramago Ensaio sobre a Cegueira, p.7 - A referência à obra de José Saramago Ensaio sobre a Cegueira foi utilizada como forma de despertar os sentidos para a metáfora utilizada pelo premiado escritor, que retrata a cegueira como um processo social no qual, por diferentes motivações, os indivíduos deixam de refletir e agir sobre o que acontece a seu redor.

(*) Desembargadora Federal do Trabalho aposentada, doutora em Economia do Trabalho pela UNICAMP, pesquisadora da FAPESP e Coordenadora do Memorial da Justiça do Trabalho no RS.

(**) Servidor público federal, sociólogo, integrante da Equipe Técnica do Memorial da Justiça do Trabalho no RS.

Coincidência ou não, foi a partir de 1987 e, mais concretamente, na década de 1990 que se realizou no País massiva eliminação de documentos produzidos pela Justiça do Trabalho, legitimada pela Lei nº 7.627, de 10.11.1987, que autoriza a eliminação de autos findos após cinco anos de seu arquivamento. Desse modo, com fundamento nessa lei, o Poder Judiciário Trabalhista iniciou ampla e profunda destruição de autos de processos findos. Desde então, foram e continuam sendo eliminados milhares e milhares de documentos produzidos na Justiça do Trabalho em todo o Brasil.

É peculiar também que a autorização à eliminação de documentos ocorra justamente no período em que há aumento exponencial no número de processos ajuizados. Ao se analisar os números de processos trabalhistas recebidos pela Justiça do Trabalho no RS, verifica-se que o volume de ajuizamentos na primeira instância cresceu mais de 31 vezes, da década de 1940 até a primeira década do século XXI. Ao se cotejar o aumento de demandas com a evolução populacional do Rio Grande do Sul, que em 1940 era de 3.320.689 e na virada do século somava 10.187.798, pode-se verificar que esse número triplicou, distante, porém, em termos proporcionais, do crescimento das ações trabalhistas no mesmo período. Veja o a tabela e gráfico a seguir demonstrando esta evolução:

Tab. 1: Reclamatórias recebidas nas Varas do Trabalho do RS (1941-2010)²

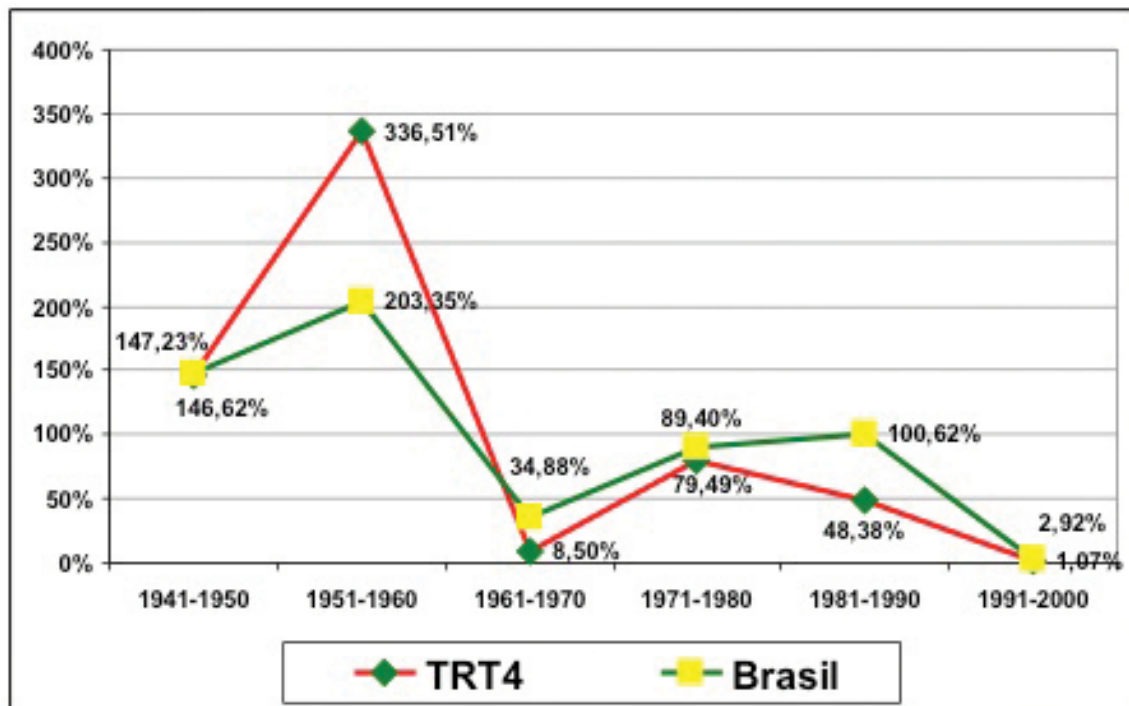
Período	Qt. Processos	Percentual
1941-1950	35.837	0,22%
1951-1960	88.689	0,83%
1961-1970	228.776	2,09%
1971-1980	398.246	4,31%
1981-1990	798.085	8,59%
1991-2000	1.225.180	14,15%
2001-2010	1.204.636	13,66%
Total	4.121.666	100,00%

Fontes: Os dados de 1964 até 2011 foram obtidos dos Relatórios Anuais do TRT da 4ª Região. Os dados de 1947, 1951 e 1952 foram retirados do Formulário Controle de Movimentação Processual feito na época. Os dados de 1941 até 1946, de 1948 até 1950 e de 1953 até 1963 foram estimados a partir do total informado ao TST, e tomando-se por parâmetro as médias ponderadas da Capital, Interior do RS e SC.

Elaboração: Memorial da Justiça do Trabalho no RS.

²Além da informação disponível no TST, o Memorial buscou os dados oficiais existentes sobre o número de processos recebidos nas diversas unidades judiciárias de 1941 até 2010. Mesmo não estando ainda finalizada a pesquisa, já é possível apresentar essas informações.

Gráfico 1 - Incremento de Ingresso de Processos Trabalhistas - 1ª Instância



Fonte: Estatísticas do TST - Elaboração: Memorial da JT no RS.

Esse fenômeno pode ser analisado por diferentes ângulos: de uma parte, a redemocratização aumentou a luta pela concretização de direitos represados, possibilitando que a cidadania os reivindicasse pela via legal; por outro lado, as iniciativas de precarização do trabalho adotadas provocavam a necessidade de reparação dos danos causados aos trabalhadores, gerando aumento de demandas; por fim, o fenômeno da judicialização da vida também pode ter expressão nesse aumento verificado após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e nas décadas seguintes.

Quando foi autorizado o descarte de processos findos, poucas vozes deixaram registrado seu protesto a essa prática de eliminação³. Verdadeira “queima de arquivo” entrou em curso, comprometendo as pesquisas e o direito à memória e à identidade das gerações futuras. Mas eram tantas as demandas reprimidas e lutas a serem realizadas que pouca atenção se deu ao tema da preservação. Até porque esses documentos eram em regra tidos como papel velho, sinônimo de burocracia, da lentidão, do atraso à modernização que se anunciava com o advento da informatização. A interpretação desse capítulo da nossa história é tarefa reservada às gerações futuras que poderão levantar fatos e descortinar as razões que levaram à edição da referida lei.

O entendimento de que a promulgação dessa lei se deveu, de forma unívoca, ao abarrotamento dos arquivos do Judiciário Trabalhista e à insuficiência de recursos, é interpretação que carece de profundidade, seja pela lesão que esse descarte produziu e produz para o direito à prova dos cidadãos, seja pela quebra de uma tradição da administração dos tribunais de preservar e disponibilizar a sociedade os seus arquivos, que são patrimônio público.

³Merece destaque a luta da Associação dos Advogados de São Paulo.

Essa política de descarte representou uma ruptura na história administrativa dos tribunais. No período 1941-1986 não se dispunha de lei autorizando eliminação de documentos, acumulando-se processos no Judiciário Trabalhista, cuja redução de volume somente foi facultada com a Lei nº 5433, de 08 de maio de 1968, que possibilitou a mudança de suporte da informação desses documentos através da microfilmagem, descartando-se os documentos em meio papel.

No caso do TRT da 4ª Região, a microfilmagem foi realizada nas décadas de 1970 e 1980 para os documentos das Unidades Judiciárias de Porto Alegre e do TRT, mantendo-se em meio papel os documentos das diversas Juntas de Conciliação e Julgamentos (JCJ's) no interior do Estado. Com isso, foram microfilmados os processos de Porto Alegre do período 1941-1970, até hoje consultados e disponíveis, o que evidencia que se trata de meio viável e que produz tanto a preservação do documento para gerações futuras como moderniza a estrutura do arquivo. Com a edição da Lei nº 7627/87 e o início da implantação de processos informatizados, abandonou-se essa metodologia, estancando-se uma prática que atendia as demandas por espaço e, simultaneamente, preservava a informação.

O surgimento do Memorial

A ideia do Memorial não foi construção anódica, neutra. Ela se deu em certo contexto político, imbuída de um desejo e necessidade de valorizar a história e de encontrar nela os fundamentos e valores da resistência contra a atomização, a despersonalização, em tempos de profundo abalo dos direitos sociais. Diante desse cenário, era urgente a criação de espaço de Memória para recuperar o Direito do Trabalho em seus fundamentos, recolocar seu papel histórico como direito social integrador para, a partir do passado relido, ser analisado o presente e redefinido o futuro possível. Documentos e projetos internos do Memorial contam essa motivação. Fortalecia-se a convicção de que o olhar para o passado não significa resgatar o velho, mas buscar nas raízes e nos princípios que fundam o arcabouço jurídico-institucional trabalhista a força de sustentação do novo no qual se acredita e pelo qual se luta enquanto Instituição, cuja identidade se quer preservar.

Dessa forma, no final de 2003, foi criado o Memorial da Justiça do Trabalho na 4ª Região, vinculado ao Gabinete da Presidência do TRT4, com o objetivo de constituir acervo representativo da história da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, em espaço físico de fácil acesso, visando permitir a visita pública. Inicialmente, dando ênfase a objetos e documentos antigos que se constituíssem em uma amostra da passagem do tempo na Instituição. Visando a esses objetivos, foi, inicialmente, disponibilizado no saguão do prédio sede espaço de exibição de alguns móveis antigos, documentos e banners, evidenciando as diversas gestões administrativas da Justiça do Trabalho e sua conexão com os acontecimentos econômicos, sociais, culturais, e políticos do País e do Estado.

O memorial e a pesquisa

No entanto, essa compreensão passou logo a incorporar outra, a da pesquisa. Contribuiu para essa mudança quando o *Órgão Especial*⁴ apreciou pedido de eliminação de autos findos de processos trabalhistas oriundos de São Jerônimo. Nesse momento, passou-se a discutir a relevância desse acervo como fonte de pesquisa de raro valor para a história do Brasil. Em sua maioria eram demandas de mineiros das minas de carvão em luta por direitos. Isso em um

⁴ é o colegiado dos desembargadores do trabalho mais antigos dos tribunais que se reúnem mensalmente para decidir as questões envolvendo a pauta administrativa da Instituição.

período em que a atividade de extração carbonífera, quase inexistente em outros lugares do Brasil, tinha enorme importância para a economia nacional.

Essa coleção, que já havia passado por um incêndio que destruíra outros tantos processos antigos, revelava o conflito entre mais de mil mineiros e a administração das minas de carvão de Butiá, São Jerônimo e Arroio dos Ratos, em 1946. O acontecimento central, presente em grande parte desses processos, é uma greve ocorrida naquele ano, envolvendo: piquetes, enfrentamento e agressão entre mineiros grevistas e não grevistas; intervenção militar e abandono de emprego em massa de mineiros que, posteriormente, foram acusados de desertores com base em uma lei de 1943⁵. Alguns desses mineiros eram militantes políticos de grande expressão, como Manoel Jover Telles, que chegou a deputado estadual, e participou em acontecimentos importantes do período da ditadura civil/militar.

A análise dessa rica documentação deixa claro que os processos trabalhistas são *patrimônio público*⁶. Também deixa evidente que não há como, *a priori*, mensurar o valor histórico que um conjunto documental irá ter para as gerações futuras e que o seu descarte, por quaisquer critérios, é ato que resulta na obstaculização do direito das mesmas a conhecer partes importantes de nossa história, contadas e registradas ricamente nessas fontes.

A esses processos iniciais foram sendo agregados outros, envolvendo demandas de diferentes categorias profissionais e ramos da atividade econômica, como é o caso dos processos da região portuária de Rio Grande; dos processos de Pelotas que contempla atividades rurais, industriais, comerciais e de serviços; do acervo de Santa Maria, com forte presença da ação dos ferroviários; dos pleitos de Montenegro e de Novo Hamburgo, cidades de colonização alemã, com destaque aos trabalhadores no Polo Petroquímico e na indústria de calçados; e os processos de Guaíba, de período mais recente, envolvendo conflitos entre trabalhadores e empresa de celulose e papel pioneira no uso da terceirização como forma de otimização de lucros e precarização do trabalho.

No acervo de Guaíba, pesquisa realizada com recursos da FAPESP, e com andamento no CESIT/IE/UNICAMP, ancorou-se decisões proferidas pelas diferentes instâncias da Justiça Trabalho, tendo como fonte prevalente os processos selecionados. Nesse estudo, foi possível verificar o papel desempenhado ao longo do tempo pela Justiça do Trabalho como Instituição reguladora da terceirização. Par i passu ao estudo desses documentos, foram realizadas muitas entrevistas a atores sociais com papel relevante nos processos da amostra, incluindo advogados, magistrados, desembargadores e Ministros do TST, bem como com lideranças de destaque no setor pesquisado, elementos disponíveis no acervo do Memorial. Os resultados dessa pesquisa estão em Relatório Científico aprovado pela FAPESP e por ela disponibilizado.

Mas não foi apenas essa a pesquisa envolvendo o acervo preservado no Memorial. Dissertações de mestrado e teses de doutorado foram possíveis a partir do estudo dessas fontes e que permitem analisar o processo de construção e consolidação do Direito do Trabalho, bem como o de sua desconstrução em tempos de ventos liberais.

⁵O Brasil declarou guerra contra a Alemanha e Getúlio Vargas decretou que algumas minas e indústrias eram estratégicas no esforço de guerra e seus trabalhadores estariam submetidos a regulamentos militares.

⁶O conceito de patrimônio histórico e artístico nacional abrange todos os bens, móveis e imóveis, existentes no País, cuja conservação seja de interesse público, por sua vinculação a fatos memoráveis da História pátria, ou por seu excepcional valor artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou ambiental. Tais bens tanto podem ser preciosidades do passado como criações contemporâneas. O valor histórico, artístico, cultural, científico ou ambiental é proclamado pelo órgão administrativo incumbido dessa apreciação.

Têm sido realizadas atividades de divulgação desse acervo, com exposições, seminários, e com a estruturação no Memorial de setor próprio para armazenar e disponibilizar essas fontes aos pesquisadores. Tudo com o objetivo de despertar pesquisadores externos, interessados no uso dessas fontes documentais para embasar seus estudos específicos, o que representou um segundo momento da produção bibliográfica sobre o acervo.

Em sua dissertação de mestrado a historiadora Clarice Speranza pesquisou o movimento de resistência dos trabalhadores na Empresa Jornalística Caldas Júnior, focando uma greve mediada pela arena jurídica do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, localizando nos processos trabalhistas informações ímpar para a história social dos trabalhadores no período da redemocratização. Segundo Speranza, os processos traziam um arsenal de dados importantes, como as faixas salariais dos empregados, além de informações sobre os acontecimentos posteriores ao movimento grevista investigado.

Recentemente, tese de doutorado dessa pesquisadora abordou, por meio de ações individuais, as relações de trabalho envolvendo os mineiros da região carbonífera do Rio Grande do Sul, examinando o conflito entre trabalhadores e patrões nas minas de carvão então existentes no município de São Jerônimo, nas décadas de 40 e 50. A análise inclui levantamentos quantitativos de um universo de 5.708 ações ajuizadas, abrangendo seus autores e motivações. Contempla também o exame de enfrentamentos que marcaram o período (como a greve de 1946 e a mobilização pelo descanso semanal remunerado, em 1949) a partir dos depoimentos relatados nas audiências, jornais e outras fontes.

Além disso, encontra-se em andamento duas teses de doutoramento: uma primeira pelo pesquisador Walter Oliveira investiga, por meio dos processos judiciais, as relações envolvendo a terceirização e o papel da jurisprudência trabalhista como expressão do poder judicial na mudança de políticas públicas; e uma segunda pelo doutorando Alisson Droppa, que investiga as conquistas de Direito dos trabalhadores de Porto Alegre no período pré 1964.

Merecem ser mencionadas as dissertações de mestrado de Alex Favernazi da Luz, com o título “Justiça do Trabalho: Demandas Trabalhistas no Norte do Rio Grande do Sul (1941-1960)”, no qual investigou o perfil dos profissionais que atuaram na Justiça do Trabalho em Passo Fundo/RS nas décadas de 1950 a 1960, utilizando como fonte acórdãos do TRT4; Elizete Gonçalves Marangon, sobre a caracterização do vínculo empregatício na Justiça do Trabalho da Região de Passo Fundo, abordando seus aspectos jurídicos e históricos, também utilizando processos trabalhistas franqueados ao Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo (UPF); a dissertação de mestrado em história de Diego Luiz Vivian, versando sobre a “Indústria Portuária Sul-Rio-Grandense: portos, transgressões e a formação da categoria dos vigias de embarcações em Porto Alegre e Rio Grande (1956-1964)”; e a pesquisa que está sendo desenvolvida por Kate Schneider, versando sobre a força de trabalho de mulheres, para fins de obtenção do título de mestre em História na UFRGS.

São citadas a seguir publicações de diversas áreas do saber que tiveram como fonte os documentos nominados no presente projeto: Lelio Valdez fez seu trabalho de conclusão no curso de bacharelado em História pela UFRGS pesquisando trabalhadores em frigoríficos na cidade de Rio Grande; Camile Balbinot fez monografia de conclusão de curso de especialização em Direito do Trabalho com o tema “CLT-Fundamentos Ideológicos-Políticos: Fascista ou Liberal-Democrática?”; Emmanuel De Bem realizou sua monografia de conclusão de curso para obtenção do título de bacharel em História pela UFPEL com o título “Os Trabalhadores e a Justiça do Trabalho - Estudo centrado na cidade de Pelotas-RS, 1938-1943”; as professoras Lorena Almeida Gill, Beatriz Ana Loner e a estudante Marcielle Agosta de Vasconcellos, do curso de História da UFPEL, publicaram o artigo “Rastros, relatos, memórias: os processos trabalhistas e as fontes orais na pesquisa histórica” na Revista Latino-Americana de História; Lóren Nunes da Rocha realizou sua monografia de conclusão de curso para obtenção do título de licenciada em História pela UFPEL

com o título “Acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas (1940-1945): da guarda documental ao uso na pesquisa histórica”; Jordana Alves Pieper realizou sua monografia de conclusão de curso para obtenção do título de licenciada em História pela UFPEL com o título “Carregar e Descarregar: Os estivadores de Pelotas e suas relações trabalhistas entre 1940 e 1942”.

Exposições

A sensibilização dos servidores e magistrados da instituição, bem como dos advogados, da comunidade acadêmica e dos usuários em geral da Justiça do Trabalho sobre a importância do acervo foi sendo realizada com poucos recursos e muita criatividade. Assim, contando com as contribuições espontâneas de artistas plásticos, fotógrafos, juristas, historiadores, sociólogos, interessados na ideia de preservar nossa história como caminho de resistência aos ventos neoliberais, foram produzidas atividades com o debate necessário de documentos, discursos, práticas e princípios do passado que, ao serem reinterpretados, traziam questionamentos para o nosso tempo.

Por meio de exposições temáticas, debateu-se o papel da mulher no período do surgimento da Justiça do Trabalho, na luta pela conquista do direito ao voto e ao ingresso no mercado de trabalho formal. Nas comemorações ao dia do trabalho produziram-se reflexões sobre o trabalho dos mineiros, ricamente representado nos processos judiciais e nas xilogravuras do artista plástico Danúbio Gonçalves. Explorando-se a iconografia presente nos processos, realizaram-se amostras que contaram com instalações autorais de artistas plásticos, servidores da Instituição. Em um momento de reflexão sobre a estabilidade no emprego, explorou-se a instituição da Carteira de Trabalho, seu significado. Olhou-se para o que representou a instituição do FGTS, em meio à ditadura civil/militar, atividade essa que contou com vídeo documentário e com seminário em sua inauguração com a presença do economista Marcio Pochmann. Novamente Ângela de Castro Gomes era presença marcante, falando sobre o documento, a Carteira de Trabalho, como elemento de integração e incorporação dos trabalhadores. No aniversário de instalação da Justiça do Trabalho em Pelotas, realizou-se divulgação de pesquisa sobre a classe operária daquela cidade, com estudo de processos trabalhistas que lá tramitaram, cruzando-se essas referências com a chamada estética do frio que perpassa a cultura daquelas terras pampeanas. Em outra oportunidade, partiu-se da decisão de uma magistrada em processo de 1959 que favoreceu trabalhadora da indústria de calçados de Novo Hamburgo para discutir o princípio *in dubio pro misero* e seu significado, produzindo-se comovente vídeo documentário com entrevista da magistrada e da trabalhadora 48 anos depois.

Selo acervo histórico

Outra importante iniciativa de sensibilização dos servidores, magistrados e demais operadores do Direito foi o lançamento do selo acervo histórico, pensado como forma de compartilhar a responsabilidade pela preservação, deslocando o olhar acostumado a perceber o processo apenas no seu aspecto jurídico para outras questões. Por meio da aposição desse selo, por ato espontâneo de vontade, a comunidade chamaria atenção sobre algum tema, personagem, ou aspecto que julga importante seja conhecido para a memória da Instituição. Entre os processos que receberam selo até o momento, destaca-se o tema do assédio sexual, a peculiaridade de determinados tipos de conciliação realizadas no meio rural, o longo período de tramitação de um processo, detalhes de perícia realizada mostrando as condições de trabalho de determinada atividade, proposição de acordos fraudulentos, dentre outros.

Estratégias de preservação do acervo

Ao mesmo tempo em que esse processo de sensibilização se dava pela via das exposições, o Memorial avançava na reflexão sobre a gestão documental dos processos trabalhistas e demais documentos arquivados na Justiça do Trabalho. No início, a participação do Memorial na Comissão Permanente de Avaliação de Documentos se dava ao título de convite. Nesse primeiro momento, a posição prevalente era a do respeito à lei que autorizava a eliminação dos processos, a qual foi sendo questionada gradualmente pelo Memorial em cada reunião, trazendo-se exemplos de casos em que trabalhadores eram prejudicados pela eliminação dos processos.

Nesse processo, a Administração autorizou ao Memorial a realização de experiências, como, por exemplo, a criação de uma tabela/amostragem para Montenegro, que solicitava eliminação de documentos, avaliando-se, ao final, insatisfatória essa metodologia. Concluiu-se naquela ocasião que a amostragem representa uma limitação produzida pela própria Instituição ao direito de acesso a essas fontes, supervalorizando critérios e valores da Instituição ou a sensibilidade social de dado momento histórico, condenando as gerações futuras a não ter a possibilidade de formular outras questões e outras perguntas para essa realidade. O tema da amostragem será retomado em outro ponto deste texto.

Convivendo-se com tal angústia, ora conseguindo trazer para seu espaço os processos ameaçados de eliminação, ora não logrando êxito em suas tentativas, o Memorial começou a pesquisar sobre o tema da gestão documental e da preservação de documentos na Justiça do Trabalho. Resultado desses estudos foi apresentado no II Congresso Nacional de Arquivologia, realizado nos dias 22 a 26 de junho de 2006 em Porto Alegre, e no Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (COLEPRECOR), no dia 19/07/2006, em Aracaju/SE.

Nesse processo e a partir desses estudos, o Memorial passou a sustentar, no campo legal, a necessidade de rever o prazo da tabela de temporalidade, pois ao ser aplicado nos limites da lei nº 7.627 deixava de contemplar outros regramentos posteriores, como artigos da própria Constituição Federal, a lei nº 8.159, de 08/01/1991, as Resoluções do Conselho Nacional de Arquivos e a Emenda Constitucional nº 45, que ampliou a competência da Justiça do Trabalho.

A argumentação adotada leva em conta, em especial, o valor probatório desses processos no âmbito da prestação jurisdicional, tendo presente a não obstaculização do direito à prova e, portanto, do direito de acesso ao Judiciário. No que tange a esse aspecto, é preciso destacar que os autos findos e os documentos que eles contemplam podem servir de elementos de prova em outros pleitos, como do tempo de serviço para fins de aposentadoria, do trabalho em condições insalubres que assegura o direito à aposentadoria especial, a prova dos recolhimentos ao FGTS; a rede de solidariedade e as prescrições nas indenizações por danos morais e materiais decorrentes do acidente de trabalho; a prova do tempo de serviço dos advogados e peritos que atuaram nos processos, inclusive daqueles para fins de habilitação ao quinto constitucional; a prova do salário de contribuição para fins de cálculo da média do benefício a ser pago pelo INSS; as novas prescrições pelo advento do novo Código Civil e a ampliação da competência da Justiça do Trabalho, etc.

Ainda, estudaram-se diferentes estratégias de preservação documental, apresentando-se como propostas o investimento em arquivos para a guarda dos documentos em meio papel e/ou sua microfilmagem, apontando-se também para outras possibilidades, como compactação e parcerias com instituições de ensino e pesquisa visando intensificar o conhecimento nessas fontes documentais. Esses estudos foram apresentados acompanhados de seus respectivos custos, buscando apresentar subsídio à reflexão sobre a estratégia a ser adotada.

Importante momento nessa história foi a presença do historiador Sidney Challoub em evento de formação e em reunião com os desembargadores do TRT da 4ª Região. Na ocasião,

com a simplicidade e profundidade que lhes são características, discorreu sobre a importância das fontes judiciais para se conhecer a situação da escravidão no Brasil. E de como necessitamos ser generosos em nossa preocupação para com as gerações futuras, pois as relações de trabalho serão estudadas daqui a décadas por pesquisadores com indagações que não são possíveis de serem dimensionadas hoje. Sua presença foi marco decisivo para as políticas de preservação adotadas na 4ª Região e levadas a efeito pelo Memorial.

Ainda, de forma pioneira, a Administração do TRT 4 realizou parceria com a Universidade Federal de Pelotas visando a potencializar a pesquisa histórica em um dos conjuntos documentais mais completos existentes no RS. Seguindo o mesmo exemplo, seguiram-se outras parcerias com a Universidade de Passo Fundo e a Universidade Federal de Rio Grande, disponibilizando-se os processos findos de Passo Fundo, Soledade e Rio Grande para a pesquisa acadêmica.

Parcerias e Centro Regional de Memória

Outra experiência considerada a menina dos olhos do Memorial foi a criação do Centro de Memória Regional em Santa Maria, coração do Rio Grande do Sul e importante centro ferroviário do Estado, com espaço reservado para exposições e conservação de acervo constituído de todos os processos daquele foro trabalhista, desde sua instalação, em 1959. Para complementar essa iniciativa, foi realizado convênio de cooperação técnica com a Universidade Federal de Santa Maria, que disponibilizou bolsistas e estudantes de história e arquivologia para a higienização, armazenamento, organização e pesquisa.

Todo esse processo árduo e tenso de sensibilização e convencimento culminou no final do ano de 2006 - antes já tinha havido a suspensão da política de eliminação de processos - quando a Administração anunciou a criação do Depósito Centralizado de Processos Arquivados para onde seriam encaminhados os processos findos das unidades judiciárias da capital e do interior após cinco anos do seu arquivamento enquanto se discutia na comissão permanente de avaliação de documentos sua destinação final e alternativas de preservação.

Articulação nacional

E como a Justiça do Trabalho integra o Poder Judiciário Federal, se fazia necessário dar início a articulação e integração dos Tribunais em torno de políticas de preservação. Atendendo a essa necessidade, foi realizado em Porto Alegre o I Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho, objetivando integrar os Memoriais e Centros de Memória do País em torno de temas comuns, ganhando destaque a bandeira da preservação dos processos trabalhistas em nível nacional. Daquele momento para cá, foram realizados mais cinco ⁷*Encontros Nacionais da Memória da Justiça do Trabalho e criado o Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho (Memojutra)*, instância de reflexão e integração onde se reúnem representantes de todos os memoriais ou centros de memória dos tribunais, objetivando encaminhar políticas de preservação de âmbito nacional.

⁷I Encontro: Campinas/SP, 2007; III Encontro: Recife/PE, 2008; IV Encontro: Belo Horizonte/MG, 2009; V Encontro: Belém/PA, 2010; VI Encontro: Porto Velho/RO, 2012.

Nova sede, nova fase

Importante conquista proporcionada pela administração do TRT ao Memorial, no início de 2008, foi a destinação de local adequado para o setor, possibilitando espaço para guarda de acervo, sala de pesquisadores, sala de microfilmes e fotografias, sala multiuso, para sua comissão coordenadora e equipe técnica, além de cozinha e banheiros.

O desafio que se colocava era a aproximação com a academia para que se pudesse, de um lado, obter o reconhecimento da importância para a pesquisa dos documentos produzidos pela instituição e, de outro, se ter acesso ao conhecimento acumulado na mesma sobre novas questões, com as quais a Instituição não estava acostumada a lidar, como o da organização do acervo conforme os regramentos próprios de um centro de documentação e pesquisa e de um museu, a estruturação de linhas de pesquisa, a realização de publicações acadêmicas.

Essa aproximação se materializou, de um lado, pela cedência para atuar como diretor do Memorial do Professor Dr. Benito Bisso Schmidt, historiador e professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com experiência e trânsito no meio acadêmico. De outro, por uma série de iniciativas de aproximação com as Universidades, como constituição de Conselho Consultivo integrado pelas Universidades parceiras, bem como realização de seminários e eventos em parceria com Universidades, e a assinatura de convênio de cooperação técnica com a UFRGS para possibilitar a aproximação de estudantes para desenvolverem seus estágios curriculares no Memorial.

A partir da mudança para o novo espaço, visando a integrar o Memorial com as demais instituições do entorno envolvidas com questões culturais, foi criado o Corredor Cultural do Bom Fim, com folder indicando cada uma das instituições, site e eventos que serviam para congregar as mesmas, como a feira do livro e da cultura, que ocorre anualmente.

Com relação às exposições, a mostra *Nos Trilhos da Memória*, inaugurada em 23 de junho de 2009, sobre os trabalhadores ferroviários, deu início a uma nova etapa no tipo das exposições produzidas pelo Memorial, com maior profissionalização da sua expografia, contratando-se um cenógrafo, realizando-se vídeo documentário por empresa com experiência em produção de filmes, e com a produção e planejamento de ações educativas e itinerância. A exposição propõe um diálogo entre o presente e o passado, entre o esquecimento e a lembrança de uma história pujante de lutas e conquistas. É composta de um vídeo documentário com depoimentos de ferroviários, objetos cedidos pelo Museu do Trem de São Leopoldo e painéis contendo pesquisa histórica sobre o tema. Sobre as ferrovias e sua interligação com a Justiça do Trabalho, Pedro Vasquez irá dizer que:

As ferrovias constituíram fator de fundamental importância para o desenvolvimento e expansão do capitalismo e da sociedade burguesa em todo o mundo, inclusive no Brasil. Os ferroviários formaram uma categoria profissional coesa e combativa, o que lhes outorgou a conquista de direitos que só mais tarde foram estendidos aos demais trabalhadores. A trajetória dos ferroviários inscreve-se, pois, na história dos direitos sociais e da Justiça do Trabalho devido à “contribuição dada pelas ferrovias para o surgimento da primeira categoria de trabalhadores qualificados no Brasil, os ferroviários, que anteciparam com suas greves e reivindicações diversas conquistas trabalhistas que hoje beneficiam todos nós”

(VASQUEZ, Pedro. *Nos trilhos da História. Caminhos do trem. Apogeu, decadência e retomada da ferrovia no Brasil*. São Paulo: Duetto Editorial, 2008. (N. 1 - Origens). P. 9.).

No entanto, as ferrovias foram sucateadas devido à opção dos governos brasileiros sobre tudo, a partir da década de 1950, pelo transporte rodoviário, transformando-se, na melhor hipótese, em patrimônio histórico e, na pior, em ruínas da modernidade.

Outra importante exposição, inaugurada em 9 de maio de 2011, comemorou os 70 anos da instalação oficial da Justiça do Trabalho no Brasil, recebendo, ainda, o subtítulo Recortes da História. Conta a história da justiça trabalhista gaúcha por meio de painéis ilustrativos, fotos, recortes e objetos antigos, já nascendo com a proposta de percorrer diversas localidades, tanto em outros espaços da capital e interior, como em foros trabalhistas.

É desse período o lançamento da coleção Justiça e Trabalho, publicação do Memorial destinada a divulgar pesquisas realizadas sobre a Justiça do Trabalho, especialmente aquelas envolvendo acervo do Memorial. No seu primeiro número, foi contemplada a pesquisa realizada pela historiadora Ângela de Castro Gomes e Elina Peçanha intitulada Trajetória de Juízes, com entrevistas a diversos juízes do trabalho do Brasil. O exemplar número dois, ainda não publicado, tem por título Cavando Direitos, de autoria de Clarice Speranza, com o estudo do caso dos mineiros e o uso que esses fizeram da Justiça do Trabalho para avançar seus direitos, baseando-se nos processos trabalhistas de São Jerônimo e nas sentenças do acervo do Ministro Barata Silva, preservados no Memorial.

Também foi lançada a coleção Acervos, destinada a disponibilizar por meio digital acesso a coleções de documentos. Nesta coleção, já contamos com os processos de São Jerônimo e os de Pelotas. Estão em fase de elaboração a digitalização dos primeiros processos de Porto Alegre, os processos de Guaíba e os dissídios coletivos de 1941 até 1970.

Em decorrência desse envolvimento com a produção de publicações versando sobre a história da Justiça do Trabalho, o TST incumbiu o Memorial de um livro comemorativo, sistematizando os relatos de cada Tribunal Regional e do próprio TST sobre a trajetória da Justiça do Trabalho. O livro traz elementos importantes para o conhecimento das diversidades existentes no país e para a percepção do papel exercido pela Justiça do Trabalho na regulação das relações de trabalho.

Outra iniciativa que merece destaque é o próprio site do Memorial contendo diversas informações sobre o acervo, as exposições e eventos, textos e publicações, informações sobre a história da instituição, dentre elas uma linha do tempo. Essa linha do tempo foi resultado de pesquisa realizada pelo Memorial e possui uma versão virtual, que pode ser constantemente atualizada, localizada no site, e outra em painéis, focado no período da instalação da Justiça do Trabalho.

Projetos e atividades recentes

Para finalizar este não tão breve relato da trajetória do Memorial, e sua conexão com a preservação dos processos, destacam-se diversas atividades:

- estudo sobre as condições e alternativas para a preservação do acervo armazenado no depósito centralizado;
- investimentos da administração do TRT4 na preservação da história da instituição, materializados na atualização do software de catalogação dos processos, na disponibilização de estagiários, compra de software para digitalização de microfimes e de material para acondicionamento do acervo museológico, dentre outras;
- convênio de cooperação técnica com a UFRGS visando a que estudantes possam realizar seus estágios curriculares no Memorial;

- convênios com o CECULT, o Ministério da Justiça e o IPEA, alimentando bancos de dados externos com nosso acervo de dissídios coletivos, documentos ligados ao período da ditadura militar e processos arquivados;
- exposições em homenagem ao Ministro Arnaldo Sussekind e rememorando os 70 anos da CLT em conexão com os 10 anos de existência do Memorial;
- seminário sobre a Lei da Transparência;
- ciclo de cinema e debate envolvendo obras cinematográficas relacionadas com a temática das relações de trabalho, com palestras e discussões ao final da exibição dos filmes;
- desenvolvimento do plano museológico;
- cursos presenciais para servidores e magistrados sobre a pesquisa histórica em processos trabalhistas, sobre banco de dados de dissídios coletivos;
- curso no formato EAD com o tema Direito, Justiça e Preservação Documental da Justiça do Trabalho no RS.

Fazendo uma síntese desse último período, o Memorial procurou aproximar-se do público interno, com cursos de capacitação e participação na discussão sobre alternativas de preservação documental. Procurou também vincular o acervo a projetos amplos da sociedade, como o banco de dados de dissídios coletivos, do CECULT, e o Projeto Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, visando à divulgação dos documentos do período da ditadura civil/militar. Ainda, se buscou adequar o Memorial aos requisitos técnicos de um centro de documentação e pesquisa moderno, realizando seu cadastro no CONARQ como instituição pública federal custodiadora de acervo arquivístico, e no Cadastro Nacional de Museus.

Legislação recente e preservação dos processos trabalhistas

Para atualizar o debate sobre a legislação e a preservação dos processos trabalhistas, destacam-se duas questões: a lei da transparência e a Recomendação nº 37, do Conselho Nacional de Justiça.

A necessidade de preservação dos processos trabalhistas foi reforçada com a publicação da Lei nº 12.527/2011, “Lei da Transparência”, de 18 de novembro de 2011, que entrou em vigor em 16 de maio de 2012, quando publicado o Decreto 7.724/12 que a regulamentou. Para que o acesso à informação de que trata a Lei 12.572/2011 se efetive, faz-se necessária tanto a preservação dos documentos - no caso, os documentos e autos de ações trabalhistas no âmbito do TRT da 4ª Região - quanto sua disponibilização ampla a todos. Essa lei - cujos princípios e origem não são objeto deste texto - regula o direito de acesso à informação de que trata a Constituição da República de 1988. Revestindo-se de importância singular, ao estabelecer diretrizes para assegurar amplo direito de acesso à informação deixa claro o dever de o Estado preservar os documentos públicos. Nesse sentido, o dever de guarda, de preservação e de tornar acessíveis os documentos objeto deste estudo, antes defendido pela posição vanguardista de alguns Memoriais ou Centros de Memória da Justiça do Trabalho e praticado no âmbito da 4ª Região desde que instituído seu Memorial, passou a ser tratada em lei específica, adequada ao sistema constitucional brasileiro. Daí ser relevante que se aprofundem e se concretizem os estudos do Memorial, amplamente detalhados em documentos anteriores, para que o dever de preservar e tornar acessível a informação se cumpra.

Já a Recomendação 37⁸, de 15.8.2011, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aprovou como um de seus instrumentos o “Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário - Versão 1.0” com o objetivo de compilar os diversos instrumentos de gestão documental utilizados no âmbito do Poder Judiciário. Em decorrência, no âmbito da Justiça do Trabalho, o Ato 262 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), de 18.11.2011, aprovou o “Manual de Gestão Documental da Justiça do Trabalho de 1º e 2º Graus”.

Do exame do conteúdo dessa regulamentação, evidenciam-se lacunas que desconfiguram a política de preservação documental, tão bem definida nos pressupostos da Recomendação 37, bem como conduzem a equívocos procedimentais, analisados em estudo entregue pelo Memorial à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do TRT da 4ª Região, concluindo-se que, para ser aplicado no âmbito do TRT4 deveria ser de todo revisado, a fim de que possa refletir as características intrínsecas do modelo de atuação da Justiça do Trabalho gaúcha. De um lado, incorporando a arquitetura arquivística mais adequada, no que diz respeito ao andamento dos processos relacionados à atividade jurisdicional, ainda que para isso seja necessário rever a teoria das três idades dos documentos. De outro, sublinhando ser fundamental que as ações delimitadas pelo Manual visem a consolidar uma política efetiva de garantia dos conjuntos documentais, respondendo não apenas aos ditames relacionados no próprio corpo do documento, mas também em todas as manifestações feitas sobre esse mesmo tema, seja na própria instituição, seja na sociedade em geral, cujo interesse maior deve ser o objetivo principal das ações do poder público.

Portanto, como já se enfatizou, a aplicação de qualquer método de amostragem é temerária, pois não se sabe qual a relação entre a amostra e a totalidade. Nesse sentido, invocamos a historiadora Beatriz Loner, enquanto sustenta:

Todas as formas de preservação seletiva levam à destruição das coleções de processos, o que reduz e estreita as possibilidades de utilização do material. Trata-se de documentação ainda inexplorada em suas possibilidades para a pesquisa e qualquer medida que não leve em conta a sua preservação integral inevitavelmente terminará destruindo fontes potenciais de conhecimento histórico sobre os trabalhadores e o trabalho no século XX⁹.

Lições da caminhada e desafios

Ao longo destes 10 anos de trajetória, defender a preservação dos processos trabalhistas como documentos de guarda permanente, proporcionando higienização, acondicionamento adequado, organização e disponibilização à pesquisa, são atividades prioritárias do Memorial da Justiça do Trabalho no RS. A celebração de convênios de cooperação técnica com instituições de ensino e pesquisa para fomentar a produção de conhecimento tendo por base esses documentos, a realização de estudos cotejando o impacto de diferentes estratégias de preservação documental, a realização de exposições e a publicação de pesquisas acadêmicas realizadas no Memorial

⁸Disponível em <http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/322-recomendacoes-do-conselho/15447-recomendacao-n-37-de-15-de-agosto-de-2011>.

⁹LONER, Beatriz Ana. “O acervo sobre trabalho do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel”. In: SCHMIDT, Benito Bisso (org.). Trabalho, Justiça e Direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes. São Leopoldo: Oikos, 2010, pp. 13-14.

são outras formas encontradas para dar visibilidade a esse importante acervo, patrimônio da humanidade.

Fazer essa defesa é tarefa difícil em tempos nos quais há costumes, práticas e discursos que minimizam, relativizam e chegam a ridicularizar tal postulado, pavimentando as condições para o seu contrário; ou seja, o esvaziamento da memória e da nossa identidade. Nesse sentido, o Memorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região trabalha pelo reconhecimento do direito constitucional dos cidadãos brasileiros à prova, à sua memória e à sua identidade, e também pela afirmação do dever/poder do Estado de assegurar essa preservação e oferecer o acesso aos mesmos.

As propostas de descarte massivo dos documentos judiciais, com a preservação de amostragens - as quais teriam condições de representar o todo descartado - é procedimento referendado por normas e regramentos que se prestam a interpretações contraditórias. Alguns desses regramentos, notadamente a Recomendação CNJ nº 37, que estrutura as políticas de gestão documental dos órgãos subordinados, indicam mecanismos e formas de tratamento documental que não satisfazem os requisitos formulados em seu preâmbulo, como, por exemplo, o citado e contestado uso de amostragens estratificadas.

A preservação dos processos trabalhistas não é tarefa impossível ou excessivamente onerosa, havendo boas iniciativas ao alcance dos administradores, com baixos custos e alto impacto social e cultural. Aprendemos, ao longo dessa trajetória, que o direito à memória, que se viabiliza também por meio do acesso aos documentos públicos, é construção que se faz diariamente e que deve se materializar em ações concretas.

Para além da sensibilização da comunidade acadêmica, se faz necessário um despertar da sociedade em geral para esta temática, em especial os trabalhadores em suas organizações coletivas.

É importante internalizar a ideia de preservar como direito e dever. Concretizar o direito de acesso ao conteúdo desses documentos públicos é questão de justiça, na medida em que retratam as tensões sociais do momento em que produzidos, as lutas, as resistências, os conflitos entre empregados e patrões, as estratégias empresariais, os avanços e recuos da organização dos trabalhadores na luta por direitos, o papel desempenhado pelo sindicato, pelo Estado e, dentro dele, pela Justiça do Trabalho.

Referências Bibliográficas

BIAVASCHI, Magda Barros. *O Direito do Trabalho no Brasil - 1930/1942: A construção do sujeito de direitos trabalhistas*. 2005. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CHALHOUB, Sidney. *O Conhecimento da História, o Direito à Memória e os Arquivos Judiciais*. In: Curso de formação e multiplicadores em políticas de resgate, preservação, conservação e restauração do patrimônio histórico da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Porto Alegre, Arquivo eletrônico. Porto Alegre: Memorial do TRT 4ª Região, 2005.

DROPPA, Alisson; BIAVASCHI, Magda Barros. *A luta pela preservação dos documentos judiciais: a trajetória do combate à destruição das fontes a partir da Constituição de 1988*. Revista História Social, v. 1, pp. 93-118, 2012.

GOMES, Angela Maria de Castro. *Arnaldo Sussekind: um Construtor do Direito do Trabalho no Brasil* In: Seminário O Memorial da Justiça do Trabalho no RS e a Construção

do Direito e da Justiça do Trabalho no Brasil, 2004, Porto Alegre. Arquivo eletrônico. Porto Alegre: Memorial do TRT 4ª Região, 2004.

LONER, Beatriz Ana. O acervo sobre trabalho do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. In: SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *Trabalho, Justiça e Direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

LÜBBE, Anita Job. *A preservação dos documentos da Justiça do Trabalho. TST, Brasília* In: Reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais da Justiça do Trabalho, Aracajú, 2006.

RANSOLIN, Antonio Francisco; LEMOS, Dinah e DECKER, Elton Luiz. *Estudos de Gestão Documental do Memorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região*. In: II Congresso Nacional de Arquivologia, 2006, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul, 2006.

SPERANZA, Clarice Gontarski. *Cavando direitos - As leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50*. Tese (Doutorado em História) UFRGS, Porto Alegre, 2012.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL E TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ADVOGADOS TRABALHISTAS EM VITÓRIA DA CONQUISTA: 1963-1999

Vitor Moraes Guimarães¹
Avanete Pereira Sousa²

Resumo

A comunicação tem por objetivo apresentar os resultados da pesquisa sobre a trajetória dos advogados que, no período de 1963 a 1999, atuaram ao lado dos trabalhadores nos processos encaminhados à Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória da Conquista/BA. O exíguo número de advogados que se dedicaram à defesa dos trabalhadores e a pouca incidência de processos acompanhados por advogados levaram à reflexão acerca do perfil biográfico desses operadores do direito e sobre as configurações que impediram ou dificultaram a sua atuação. A história dos advogados trabalhistas da região sudoeste da Bahia, no período em foco, encontra-se inserida em uma história nacional dos trabalhadores e é reveladora das lutas em defesa da democracia e pela ampliação de direitos em um tempo que abrange a repressão desencadeada pelo regime militar e a reconquista da democracia.

Palavras-chave: Direito; advogado; memória; trabalhadores

A presente comunicação consiste na apresentação dos resultados finais da pesquisa “Os advogados da Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho em Vitória da Conquista (1963-1999): biografia e atuação social”, subordinada ao projeto Acervo, Patrimônio e Memória: Vitória da Conquista e região. O objetivo central do trabalho consistiu, por meio da inventariação e catalogação de documentos, na elaboração de banco de dados e disponibilização deste, de forma a evidenciar a memória da Justiça do Trabalho em Vitória da Conquista e Região. O trabalho de pesquisa e processamento dos dados foi feito no Laboratório de História Social do Trabalho (LHIST), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), entre agosto de 2012 e julho de 2013, que abriga a documentação da Junta/Vara de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho de Vitória da Conquista. Foram investigados processos trabalhistas dos anos de 1963 (quando foi instalada a Junta) a 1999 (quando a Junta passou à condição de Vara); constituiu-se em acervo documental cuja riqueza permite a execução de estudos bastante controversos à temática da Justiça do Trabalho.

O objeto da pesquisa é, portanto, a atuação dos advogados da Junta, e se justifica pela preservação da memória da Justiça do Trabalho em Vitória da Conquista a partir da coleta de dados bibliográficos e a realização de entrevistas com os profissionais do direito que exerceram a sua atividade na região.

O acervo conta com a seção de Processos Trabalhistas, referentes ao período de 1963-1998, e a seção de Códices, do período de 1963-1989. Nessa última seção encontramos uma série de documentos que permite a compreensão do funcionamento da Junta, como o registro

¹Graduando em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB/LHIST. E-mail: vitor.mguimaraes@hotmail.com

²Orientadora da pesquisa. Profa. do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: avanete@uol.com.br.

de visitas de advogados, cálculos de custos, emolumentos e livro de carga de processos. Além desses documentos, os processos trabalhistas são de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa, posto que, através da sua análise,

pode-se buscar aquilo que é transmitido com a ocorrência de determinados comportamentos e com o discurso sobre esses comportamentos, ou seja, pode-se aprender a lógica que informa tais comportamentos e discursos empreendidos pelos grupos sociais estudados³.

O perfil dos advogados e o seus posicionamentos podem ser apresentados nesses processos sendo que, segundo Silva, “a participação do advogado é outra peça importante na engrenagem da Justiça do Trabalho. Esse profissional interfere no desfecho do processo”⁴. No entanto, por si só, os processos trabalhistas não bastaram para a pesquisa, uma vez que na ampliação dos procedimentos de análise propomos a realização de entrevistas com os advogados e para isso adotamos como metodologia a história oral, posto nos dar muito a compreender a história do tempo presente evidenciando os discursos e, no caso da nossa pesquisa, as concepções dos agentes e a estrutura judicial.

A coleta de depoimentos propiciou a elaboração de dados biográficos, visto “que as biografias ilustram formas típicas de comportamento e concentram todas as características do grupo”⁵. Dessa forma, a atuação social dos agentes constituiu-se nas suas trajetórias que correspondem a sua relação com a Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória da Conquista, sendo que

as biografias ilustram formas típicas de comportamento e concentram todas as características do grupo; mesmo as desviantes mostram o que é estrutural e estatisticamente próprio ao grupo - elas permitem identificar as possibilidades latentes da cultura e deduzir “em negativo” o que seria mais frequente⁶.

No processo de análise do nosso objeto percebemos que a historiografia, por muito tempo, se debruçou sobre a Justiça do Trabalho enquanto lugar de conflitos e lutas, na qual poderia analisar posicionamentos dos trabalhadores. Nesse sentido, seria o lugar onde o trabalhador teria a sua voz escutada, posto que os processos judiciais permitem-nos ampliar estudos, pois são

produzidos em campo específico - o campo jurídico - num espaço específico - nos tribunais - e que cada agente ocupa uma posição fixada a priori neste espaço, segundo a distribuição desigual de capital (social, econômico, político, cultural, simbólico). A partir de suas posições, os agentes vão travar lutas concorrenciais entre si, em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão⁷.

Dessa forma, devemos perceber que os processos trabalhistas são complexos, de tal maneira que seus agentes não se caracterizam numa homogeneidade. A distinção de valores

³OLIVEIRA, Fabiana Luci de. SILVA, Virginia Ferreira da. Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação. Sociologias. Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005, p. 257.

⁴SILVA, Maria Sângela de Sousa Santos. A Justiça do Trabalho na visão dos seus atores. Revista Eletrônica do CEMOP - nº 02 - setembro de 2012, p. 15.

⁵ALBERTI, Verena. Indivíduo e biografia na história oral. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000, p. 3.

⁶Ibid. p. 3.

⁷OLIVEIRA; SILVA. Op. cit. pp. 250-251.

ideológicos torna o estudo mais aprofundado mediante a posição que os agentes veem a ocupar num determinado tribunal. Essa complexidade dá enfoque a outro tipo de agente dentro da estrutura judiciária trabalhista: os magistrados.

Os estudos recentes e a conjuntura pós-constituição de 1988, segundo Moreal e Pessanha, colocaram em evidência as pesquisas sobre a instituição judiciária trabalhista:

os atores do mundo jurídico somam-se a análises dos graus e das formas de acesso à justiça, da relação entre instituições judiciárias e democracia, do pluralismo normativo e das formas alternativas de resolução de conflitos, bem como da efetividade do direito na prevenção de conflito⁸.

Esses profissionais da justiça são encarados como “guardiões das leis”, além de estarem inseridos num campo da justiça bastante específico da sua conjuntura.

A Justiça do Trabalho é um ramo jurídico especial, sua criação no Brasil dá-se em um contexto próprio em termos sociais, políticos e econômicos. Segundo Moreal e Pessanha⁹, o processo de instalação da Justiça do Trabalho e a Consolidação das Leis Trabalhistas são antecidos por um conjunto de fatos ocorridos antes mesmo da república, um processo marcado pela busca de direitos por parte dos trabalhadores. O Brasil estava passando por mudanças econômicas, com o fim da escravidão, a introdução da indústria no país e, por fim, a formação da classe operária, evidenciando as transformações ocorridas nas relações entre trabalho e capital.

Dessa forma, encaramos a Justiça do Trabalho, inaugurada em 1941, típica do seu contexto, a qual surge com o intuito de mediar às relações entre empregados e empregadores na busca por melhores condições de trabalho, como também para prevenir e mediar conflitos coletivos. Desta maneira, devemos pensar o campo jurídico trabalhista de forma específica, pois possui características próprias, as quais se mantêm até hoje, como a gratuidade de seus custos, a dispensa de advogados e a oralidade.

A forma organizacional da Justiça do Trabalho se dava pela base onde estavam as Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJs). Foram estabelecidas 36 Juntas de Conciliação e Julgamento, distribuídas em oito regiões. A 5ª região correspondia à Bahia. Portanto, a Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória da Conquista a ela estava subordinada. A instalação da Junta na cidade se deu sob a lei nº 4.124/62, no entanto, a estrutura física veio a ser montada um ano depois. Acompanhando as transformações ocorridas no Brasil, a cidade encontrou o seu desenvolvimento neste período, sendo um entreposto comercial importante devido à sua posição geográfica e a Rio Bahia (BR-116), rodovia que liga o norte ao sul do país e que corta a cidade. O historiador José Alves Dias, mediante a entrevista ao prefeito da época, analisa a instalação da JCJ na cidade:

A instalação da vara da Justiça do Trabalho, também, é reivindicada pelo prefeito como esforço de sua administração. Essa medida, segundo ele, trouxe preocupação aos proprietários rurais e grandes comerciantes locais. Nesse ponto, Pedral é enfático ao dizer que o reformismo estimulava a politização dos trabalhadores no interior¹⁰.

Percebemos assim, a importância da instalação da Junta na cidade, pois Vitória da Conquista passava por um processo de expansão econômica, em que se destaca o papel do

⁸MOREL, Regina Lucia M.; PESSANHA, Eliana G. da Fonte. A Justiça do Trabalho. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, v. 19, nº 2, 2007, p. 87.

⁹Ibid. pp. 87-109.

¹⁰DIAS, José Alves. O golpe de 1964 e as dimensões da repressão em Vitória da Conquista. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. (Org.). Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 78.

prefeito na organização da cidade em termos de infraestrutura e da constituição de modelos de manutenção jurídica.

A fase inicial da pesquisa foi dedicada ao levantamento de rol de advogados, a partir do acervo do Laboratório de História Social do Trabalho. Partindo da seção de códices foi encontrado apenas um livro de visita de advogado referente aos anos de 1984-1990. O livro de visita de advogado contém dados sobre o processo que o advogado estava consultando, apresentando a data da sua consulta; a partir dele concentramos no número de processos em que o advogado estava atuando.

Outro documento que nos dá informações parecidas ao livro de visita dos advogados é o livro de carga de processos, que tem por finalidade registrar com detalhes o processo que está em posse do advogado. No acervo do laboratório contém livros desta natureza referentes aos anos de 1978 a 1980; este tipo de documento também contribui para o conhecimento dos diferentes agentes que atuam na Junta.

Para um levantamento mais preciso dos advogados e a posição em que cada um atuava, seja ela a favor dos empregados ou dos empregadores, a seção de Processos Trabalhistas traz mais exatidão. Com o objetivo exclusivo de identificar os advogados, foram consultados 2.309 processos, entre os anos de 1963 a 1968. Nestes processos encontramos o total de 58 advogados.

Percebemos que, durante o processo de pesquisa, a partir do levantamento dos advogados, há um exíguo número de profissionais que se dedicaram à defesa dos trabalhadores. A pouca incidência de processos acompanhados por advogados no período em foco nos levou à reflexão acerca do perfil biográfico desses operadores do direito e sobre as configurações que impediram ou dificultaram a sua atuação. Uma das razões desta ausência pode ser buscada na própria dinâmica de funcionamento da Justiça do Trabalho no Brasil. Criada em 1941, a Justiça do Trabalho acabou por se constituir em um campo jurídico específico, mas, durante muito tempo, considerada uma justiça inferior. Admitia-se a dispensa do advogado para o andamento dos processos, pois pelo menos em tese, a existência dos juízes classistas tornava irrelevante a sua presença. Ademais, na maior parte das vezes, os advogados atuavam gratuitamente e os métodos de produção de provas, baseados apenas na oralidade, eram considerados pouco científicos. Um segundo fator explicativo para a ausência dos advogados nos processos é a falta de profissionais, especialmente nas regiões destituídas de Universidades, a exemplo dos municípios constituintes da Região Sudoeste da Bahia, contemplados com uma Junta de Conciliação e Julgamento desde 1963, mas que se ressentiam da falta de centros de formação profissional de advogados até a última década do século XX. Enfim, há que se considerar como fator de inibição à atuação dos advogados na Justiça do Trabalho ao lado dos trabalhadores a instalação da ditadura militar, em 1964. Ao golpe militar seguiu-se a implantação de um aparato repressivo que atingiu com prisões, destituição de cargos e exílio, advogados e juízes considerados “subversivos”.

Para tentar resolver questões como essas nos debruçamos sobre a segunda etapa da pesquisa que foi a realização de entrevistas com os advogados, pois

os depoimentos dos atores envolvidos na arena jurídica são um indicativo do quanto a Justiça do Trabalho se constituiu num palco de lutas, tensões, conflitos e negociações entre patrões e trabalhadores, intermediados por advogados e juízes os quais, por sua vez, eram criticados ou elogiados de acordo com a maneira que enfrentavam um processo ou uma negociação, pois assumiam diferentes posturas e decisões¹¹.

¹¹SILVA, op. cit. P. 17.

Ratificamos que a maioria dos advogados encontrados, cursou advocacia na Faculdade de Direito da Bahia, ou seja, sendo residentes em Vitória da Conquista tiveram que se deslocar para Salvador para obter o diploma de advogado, comprovando então a dificuldade de formação de profissionais do direito na cidade.

Os profissionais desta recém-justiça também encontraram alguns problemas concernentes às relações sociais devido às suas próprias características, pois

Empresários, advogados, juízes e profissionais da área do Direito comum subestimavam e desdenhavam a Justiça do Trabalho. Acusavam-na de parcialidade, protetora do trabalhador, em favor de quem decidia sistematicamente. Menosprezavam os colegas de profissão e juízes que nela atuavam. Os advogados eram vistos - e tínhamos consciência disso - com despreço. A novel Justiça era considerada uma Justiça inferior, e a ela se referiam com menosprezo¹².

A Justiça do Trabalho, então, compartilhava da cultura do desprestígio. Ainda assim, a atuação de um advogado mostrava-se importante para o encerramento de um processo trabalhista. Aqueles que atuaram em defesa de um trabalhador, ou mesmo como representante jurídico de um sindicato, demonstrava uma aceleração do processo que concedia ao trabalhador condições legais para conseguir a sua causa. Os próprios trabalhadores acreditavam mais no sucesso de seus processos quando contavam com a assessoria de um advogado.

Em entrevista, o advogado Uady Bullos, atuante na JCJ de Vitória da Conquista descreve a sua relação com essa junta e como ela era vista por seus magistrados:

Então, de vez em quando alguns dos colegas mais antigos, chegaram para mim e diziam como é que tá lá na sua Junta de Conciliação e Julgamento? Eu falava não, eu estou satisfeito estou nos meus primeiros passos, mas eu estou feliz, estou seguindo meus caminhos. Então ele dizia é bom ficar lá mesmo, - agora interessante a Justiça do Trabalho era conhecida como a Justiça do tamanco, eu lhe perguntei por que você diz isso? Ele me respondeu, não porque - ah eu já sei, é porque lida com reclamantes que são pobres de chinelo e assim sucessivamente, mas eu me dou bem nesse ambiente também e vamos para frente¹³.

Relativamente a outro fator de inibição da atuação de advogados, pode-se destacar o contexto de repressão política, devido ao golpe militar de 1964. Aqueles que se colocando na defesa do trabalhador e/ou sindicato estavam sujeitos à repressão. Retornando a análise de Jose Alves Dias, o contexto geral da ditadura teve seus reflexos no interior da Bahia:

A Câmara Municipal foi coagida a votar a cassação do mandato de José Pedral sob vigilância armada. Os edis, aliados ao prefeito, foram afastados e os suplentes foram arbitrariamente convocados. Os vereadores presos foram: Péricles Gusmão Régis, conquistense, comerciário do setor de transportes, vereador e líder do prefeito; Anfilófilo Pedral Sampaio, irmão do prefeito, agrônomo, vereador e professor da Escola Normal; Aníbal Lopes Viana, proprietário de jornal, escritor e suplente de vereador; Raul Ferraz, conquistense e candidato a vereador em 1962.

¹²BOMFIM, Benedito Calheiros. A Advocacia Trabalhista no Mundo do Judiciário. Revista do TRT/Ematra - 1ª Região, Rio de Janeiro, V. 20, nº 46, Jan./Dez. 2009.

¹³Dr. Uady Barbosa Bullos. Vitória da Conquista, 05 de agosto de 2013. Depoimento ao autor.

Os militantes estudantis e sindicais tiveram o mesmo destino: [...] Alcides Barbosa, presidente do sindicato dos comerciários; Altino Pereira, presidente do sindicato dos trabalhadores da construção civil; Edvaldo Silva, presidente da associação de panificadores; José Luiz Santa Isabel, funcionário do Banco do Brasil e membro do sindicato dos bancários.

Em lugar de Pedral Sampaio assumiu o presidente do Legislativo Orlando Leite ¹⁴.

A partir desta análise podemos afirmar que pessoas ligadas a Justiça do Trabalho sofreram repressão. Como exemplo, pode-se citar o Sr. Alcides Barbosa que, além de ser presidente do sindicato, também era o juiz vogal na JCJ. Na mesma linha repressiva, foi deposto do cargo o primeiro juiz togado, Franklin Ferraz Neto; e Raul Ferraz, advogado, fora detido. Ao serem questionados, os advogados entrevistados não viram mudanças reais na estrutura da Justiça do Trabalho a não ser a deposição do primeiro Juiz da Junta. Assim diz Uady Bullos:

A Justiça do Trabalho eu já conheci assim, com mais detalhes em 1966, com dois anos do golpe militar, não havia modificação não, porque o direito do trabalho a gente sabe que tem aquele principio de protecionismo ao economicamente mais fraco, vai igualar exatamente em face do capitalismo o principio da igualdade de todos perante a lei e a Justiça do Trabalho sempre foi respeitada. Eu nunca vi a partir de 1966 um só ato de governo fosse ele de que partido fosse, de que ideologia política fosse que exerceu qualquer influência direta ou indiretamente nos trabalhos ligados a Justiça do Trabalho¹⁵.

Outro advogado, Raul Ferraz, também declara que a mudança mais característica foi à deposição do Juiz, assim ele descreve:

Eu vivi o primeiro ano de advocacia em Conquista com a Junta trabalhista começando e com o primeiro juiz do trabalho [...] Franklin Ferraz Neto, você já deve ter ouvido esse nome, que era uma pessoa, vamos dizer que na época havia quem associasse a Justiça do Trabalho ao comunismo. Associações que os próprios militares não estavam muito preparados a fazer. Aliás, não estavam nada preparados para inquirir pessoas para buscar ideologias, eles estavam completamente por fora, então eles achavam que você era comunista e você tinha que confessar que era comunista. Isso era um grande problema nos seus depoimentos, eu assisti a cidade pelo menos o ambiente que eu vivia ficou muito satisfeito com a Junta, a instalação da Junta, e também porque era uma pessoa ideal, a pessoa indicada pela presidência da república que era uma Justiça Federal né? Que era o Franklin Ferraz Neto, isso é a preliminar¹⁶.

Dessa forma, ele esclarece a competência do primeiro Juiz da Junta, no entanto não considera que houve outras mudanças que impedissem o funcionamento da Justiça do Trabalho, mas é importante destacar que ambos os advogados entrevistados consideram as assimilações da Justiça do Trabalho com o comunismo por conta do seu protecionismo. Raul Ferraz mais uma vez declara: “A Justiça do Trabalho é tida mesmo com protecionista, é uma justiça abertamente

¹⁴DIAS, op. cit. p. 80.

¹⁵Dr. Uady Barbosa Bullos. 2013. Depoimento ao autor.

¹⁶Dr. Raul Carlos Andrade Ferraz. Vitória da Conquista 26 de agosto de 2013. Depoimento ao autor.

e não é segredo que ela existe para proteger o trabalhador [...] Então a parte mais fraca precisa de proteção, e a Justiça do Trabalho é protecionista”¹⁷.

A análise dos processos trabalhista também nos indicava que dos 58 advogados, 31 atuaram a favor dos empregados e 41 a favor dos empregadores, ou seja, 14 advogados atuavam em ambos os lados, problematizando ainda mais o nosso objeto. Dessa forma, passamos a encarar a Justiça do Trabalho como um campo complexo, onde as relações não são geradas pela homogeneidade. Ao perguntarmos aos advogados se havia diferença em atuar na defesa de reclamantes e reclamados eles enfocam essa complexidade:

Não é só reclamante e reclamado, também na outra Justiça comum, a depender do tamanho da comunidade você se envolve. Muitas vezes recusei à questão a pessoa que me procurava para advogar contra fulano de tal, advogar a causa dele, mas a outra parte era uma pessoa muito íntima. Então você abre mão e explica a pessoa, olha! eu não vou poder, porque não vou me sentir bem acusando a pessoa que é muito íntima, abria mão da causa. Às vezes indicava outros¹⁸.

Uady Bullos, portanto destaca:

Não, o que é advogado em minha opinião: ele deve analisar a causa em si, ele tem a obrigação de mostrar os pontos ao cliente, independentemente de gostar ou não. Eu mesmo sempre fiz assim e sempre farei, porque temos que mostrar como é que a causa está situada, quais os direitos perseguidos que poderão ser acatados ou não¹⁹.

Ambos, os advogados acreditam na situação complexa a qual presenciavam. Estando numa comunidade menor que é o caso de Vitória da Conquista, as relações eram estreitas a ponto de no tribunal haver conhecidos. Assim como a viabilidade das causas em que eles atuavam. Raul Ferraz aponta alguns erros de conduta que estão presentes nas relações entre patrão e empregado:

Os mesmos erros nas outras Justiças têm na Justiça do Trabalho também, tem empregado que é orientado por sindicato para dar golpes no patrão. Tem patrão muito bem orientado e paga advogados caros para poder suprimir direito, usurpar direitos da classe trabalhista, isso é um debate do ambiente²⁰.

Outro elemento importante a se destacar é que em Vitória da Conquista a profissão proporcionava status social na região, mesmo estando submetida à coerção e a medidas políticas do estado. Muitos advogados adentravam na carreira política da cidade, alguns chegaram até ao executivo. O próprio Raul Ferraz fora prefeito da cidade entre 1977 e 1983.

Aníbal Lopes Viana, cronista da cidade relatou aspectos importantes dos advogados atuantes em Vitória da Conquista, sempre ligando as questões políticas que magistrados se impunham enquanto personagens importantes na cidade dentre eles os que atuaram na JCJ: Emanuel Machado Lopes, considerado pelo cronista como um dos fundadores do diretório municipal da UDN (União Democrata Nacional)²¹; Nilton Gonçalves, que fora também prefeito da

^{17,18}Dr. Raul Carlos Andrade Ferraz. 2013. Depoimento ao autor.

¹⁹Dr. Uady Barbosa Bullos. 2013. Depoimento ao autor.

²⁰Dr. Raul Carlos Andrade Ferraz. 2013. Depoimento ao autor.

²¹VIANA, Aníbal Lopes. Revista histórica de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista. Ed. do autor. Brasil Artes Gráficas LTDA, 1985, p. 290.

cidade e Crésio Alves Dantas, advogado trabalhista que mais tarde chegou a ser Juiz togado da JCJ da cidade.

Outras fontes nos ajudaram a compreender melhor nosso objeto; os jornais que circularam na cidade durante o período estudado, dentre os quais é importante destacar “O Combate” e “O Sertanejo”. Dando destaque mais ao O Sertanejo, jornal posicionado a favor do golpe militar que trazia informações interessantes para o conhecimento de um dos advogados atuante na Justiça do Trabalho: Orlando Silva Leite. Ele encabeçava todas as primeiras páginas do jornal, sendo que fora posto no cargo de prefeito municipal após o inquérito aberto contra José Pedral Sampaio que fora acusado de comunista. Além disso, observamos também que o advogado Argemiro Germano Silva ocupava o cargo de consultor jurídico e de chefe do gabinete da prefeitura. Essas informações e a elevação de Orlando Silva Leite à condição de prefeito estão presentes no Jornal “O Sertanejo” durante os anos de 1964 a 1966.

De toda forma percebemos que a atividade do Direito estava ligada a ascensão desses personagens à cena política conquistense, uma vez que, segundo Raul Ferraz, “a advocacia de um modo geral é uma atividade que promove as pessoas. Talvez seja até a profissão que dá mais oportunidade às pessoas para se promoverem socialmente. Eu digo isso porque é uma profissão que exige muita leitura”²². Conhecedores das leis, eles ascendiam socialmente e representavam a política local.

O processo de resgate e preservação da história dos advogados que atuaram na Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória da Conquista, a partir de variados tipos de fontes, contribui para a complementação do acervo que constitui a memória da Junta na cidade e na região, além de apresentar um novo agente social que a historiografia tem se esquecido: o advogado.

A história dos advogados trabalhistas da Região Sudoeste da Bahia, no período compreendido, encontra-se, pois, inserida em uma história nacional dos trabalhadores e é reveladora das lutas em defesa da democracia e pela ampliação de direitos em um tempo que abrange a repressão desencadeada pelo regime militar e a reconquista da democracia.

Fontes

Seção Processos Trabalhistas - Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória da Conquista. 1963-1968. Acervo do Laboratório de História Social do Trabalho - LHIST/Uesb.

Jornal O Sertanejo, Vitória da Conquista Bahia. Acervo impresso. Localização: Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. *Indivíduo e biografia na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. [5]f.

BOMFIM, Benedito Calheiros. *A Advocacia Trabalhista no Mundo do Judiciário*. Revista Do TRT/Ematra - 1ª Região, Rio de Janeiro, V. 20, nº 46, Jan./Dez. 2009.

DIAS, José Alves. O golpe de 1964 e as dimensões da repressão em Vitória da Conquista. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. (Org.). *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009.

CORRÊA, Larissa Rosa. *Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho: leis e direitos na cidade de São Paulo - 1953 a 1964*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas, UNICAMP, 2007.

MOREL, Regina Lucia M.; PESSANHA, Eliana G. da Fonte. *A Justiça do Trabalho*. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, v. 19, nº 2, pp. 87-109, 2007.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de. SILVA, Virginia Ferreira da. *Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação*. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005, pp. 244-259.

SILVA, Maria Sângela de Sousa Santos. *A Justiça do Trabalho na visão dos seus atores*. Revista Eletrônica do CEMOP - nº 02 - setembro de 2012, pp. 1-19.

VIANA, Aníbal Lopes. *Revista histórica de Vitória da Conquista*. Vitória da Conquista. Ed. do autor. Brasil Artes Gráficas LTDA, 1985.

²²Dr. Raul Carlos Andrade Ferraz. 2013. Depoimento ao autor.

O MAPEAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA CARTEIRA PROFISSIONAL NO RIO GRANDE DO SUL NA DÉCADA DE 30 ATRAVÉS DAS FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DO ACERVO DA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO

Clarice Gontarski Speranza*

Resumo

O presente trabalho analisa a adesão de categorias específicas ao processo de confecção da carteira profissional. O estudo realizado por meio de séries quantitativas elaboradas a partir do banco de dados do acervo Delegacia Regional do Trabalho (DRT) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), constituído por 627.213 “fichas de qualificação” pertencentes ao arquivo da DRT referentes ao estado do Rio Grande do Sul. Também é realizada uma análise qualitativa dos resultados e de fichas específicas, em cruzamento com a bibliografia relativa à história do trabalho do período e outras fontes, como periódicos e processos judiciais.

Palavras-chave: História; trabalhadores; carteira de trabalho

A carteira de trabalho, ou, como era conhecida nos seus primórdios, a carteira profissional, é o mais importante documento de identificação dos trabalhadores brasileiros. Criada no início dos anos 1930, tornou-se um ícone relacionado a diversos significados: a própria condição de trabalhador, as medidas governamentais destinadas ao controle e proteção do trabalho do governo Vargas e a resistência à precarização do trabalho no final do século XX, entre outros.

A carteira profissional emitida pelo Estado sucedeu as antigas carteiras emitidas pelos sindicatos e associações de classe durante a Primeira República. Com o advento da chamada Revolução de 30, a implantação da carteira profissional se inseriu no bojo de uma série de transformações capitaneadas pelo então recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC)¹. Com a mudança, o governo do pós-30 passava a se incumbir do controle e do armazenamento dos dados referentes aos operários nacionais.

Apesar de sua importância, no entanto, há pouquíssimas obras sobre a carteira profissional (ou de trabalho) no país, e menos ainda pesquisas e análises acadêmicas sobre ela. Uma das razões talvez seja a maior atenção dada a uma medida tomada um ano antes da institucionalização do documento: o decreto de sindicalização nº 19.770, de 1931, conhecido como a Lei de Sindicalização². Outra razão é a inexistência ou disponibilização de arquivos especializados na problemática da carteira.

De fato, um dos poucos acervos relacionados à carteira profissional que temos notícia no país é o da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) do Rio Grande do Sul, hoje sob guarda do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). O acervo

*Professora PPGH/ UFPel. Bolsista pós-doutorado Capes/Fapergs. clarice.speranza@gmail.com

¹Sobre o MTIC, ver GOMES, Angela de Castro (coord.). Ministério do Trabalho - uma história vivida e contada. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007.

²A referência clássica sobre as discussões em torno da Lei de Sindicalização é MORAIS, Evaristo. O problema do sindicato único no Brasil. São Paulo: Alfa-ômega, 1978.

DRT/NDH, cuja catalogação ocorre atualmente sob a coordenação do prof. Dr. Aristeu Lopes, abrange 627.213 fichas de qualificação pertencentes ao arquivo da DRT referentes a todo o estado do Rio Grande do Sul do início dos anos 30 até 1968. As fichas de qualificação eram utilizadas para o preenchimento da carteira profissional e contêm informações detalhadas sobre os trabalhadores, como foto, identificação, estado civil, nacionalidade, naturalidade, endereço, moradia, formação, dados dos filhos (dependentes) e dados sobre a empresa trabalhada.

O total de fichas disponível no acervo não corresponde ao total de carteiras emitidas no Rio Grande do Sul, possivelmente por terem ocorrido extravios antes das fichas ficarem sob guarda da UFPel. Porém, trata-se do único acervo de fichas de identificação produzidas em DRT que se têm notícia no país, correspondendo em média a 25% do total de carteiras profissionais emitidas a cada ano no Rio Grande do Sul no período 1933 até 1944³.

O acervo está atualmente em processo de catalogação e parte dele, correspondente aos anos de 1930 até 1944 já está organizado como banco de dados informatizado, num total de 44.299 fichas. Assim, pode ser utilizado para radiografar, entre outras coisas, a adesão de categorias específicas ao processo de confecção da carteira profissional no período, bem como levantar informações sobre grupos de trabalhadores. Nossa intenção, nesse artigo, é justamente apresentar os primeiros resultados de estudo neste sentido que está sendo realizado junto ao acervo DRT/NDH, por meio da elaboração de séries quantitativas, combinada a uma análise qualitativa dos resultados e de fichas específicas⁴.

Para isto, vamos apresentar de início algumas considerações sobre o processo de implantação da carteira de trabalho, e posteriormente passaremos a uma análise das fichas de identificação relacionadas a três categorias específicas do Rio Grande do Sul no período 1930-1944: trabalhadores em frigoríficos, mineiros e padeiros.

A carteira de trabalho e sua implantação

Como já observamos, a carteira profissional integra uma série de transformações capitaneadas pelo então recém-criado MTIC, nos primeiros anos do pós-30. O decreto que deu origem à carteira profissional (nº 21.175) foi editado em março de 1932, mas só foi regulamentado em outubro, por outro decreto (nº 22.035) do mesmo ano, dando prazo de 12 meses para sua emissão. A elaboração ficava a cargo do também recém-criado Departamento Nacional do Trabalho (DNT). Surgido em 1931, o DNT só passou a ser representado nos estados em 1933, com a criação de Inspetorias Regionais (que em 1940 se tornaram Delegacias Regionais do Trabalho) nas capitais. Nas cidades do interior, só foram surgir representações das Inspetorias muito mais tarde, e gradualmente. No Rio Grande do Sul, isso aconteceu apenas em 1945, com a inauguração

³Sobre o acervo, ver LONER, Beatriz. "O acervo sobre o trabalho do Núcleo de Documentação Histórica da UFPE". In: SCHMIDT, Benito Bisso (org.). Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes. São Leopoldo: Oikos, 2010, pp. 9-24. Relatos de pesquisas realizadas a partir do acervo podem ser encontrados em LONER, Beatriz; KOSCHIER, Paulo e BEM, Emmanuel. Perfil dos trabalhadores gaúchos: 1933-1939. Sociedade Brasileira de Sociologia, www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/gt21, em 01/05/2011; KOSCHIER, Paulo Luiz Crizel. Perfil do trabalhador pelotense na década de 1940 a partir das informações contidas nas fichas de qualificação da Delegacia Regional do Trabalho - RS. Pelotas, UFPel, Artigo (Especialização em História do Brasil), 2006 e LOPES, Aristeu Elisandro Machado. Os trabalhadores negros a partir das Fichas de Qualificação Profissional da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (1933-1943). In: Anais do 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis-SC: Editora da UFSC, 2013, pp. 01-17.

⁴ Esse artigo apresenta pesquisas que integram o projeto de pós-doutorado Levantamento e análise de redes de relacionamento, migrações e trajetórias dos trabalhadores gaúchos (1933-1943) a partir das fichas de identificação da DRT, que desenvolvo desde 2012 na UFPel, sob coordenação do prof. Dr. Aristeu Lopes, com bolsa Capes/Fapergs.

de um posto de atendimento e identificação em Passo Fundo e, posteriormente, em 1948, na cidade de Pelotas⁵.

Diversas fontes indicam que o processo de implantação da carteira profissional se iniciou de forma bastante precária e tumultuada, situação agravada ainda mais pela circunstância de ela não ser, inicialmente, gratuita para os trabalhadores. Conforme a lei, os operários arcariam com uma taxa de 5\$000 (5 mil réis) de emolumentos e ainda deveriam entregar ao identificador três fotografias. Com isso, o custo do documento chegaria a 7\$500 (sete mil e 500 réis), incluindo as fotos, nos cálculos da Federação Operária do Rio Grande do Sul (Forgs). No entanto, textos publicados nos jornais *Correio do Povo* e *A Voz do Trabalhador* (este último órgão da Forgs) dão conta da existência de atravessadores, cobrando entre 10\$000 (10 mil réis) a 15\$000 (15 mil réis) para intermediar a aquisição das carteiras profissionais⁶.

No Rio Grande do Sul, o movimento sindical organizado, representado pela Forgs⁷, apoiou as medidas governamentais nos seus primórdios, entre elas a confecção das carteiras profissionais. A Forgs orientava e estimulava os trabalhadores a confeccionarem a carteira por intermédio de seu sindicato de classe. Uma das fichas encontradas no acervo DRT/NDH, por exemplo, é a do barbeiro Policarpo Hibernon Machado⁸, redator responsável por *A Voz do Trabalhador* e presidente da Forgs no período 1933-1934. Ele encaminhou a sua ficha de identificação para confecção da carteira em 18 de setembro de 1933.

De fato, a análise da imprensa sindical do Rio Grande do Sul mostra problemas em torno da confecção das carteiras em seus primeiros anos, mas também sinaliza uma efetiva procura dos trabalhadores pelo documento - a ponto de esta motivar a existência de “atravessadores” interessados em explorá-los. E revelam outra característica importante: apesar de não estar previsto na lei, o cadastramento dos dados do trabalhador para a confecção da carteira também era feito pelos sindicatos e associações de operários.

É assim com a Associação dos Empregados na Indústria Hoteleira de Porto Alegre, que anuncia em *A Voz do Trabalhador* que fornecerá gratuitamente a carteira a todos os seus associados, com o objetivo de defender os trabalhadores daqueles que queriam prejudicá-los, desrespeitando as leis “emanadas do Ministério do Trabalho”:

Essa atitude, tomada pela nossa associação, visa única e exclusivamente, congregar dentro do mais breve tempo possível todos os trabalhadores do ramo em torno de sua organização de classe para que, assim, possa defender, in totum, os seus interesses, que estão sendo conspurcados por aqueles que não titubeiam em afrontar as leis emanadas do Ministério do Trabalho, fugindo ao cumprimento dos recentes decretos do

⁵LONER, Beatriz. Um perfil do trabalhador gaúcho na década de 30. In: Anais do IX Encontro Estadual de História/ANPUHRs, Porto Alegre. Disponível no endereço <http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/site/anaiseletronicos#C>. Acesso em 11/09/2013.

⁶Problema que não se restringiu ao Rio Grande do Sul, mas grassou também na capital da República, como indica o texto “Exploração em torno das carteiras profissionais”, publicado no jornal *O Globo*, em 14 de julho de 1933. A reportagem informa que o chefe dos Serviços de Carteiras Profissionais pediu à polícia providências contra uma “verdadeira quadrilha que explora indevidamente a aquisição de carteiras profissionais, apresentando seus componentes como intermediários autorizados, o que é absolutamente falso”.

⁷Sobre a Forgs, ver KONRAD, Diorge Alceno. O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937). Tese (Doutorado). Campinas: IFCH-UNICAMP, 2004; e FORTES, Alexandre. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XIX. Cadernos AEL. Campinas, UNICAMP, v. 6, nº 10/11, 1999.

⁸Acervo DRT/NDH, ficha 8.745.

governo provisório da República, que visam defender e amparar os trabalhadores do Brasil⁹.

Atitude semelhante tem o Sindicato dos Trabalhadores em Madeira, que, em outra nota informa que todas as quintas-feiras, em sua sede social, “à Avenida Júlio de Castilhos, nº 38, das 20 horas em diante,” haveria um identificador do Ministério do Trabalho e um fotógrafo, para facilitar a confecção da carteira¹⁰.

Estas notas colocam em questão antigas interpretações que viam a carteira profissional unicamente como “um instrumento de controle e dominação” em seu nascedouro, pois, supostamente, retirava dos sindicatos uma forma de controle do mercado de trabalho ao invalidar as antigas carteiras, confeccionadas por estes¹¹. A pesquisa indica que, apesar de ser evidente que a carteira emitida pelo governo era, sim, um instrumento de controle, sua emissão (ao contrário do que a simples leitura da lei permitia supor), não ficou, na prática, a cargo exclusivo das Inspetorias Regionais e de seus agentes como estava previsto, pelo menos nesses primeiros tempos. Foi feita com o auxílio dos sindicatos, que viam no documento uma forma de tentar garantir o cumprimento de leis identificadas com os seus interesses.

O descumprimento sistemático da chamada “legislação social” e o desentendimento com o titular da Inspetoria Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, tendo como pivô uma greve dos padeiros, motivou o rompimento da Forgs e de boa parte dos sindicatos do Rio Grande do Sul com o governo federal em 1934. Tal rompimento é considerado marco importante do crescimento da influência dos comunistas no sindicalismo do RS¹² e da “mudança da diretoria de orientação reformista e ministerial pela linha comunista” na Forgs¹³, mudança esta concretizada com o Congresso Operário de maio de 1934. Basta lembrar que uma das principais resoluções do Congresso, proposta justamente pelo Sindicato dos Operários em Panificação e Classes Anexas de Porto Alegre, foi a de que nenhuma organização operária poderia, até o próximo encontro, se dirigir à Inspetoria do Trabalho ou ao MTIC para reclamar direitos de seus associados, por que as leis “sociais” vigentes não atendiam os interesses dos trabalhadores¹⁴.

O rompimento e o alinhamento comunista fez com que o movimento sindical do RS passasse então a desestimular que os operários tirassem a carteira profissional, afirmando ser esta inócua:

O único efeito verdadeiro das carteiras profissionais é obrigar o trabalhador a tirar um pedaço do pão de seus filhos e entregar ao Ministério do Trabalho, para que este possa fazer frente à vultosa verba que tem de dispender, com a manutenção das sinecuras, tais como Inspetorias Regionais e todos os demais cargos dessa Secretaria de Estado, que nenhum proveito traz para os sofrendores, os explorados de todos os tempos, que não pediram o Ministério e dispensam as intervenções extemporâneas do seu representante máximo no Estado do Rio Grande do Sul, pois ludibriados viveram sós, sempre, e para serem conspurcados não necessitam de tutela!¹⁵

⁹Associação dos Empregados na Indústria Hoteleira (nota). *A Voz do Trabalhador*, nº 1, 14/10/1933, p. 2.

¹⁰Sindicato dos Trabalhadores em Madeira (nota). *A Voz do Trabalhador*, nº 3, 28/10/1933, p. 2.

¹¹MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 92.

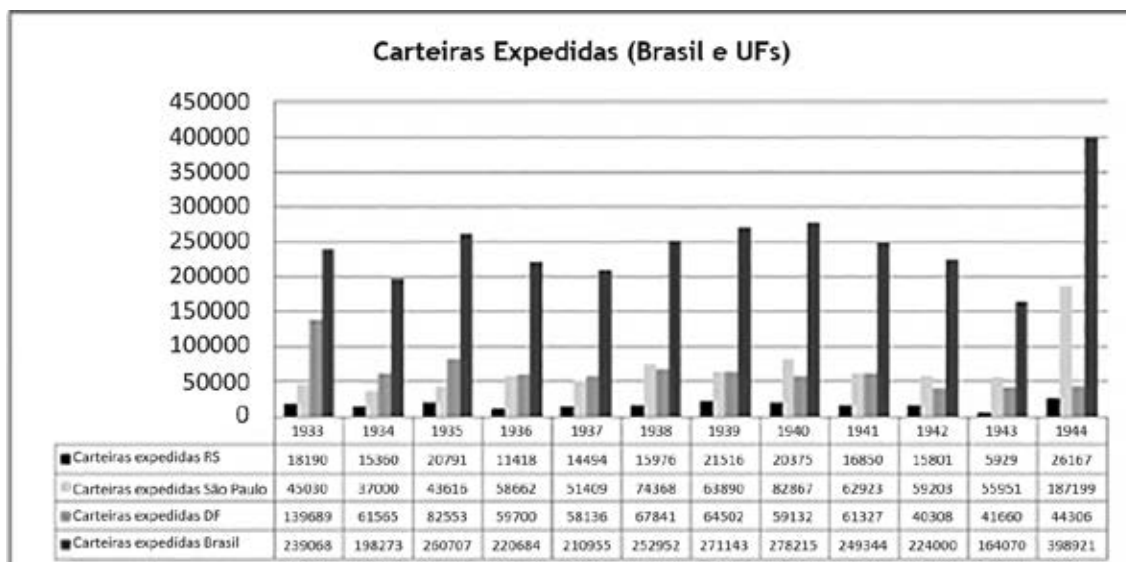
¹²FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito - A classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Caxias do Sul/Rio de Janeiro: Educs/Garamond (Coleção ANPUH/RS), 2004, p. 307.

¹³KONRAD, D., op. cit, p. 75.

¹⁴Idem, p. 85.

¹⁵Esclarecendo com factos. *A Voz do Trabalhador*, nº 44, 18/08/1934, p. 2.

No entanto, essa oposição não se reflete numa queda no interesse dos trabalhadores pelas carteiras. Como vemos no gráfico abaixo, elaborado a partir dos anuários estatísticos do IBGE do período, a emissão de carteiras profissionais manteve-se estável na primeira década do país, permanecendo na faixa entre 200 mil e 250 mil documentos emitidos a cada ano (com exceção de 1944, ano no qual há um vertiginoso aumento nas emissões, puxado sobretudo por São Paulo).



Fonte: levantamento da autora com base nos Anuários Estatísticos do Brasil/IBGE 1936-1945

Há uma ligeira tendência de crescimento entre 1938 e 1940, nos três primeiros anos do Estado Novo, talvez explicada pelo aumento da propaganda governamental em relação aos direitos do trabalhador. Inversamente, nos três anos seguintes, há um movimento de queda na emissão das carteiras, em especial em 1943 (curiosamente o ano da promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho), quando o número cai para cerca de 164 mil documentos. O Rio Grande do Sul acompanha a tendência nacional, mantendo o número de carteiras emitidas na faixa entre 15 mil e 20 mil, com altas mais expressivas em 1935, 1939 e 1940, e quedas acentuadas em 1936 e, especialmente, 1943.

Trabalhadores em frigoríficos, mineiros e padeiros

Como mencionamos anteriormente, o universo das fichas de identificação disponível no acervo DRT/NDH referente ao período 1933-1944 corresponde à parte das carteiras emitidas no Rio Grande do Sul, mais especificamente entre 7% e 48% deste universo, dependendo do ano (sendo 1937 o ano de menor representatividade e 1941, o de maior). Mesmo não abrangendo a totalidade original dos documentos, o acervo é valioso por conter as informações dos trabalhadores e por radiografar movimentos migratórios e formação de redes importantes no período, evidenciando tendências. Há ainda uma pequena quantidade (76 fichas) referentes aos anos de 1930 e 1932, antes da entrada em vigor do decreto que instituía a carteira profissional.

Uma curiosidade é, por exemplo, a adesão do patronato à feitura da carteira profissional. O fato pode ser demonstrado pela análise das fichas de identificação dos barbeiros, ofício justamente do já citado Policarpo Machado, líder da Forgs. Como ele, pelo menos 54 outros barbeiros se inscreveram para fazer a carteira de trabalho em 1933. Desses 55 inscritos, todos de

estabelecimentos em Porto Alegre, 22 eram proprietários de barbearias, sendo inclusive filiados ao sindicato patronal.

A adesão do patronato à carteira profissional se confirma igualmente em outras categorias profissionais. Henrique e José Bertaso, herdeiros da tradicional Livraria do Globo (já célebre pela edição de clássicos como as obras de Proust e de publicar o escritor Érico Veríssimo) se inscrevem como “auxiliares de comércio” da empresa em 1933. O próprio Érico preencheria ficha de qualificação para carteira de trabalho como “escritor” da Livraria do Globo em 1942¹⁶.

Outro dado interessante é a quantidade de desempregados que busca sua carteira de trabalho, já que no início o documento era feito junto aos sindicatos ou empresas. São 6.597 trabalhadores sem emprego entre o total de fichas do período (cerca de 15%). É importante notar que a imensa maioria (6.023) dessas fichas de desempregados aparece entre 1939 e 1942, indicando aí um ponto de inflexão na relação entre os trabalhadores e o documento.

Examinaremos a seguir alguns, de forma mais detalhada, dados referentes a três categorias específicas - padeiros, mineiros e trabalhadores em frigoríficos. A escolha se deu por razões diversas. Os padeiros, como já mencionamos, foram o pivô do rompimento da Forgs com o governo Vargas, a partir de uma greve iniciada em 1933. Já os mineiros eram especialmente importantes economicamente, além de numericamente relevantes, na década de 30 e 40, quando o Rio Grande do Sul liderava a produção do carvão, usado como matéria-prima da energia elétrica¹⁷. Quanto aos trabalhadores em frigoríficos, além de sua também marcante relevância econômica, constituem-se na categoria com maior número de fichas de identificação no acervo (se considerados os tipos de estabelecimento) entre 1933 e 1944¹⁸.

a) Padeiros

Sendo os padeiros o pivô do rompimento da Forgs com o governo Vargas em 1934, seria esperado que eles menosprezassem completamente a produção da carteira profissional, acatando a orientação da entidade. Vemos, no entanto, que pelo menos 533¹⁹ padeiros procuraram fazer suas carteiras de 1933 até 1944, sendo que 188 destes entre 1933 e 1935. Em 1935, quando os remanescentes da Forgs já eram alvo de perseguições e prisões, pelo menos 29 trabalhadores de padarias ou confeitarias de Porto Alegre, 26 de Bagé, 12 de Rio Grande, 8 de Cruz Alta, 7 de Santa Maria, 1 de Pelotas, 1 de Caxias do Sul e 1 de São Jerônimo encaminharam suas carteiras de trabalho. Dois não informaram o estabelecimento.

¹⁶Acervo DRT/NDH, fichas: 1.945 (Henrique), 1.967 (José Ávila) e 8.617 (Érico).

¹⁷Ver SPERANZA, Clarice G. Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas de carvão do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50. Tese (doutorado em História). PPG em História/UFRGS, 2012.

¹⁸Ver ALBORNOZ, Vera do Prado Lima. O frigorífico Armour na fronteira Sant’Ana do Livramento-Rivera. Porto Alegre: PUCRS, 1997; SILVA, Neuza Regina Janke da. Entre os valores do patrão e da nação, como fica o operário? O frigorífico Anglo em Pelotas 1940-1970. Dissertação (Mestrado em História). PPG em História/PUCRS, 1999.

¹⁹Levantamento feito a partir do campo “profissão”, contendo as palavras “confeiteiro”, “padeiro”, “confeitaria”, “pão”, “padaria”.



Fonte: levantamento da autora com base nos banco de dados DRT/NDH

Dos 533, pouco mais de um terço (189) trabalhava no município que havia nascido, e o restante havia migrado, entre eles 65 estrangeiros ou 12,2% (em sua maioria portugueses, alemães e uruguaios). A maior parte dos padeiros estava na faixa dos 20 anos, mas há também pelo menos 14 casos de trabalhadores com menos de 16 anos de idade - incluindo um menino de 10 anos em Rio Grande e um de 12 anos em Porto Alegre²⁰ - e 24 com 50 anos ou mais - entre eles, dois com 61 anos²¹.

Mais de 98% da categoria é formada por homens, havendo apenas nove mulheres no universo de 533 padeiros localizados no acervo. Além disso, 87% do grupo (464) é branca, sendo os restantes classificados como “morenos”, “pretos”, “pardos” e “mistos”.

Uma curiosidade é o campo salários, que aparece nas fichas de 1943 e 1944. No entanto, temos apenas nove fichas de padeiros deste período, todas de 1944. Todas elas são do interior do Estado (Rio Pardo, Rio Grande, Santa Cruz do Sul e Novo Hamburgo). O salário variava entre Cr\$ 135,00 mensais (de um padeiro em Rio Pardo)²² e Cr\$ 380,00 mensais (padaria de Rio Grande)²³. Instituído em 1943, o salário mínimo era Cr\$ 300,00 entre janeiro e dezembro de 1943, passando então a Cr\$ 380,00, valor que se manteve congelado até janeiro de 1952. Portanto, apenas um dos nove padeiros que preencheu suas fichas em 1944 ganhava o salário mínimo.

b) Mineiros

No total, encontramos também 533 fichas de identificação com mineiros²⁴. Apesar de ser um número expressivo, sabemos que ele representa muito pouco frente à quantidade real de trabalhadores desse setor, se compararmos com outras fontes. Em dezembro de 1943, por exemplo, uma inspeção do governo federal encontrou 6.929 operários somente em Arroio dos Ratos e Butiá, as duas principais vilas mineiras do município de São Jerônimo²⁵.

²⁰Dorval Filho Assis, ficha 5.398, e José Rochael de Moraes, ficha 4.976. Acervo DRT/NDH.

²¹Pedro Barbosa, ficha 3.839, e Marcus de Oliveira Satyro, ficha 483, confeitheiro da tradicional Confeitaria Rocco, de Porto Alegre, que tirou sua ficha em 1933. Acervo DRT/NDH.

²²Leonardo Pereira de Barros Neto, 43 anos, ficha 44.059. Acervo DRT/NDH.

²³Brasilino Correa Mirapalmete, 55 anos, ficha 43.658. Acervo DRT/NDH.

²⁴Nas quais os trabalhadores se identificam como mineiros ou nas quais o campo “espécie de estabelecimento” refere-se à mineração. Alguns trabalhadores cujas fichas estão disponíveis no acervo são de fato funcionários administrativos de empresas de mineração.

²⁵Em dezembro de 1943, havia oficialmente 6.929 operários nas minas de Arroio dos Ratos e Butiá. Conforme inspeção do Ministério do Trabalho nas minas. Ver SPERANZA, C.G., op. cit., capítulo 2.

Como imaginamos, e a exemplo dos padeiros, trata-se de profissão masculina: nestes 533 operários, apenas três são mulheres: uma desempenha função administrativa em São Jerônimo, outra é parteira do hospital da empresa e somente uma aparece como mineira, em Encruzilhada.



Fonte: levantamento da autora com base nos banco de dados DRT/NDH

A grande maioria dos mineiros (454) trabalha nas duas principais vilas de São Jerônimo (mineração de carvão). Uma minoria atua em Encruzilhada do Sul (41) ou outros municípios - não conseguimos identificar qual o minério extraído em todos estes locais. O maior número de registros ocorre em 1935 (113), seguido por 1942 (100) e 1937 e 1939 (99 cada). Há apenas três fichas de identificação de 1933 e em 1936. Este padrão sugere a presença periódica de identificadores na região de São Jerônimo, talvez sob patrocínio ou demanda do sindicato - já que um número bastante grande das fichas possui indicação de pertencimento ao sindicato ou mesmo carimbo do sindicato.

No período, aparecem 492 brasileiros e 41 estrangeiros (7,7%), dos seguintes países: Espanha (16), Portugal (4), Polônia (6), Uruguai (4), Alemanha (3), Rússia (3), Áustria (1), Romênia (1), Tchecoslováquia (1), Hungria (1) e Lituânia (1). A maioria dos brasileiros é nascida em São Jerônimo (143) ou Encruzilhada (50), mas há grupos vindos de outras cidades do Rio Grande do Sul (Triunfo, Porto Alegre, Piratini, Guaíba, Taquari, Camaquã) ou mesmo de Santa Catarina (Tubarão, Araranguá, Orleans).

Como os padeiros, a maioria foi classificada como de cor branca (413), porém aqui o contingente de pardos ou morenos (89), pretos (30) e mistos (1) é um pouco maior. Aparecem adolescentes trabalhando, como João Pinto Goularte, filho de Deocídia Goularte e pai ignorado, com apenas 14 anos, ainda com físico infantil, como indica sua medida de altura - 1 metro e 53 centímetros²⁶. A maior parte dos trabalhadores, porém, têm entre 21 e 30 anos.

Há famílias de mineiros, como a de João Abreu da Silva, nascido na vila de Butiá, em São Jerônimo, que tirou a carteira em 1934, aos 54 anos. No mesmo ano, um de seus oito filhos, Oscar Rodrigues de Abreu, 19 anos, também mineiro de Butiá, encomendou o documento. Os irmãos Laurindo de Almeida, 22 anos, e Laudelino de Almeida, 21 anos, operários de Arroio dos Ratos, preencheram a ficha em 1935; Amaro Fonseca, 19 anos, e o irmão, Maurício, 17 anos, o fizeram em 1937²⁷. No total, encontramos ao menos 9 irmãos (mesmo pai e mãe) entre o grupo de mineiros.

²⁶Acervo DRT/NDH, ficha 27.801.

²⁷Acervo DRT/NDH, fichas 12.346 (Amaro); 12.348 (Maurício), 5.435 (João Abreu); 5.454 (Oscar), 8.812 (Laurindo) e 8.813 (Laudelino).

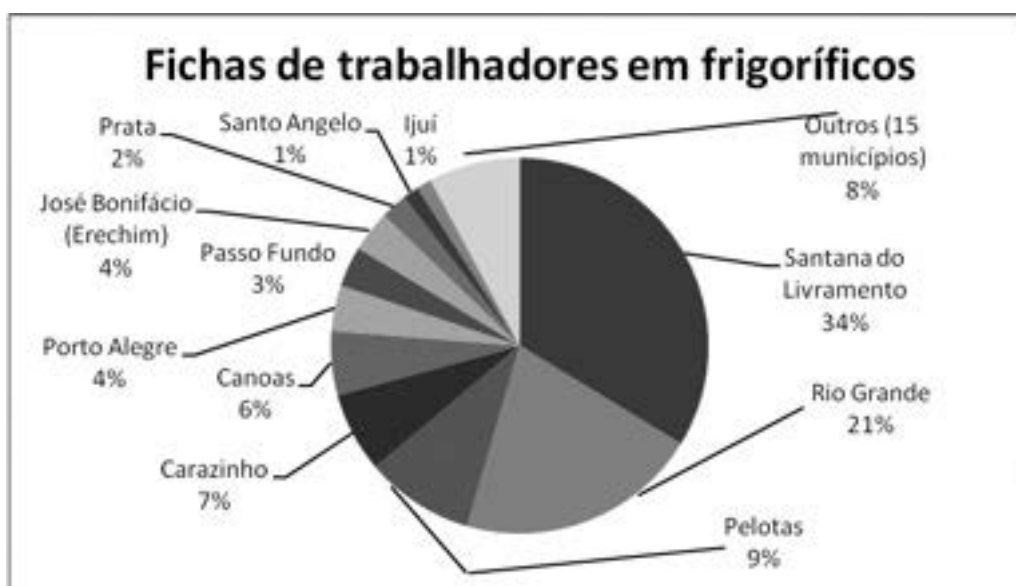
A maior parte dos trabalhadores era empregada do Cadem (Consórcio Administrador de Empresas de Mineração), união das duas principais mineradoras (Companhia Estrada de Ferro e Minas São Jerônimo e Companhia Carbonífera Riograndense)²⁸ em Arroio dos Ratos ou Butiá, então município de São Jerônimo. Um número considerável foi registrado em 1940, em Encruzilhada, empregados da firma A.M. Teixeira (na localidade de Paredão) e da Sociedade de Mineração Renner (localidade de Taboleiro). Os trabalhadores de Encruzilhada, ao contrário de São Jerônimo, não relatavam pertencimento ao sindicato, o que indica uma menor organização desses operários.

Em relação a salários, apenas 16 fichas relativas a 1943 e 1944 indicam valores entre Cr\$ 10,00 a Cr\$ 11,00 (por hora). Estes valores referem-se somente ao básico, porém. Os mineiros de carvão, ao menos, eram remunerados com base em adicionais de produção e periculosidade, e eram descontados da moradia, farmácia e empréstimos concedidos pelas companhias, numa contabilidade confusa que despertava protestos²⁹.

c) Trabalhadores em frigoríficos

As fichas relativas a trabalhadores de frigorífico³⁰ se concentram em anos específicos (1.679 das 1.723 fichas datam dos anos de 1935, 1939, 1940, 1941, 1942 e 1944). Além disso, esse fluxo está localizado a certos municípios, denotando polos de funcionamento dos frigoríficos no Rio Grande do Sul, com destaque para Santana do Livramento (Frigorífico Armour), Rio Grande (frigoríficos Armour e Swift), Pelotas (Frigorífico Anglo), Carazinho e Canoas (Frigoríficos Nacionais Sul Brasileiros).

Ao contrário de mineiros e padeiros, entre os trabalhadores de frigoríficos o contingente feminino é significativo, atingindo pouco mais de 25%, ou 443 mulheres contra 1.280 homens. Destas, a maioria aparece como solteira (345), havendo também viúvas (40). A maior parte não tem filhos (342), mas pouco menos que a quarta parte (101) informam a sua existência. Entre os homens, 901 não têm filhos contra 379 que os têm. As funções predominantes são servente e magarefe, para homens e mulheres.



Fonte: levantamento da autora com base nos banco de dados DRT/NDH

²⁸Posteriormente Companhia Carbonífera Minas do Butiá.

²⁹Ver SPERANZA, C.G., op. cit, especialmente o capítulo 1.

³⁰Fichas nas quais os campos "estabelecimento" e "espécie de estabelecimento" contém a palavra frigorífico.

A maioria dos trabalhadores é originária da própria cidade do estabelecimento ou de cidades próximas, o que indica que esse tipo de indústria ocupava predominantemente mão de obra local. Há 187 fichas de estrangeiros (10,85%), mais da metade de uruguaios (trabalhando em Santana do Livramento, separada da uruguaia Rivera por apenas uma rua). Também há registro de portugueses, poloneses, argentinos, espanhóis, dinamarqueses, italianos, russos, alemães e outras nacionalidades.

Como entre os mineiros, encontramos através do cruzamento dos dados muitos casos de irmãos trabalhando juntos em frigoríficos. É o caso dos Bonamigo, família de Prata que trabalhava nos Frigoríficos Nacionais Sul Brasileiros, cujas fichas datam de 1939: Roberto, que a ficha informa ter apenas 12 anos; Marcelo, com 14 anos; e Lydia, de 15 anos. Anexa à ficha de Lydia consta autorização dos pais para que tirasse carteira, certidão de nascimento e a informação que exercia funções na seção de expedição. O pai, Desidério Bonamigo, 42 anos em 1939, quando também preencheu a ficha de identificação, declarou ter sete filhos .

Os irmãos Joaquim Fonseca, 22 anos e Francisco Fonseca, 21 anos tiraram a carteira em 1942 em Pelotas. O pai, Nestor, 50 anos, também era empregado do Anglo - onde trabalhava como servente. Havia nascido em Canguçu, pequeno município vizinho (provavelmente na zona rural), mas naquela época a família já havia se mudado para Pelotas. Ao todo, encontramos o registro de 23 irmãos trabalhando em frigoríficos .

Os salários variavam de Cr\$ 8,00 por dia (servente, motorista ou mecânico, Frigorífico Anglo, Pelotas) até Cr\$ 21,00 por dia (magarefe, frigorífico Swift, Rio Grande); ou Cr\$ 250,00 por mês (empregado do comércio, frigorífico sem identificação, Porto Alegre) até Cr\$ 450,00 mensais (magarefe, frigorífico Anselmi, Rio Grande). Todas as mulheres, porém, ganhavam Cr\$ 12,00 por dia, independente da função.

Considerações finais

O processo de institucionalização da carteira de trabalho no Rio Grande do Sul foi bastante tumultuado nos seus primórdios, seja pela falta de infraestrutura quanto pela adesão e posterior rompimento do movimento organizado dos trabalhadores, representado pela Forgs, com a política do recém-criado MTIC. Tanto as reportagens de A Voz do Trabalhador quanto a citação ou até mesmo o carimbo de sindicatos nas fichas de identificação da DRT mostram isso. Portanto, como já mencionamos, a implantação da carteira - ou a paulatina passagem do controle sobre os dados dos trabalhadores dos sindicatos e empresas para o Estado no Brasil - contou com a participação ativa das organizações de classe.

Nem mesmo o rompimento da Forgs com o governo federal parece ter afetado a sua implantação. Os padeiros continuaram fazendo suas carteiras mesmo depois da ruptura e da perseguição aos militantes da Forgs. A alusão ao sindicato nas fichas dos mineiros pós 1934 indica que o órgão continuou apoiando a feitura do documento junto aos trabalhadores, a despeito da orientação em contrário da Forgs. Por outro lado, o aumento do número de trabalhadores desempregados que encaminham sua carteira, a partir de 1939, demonstra que o documento, àquela altura, passava a ser visto como uma forma de garantir direitos mesmo ao trabalhador não vinculado a um emprego formal.

A análise das fichas por ofícios nos mostrou as carteiras de trabalho sendo confeccionadas em sua maioria para trabalhadores brasileiros, apesar de haver entre 7% (mineiros) e 12% (padeiros) de estrangeiros. O banco de dados DRT/NDH também permite observar uma predominância de mão de obra local, pelo menos nas minas e nos frigoríficos, que, também serviam como polo de atração de trabalhadores de outras regiões. A identificação de irmãos e em especial de crianças, ou menores de 16 anos, nas fichas, nos ajuda a visualizar a inserção das famílias nas indústrias,

em especial nos frigoríficos, onde também era considerável a utilização de mulheres como serventes e até magarefes. Estas, no entanto, ganhavam salário significativamente menor que o dos homens, mesmo desempenhando as mesmas funções.

Além disso, os dados referentes aos salários mostram que a legislação do salário-mínimo, surgida em 1943, não foi automaticamente cumprida. A existência de muitos trabalhadores ganhando abaixo do mínimo e mais do que isto - informando ao governo que isto acontecia, aparentemente sem maiores consequências - indica que a política de controle e identificação dos operários não levava, necessariamente, ao cumprimento dos direitos. No entanto, mesmo assim, esses trabalhadores viram no registro oficial oferecido pelas carteiras alguma garantia. Isto motivou sua adesão ao documento e alicerçou a legitimação da carteira de trabalho no Brasil.

Fontes

Jornais *Correio do Povo*, *O Globo* e *A Voz do Trabalhador* - edições de 1933 e 1934

Banco de dados e fichas do acervo DRT/NDH

Referências Bibliográficas

ALBORNOZ, Vera do Prado Lima. *O frigorífico Armour na fronteira Sant'Ana do Livramento-Rivera*. Porto Alegre: PUCRS, 1997.

FORTES, Alexandre. *Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XIX*. Cadernos AEL. Campinas, UNICAMP, v. 6, nº 10/11, 1999.

_____. *Nós do Quarto Distrito - A classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Caxias do Sul/Rio de Janeiro: Educs/Garamond (Coleção ANPUH/RS), 2004.

GOMES, Angela de Castro. (coord.). *Ministério do Trabalho - uma história vivida e contada*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007.

KONRAD, Diorge Alceno. *O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. Tese (Doutorado). Campinas: IFCH-UNICAMP, 2004.

KOSCHIER, Paulo Luiz Crizel. *Perfil do trabalhador pelotense na década de 1940 a partir das informações contidas nas fichas de qualificação da Delegacia Regional do Trabalho - RS*. Pelotas, UFPel, Artigo (Especialização em História do Brasil), 2006.

LONER, Beatriz. "O acervo sobre o trabalho do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel". In: SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes*. São Leopoldo: Oikos, 2010, pp. 9-24.

LONER, Beatriz; KOSCHIER, Paulo e BEM, Emmanuel. *Perfil dos trabalhadores gaúchos: 1933-1939*. Sociedade Brasileira de Sociologia, www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/gt21, acessado em 01/05/2011.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. *Os trabalhadores negros a partir das Fichas de Qualificação Profissional da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (1933-1943)*. In: 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2013, Florianópolis. Anais do 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis-SC: Editora da UFSC, 2013, pp. 01-17.

MORAIS, Evaristo. *O problema do sindicato único no Brasil*. São Paulo: Alfa-ômega, 1978.

SILVA, Neuza Regina Janke da. *Entre os valores do patrão e da nação, como fica o operário? O frigorífico Anglo em Pelotas 1940-1970*. Dissertação (Mestrado em História). PPG em História/PUCRS, 1999.

SPERANZA, Clarice G. *Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas de carvão do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50*. Tese (doutorado em História). PPG em História/UFRGS, 2012.

PARTE II

CENTRO DE MEMÓRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL

Gaspar Osorio Henriques *
Vinícius Marques Moreira **

Resumo

O presente trabalho apresenta e compartilha a experiência vivenciada no processo de criação e implantação do Centro de Memória do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Rio Grande do Sul (Sintrajufe-RS), que tem entre suas principais funções custodiar e preservar os documentos que registram e espelham não somente a história da organização e o funcionamento dessa entidade, como também as lutas e as conquistas da categoria dos trabalhadores do Poder Judiciário Federal, lotados no Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Centro de Memória; história; memória; sindicato; servidores do Poder Judiciário Federal

Introdução

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Rio Grande do Sul (Sintrajufe-RS) é uma entidade sindical de primeiro grau, de âmbito estadual, representativa dos trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Rio Grande do Sul de quaisquer que sejam os órgãos a que estejam vinculados, com sede e foro na cidade de Porto Alegre, com natureza e fins não lucrativos, oriundo, inicialmente, da fusão de dois sindicatos, o Sindicato dos Trabalhadores da Justiça do Trabalho (Sindjustra) e o Sindicato dos Trabalhadores da Justiça Federal (Sindjusfe). Foi fundado no ano de 1998 e em 2003 o Sindicato dos Funcionários da Justiça Eleitoral do RS (Sindjers) integrou-se à sua base.

O acervo do Centro de Memória do Sintrajufe-RS compreende documentos de caráter permanente que espelham a organização e a estrutura do sindicato, acervo iconográfico, periódicos, publicações, materiais de campanhas e reivindicações, entre outros.

O Centro de Memória foi criado não somente como um espaço de guarda e preservação documental, mas também é um local com um viés de pesquisa e produção de publicações, realização de eventos, como exposições, debates, seminários, cursos de formação, entre outros. Parte das atividades que promove são voltadas não somente à categoria, como também à comunidade.

A metodologia aplicada na constituição do Centro de Memória está embasada na pesquisa qualitativa interna, isto é, nos acervos da instituição e também externa, ou seja, em outras instituições que possam ter conteúdos que digam respeito à história do sindicato, como centrais sindicais, imprensa etc.

* Arquivista, graduado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e funcionário do Sintrajufe-RS.

** Graduando do Curso de Licenciatura em História da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e funcionário do Sintrajufe-RS.

O Sintrajufe-RS

Traçando um breve perfil histórico do Sintrajufe-RS é possível reconhecer-lhe algumas características de um sindicato plural, composto por uma ampla e diversificada base de servidores que em comum têm o fato de serem parte integrante do quadro do Poder Judiciário Federal, mas que também carregam consigo uma série de especificidades conforme as funções desempenhadas e as próprias características dos órgãos a que estão vinculados.

O Sintrajufe-RS é oriundo da fusão de dois grandes sindicatos, o Sindjusfe, Sindicato dos Trabalhadores da Justiça Federal no RS e Sindjustra, Sindicato dos Trabalhadores da Justiça do Trabalho no RS, e posterior integração do Sindjers, Sindicato dos Funcionários da Justiça Eleitoral no RS, fato ocorrido em 2003. Mas suas raízes são ainda mais profundas e se referem a um passado mais distante.

O Sindjustra, por exemplo, já em sua unitariedade, era um pujante sindicato em termos de estrutura e atuação, oriundo da conversão da antiga Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho em sindicato, fato ocorrido logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Sua data de fundação é 24/10/1988. A Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho, contudo, segundo relatos de servidores da categoria, já desempenhava funções de representação, embora, antes do advento da Constituição de 1988, os servidores públicos não tivessem garantido o direito à livre associação sindical. A Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho em seu cerne já carregava os anseios da categoria por um sindicato, fato demonstrado pela rapidez com que foi convertida em um assim que a lei permitiu.

O Sindjusfe, Sindicato da Justiça Federal no RS, foi fundado em 23/11/1990, não sendo oriundo da migração do associativismo. Manteve a convivência simultânea com a associação de servidores, a qual tem sua existência até os dias atuais.

O congresso de unificação das duas entidades (Sindjustra e Sindjusfe) ocorreu na cidade de São Lourenço do Sul, em um contexto complexo e de muitas dificuldades dos servidores públicos no cenário nacional, o auge do neoliberalismo no Brasil e período do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC)¹.

Esse primeiro congresso teve como resultado principal a criação do Sintrajufe-RS. Dele também resultaram o estatuto da entidade, bem como um plano de lutas e a nominata da primeira diretoria, chamada diretoria provisória, que viria a ocupar a frente do sindicato até as primeiras eleições.

O Centro de Memória do Sintrajufe-RS

O projeto de implantação de um centro de memória visa resgatar a identidade e conscientização sobre a diversidade cultural brasileira: o conhecimento dessa diversidade passa pela definição das identidades étnicas, regionais, entre outras. Aprofundar a noção de identidade

¹“Em tempos de muitas dificuldades - mais de 1.000 dias sem reajuste salarial, perseguições, ameaças, redução salarial via aumento do desconto previdenciário e ações concretas de desmonte do patrimônio estatal construído ao longo de décadas pelo governo de F(MI)HC, orientado por interesses do capital multinacional - realizamos nos dias 27, 28 e 29 de novembro de 1998, o nosso congresso unificado com a presença de 100 delegados.” Cf. SINTRAJUFE-RS. Resoluções e teses do congresso unificado. Porto Alegre, 1999. O termo “F(MI)HC” grifado no texto é alusivo ao Fundo Monetário Internacional, em virtude das políticas econômicas de âmbito nacional e internacional orquestradas pelo governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, caracterizadas pelo arrocho salarial aos funcionários públicos, desmanche da máquina estatal, privatizações de grandes empresas e setores estatais etc. (N.A.)

e memória do servidor do Judiciário Federal no RS, bem como, por diferentes meios, a história e a memória do serviço público nesta esfera do poder público no estado do RS, buscando tornar visível para a sociedade as peculiaridades e a importância do trabalho realizado por essa categoria. O Centro de Memória foi lançado no contexto da passagem dos 15 anos de existência e luta do Sintrajufe-RS.

Além disso, o Centro de Memória pretende demonstrar, a partir do seu acervo, a realidade contemporânea dos fatos históricos e as conjunturas regional e nacional do período delimitado ao longo da existência do sindicato. Também é possível estender esse exercício de memória e remontar a um pretérito mais distante ainda, que reflete a história dos sindicatos que precederam o Sintrajufe-RS, bem como as instituições de representação que precederam esses sindicatos.

Outrossim, este projeto pretende dar início ao debate, começando por citar fragmentos do marco referencial escolhido: o congresso estadual em que ocorreu a unificação dos sindicatos, num mosaico de conceitos e abordagens sobre os servidores do Judiciário Federal para, num segundo momento, delinear os objetivos do projeto e apresentar propostas a serem implementadas em curto, médio e longo prazos com vistas ao atingimento desses objetivos.

A implementação do Centro de Memória do Sintrajufe-RS está ainda em seus primeiros passos. O Sintrajufe-RS, atualmente, passa por um momento de transição política. Foi eleita democraticamente uma nova direção que até então militava no campo da oposição. Idealizado e iniciado na direção cuja gestão encerrou-se em agosto de 2013, conta com o compromisso da nova diretoria, gestão 2013-2016, de dar continuidade ao projeto, tendo sido votada e aprovada sua criação na reunião do Conselho Geral (órgão máximo de deliberação política no sistema diretivo do sindicato, conforme seu estatuto), no dia 03/08/2013.

Ao falarmos em um centro como espaço de memória no que inclui todas as suas já citadas atribuições, estamos nos referindo de um espaço multidisciplinar, onde diferentes saberes se entrelaçam na busca de objetivos comuns, principalmente o de se tornar uma fonte de pesquisa, de informações, de formação.

Ao se planejar um projeto como o do Centro de Memória do Sintrajufe-RS, deparamo-nos com a necessidade de nos apropriarmos de conceitos sólidos a respeito de memória e remontagem do pretérito².

Lidamos aqui, em especial, com os elementos de uma memória construída coletivamente³ e, nesse sentido, é mais amplo ainda o papel da coletividade visto se tratar de uma entidade de caráter associativo sindical.

²A priori, o conceito de memória em sua plenitude parece estar ligado a um fenômeno individual, algo de foro íntimo, próprio de cada indivíduo. Porém, Maurice Halbwachs, nos idos das décadas de 1920 e 1930, já havia grifado que a memória deve ser entendida sobre tudo como um fenômeno coletivo e social, deve ser compreendida como um fenômeno construído coletivamente e submetido a alterações e mudanças constantes. Michael Pollak em seu artigo Memória e identidade social, cita Maurice Halbwachs, sociólogo francês nascido em 1877 e morto em 1945, que dentre outras obras escreveu sobre a vida dos operários e criou o conceito de memória coletiva, sendo esse seu mais célebre trabalho. HALBWACHS apud POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.

³Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de 'vividos por tabela', ou seja, acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. Cf. POLLAK, 1992, p. 2.

Obviamente, nesse projeto acabaremos encontrando no cerne da questão de preservação e valorização da memória da entidade a valorização da identidade do servidor do Judiciário Federal no RS e todo o conjunto de representações sociais, econômicas, políticas e de várias outras esferas que compõem a vida de cada um dos servidores e, é claro, sua vida associativa. Decker⁴ destaca que a representação, na sua acepção etimológica, é a reprodução daquilo que se pensa; é o ato ou efeito de representar, interpretar.

É necessário compreender uma entidade do porte do Sintrajufe-RS, com toda a sua capacidade de agregar pessoas em prol de ideais de melhoria na qualidade dos serviços prestados no âmbito do Judiciário Federal, de qualidade de vida de seus servidores, de melhores condições de trabalho, melhores condições salariais, entre tantas outras bandeiras. Vemos, portanto, o sindicato como protagonista de sua própria história⁵.

Um dos principais alicerces do Centro de Memória é o seu acervo documental. Nele consta um volume considerável de aproximadamente 50 metros lineares de documentos textuais, um acervo fotográfico de cerca de 10.000 fotos impressas e 250 GB de imagens digitais, além de cartazes, panfletos, faixas, vídeos e banners que identificam a trajetória que ultrapassa os 15 anos de forte atuação do Sintrajufe-RS, haja vista que em seu acervo há também os registros herdados dos sindicatos e da associação que lhe deram origem.

O acervo arquivístico de valor secundário, ou seja, permanente, é oriundo das atividades administrativas e políticas cotidianas do sindicato e das entidades que o precederam. Desde 2005, o Sintrajufe-RS vem procurando concretizar rotinas e procedimentos padronizados de classificação, organização e arquivamento, segundo as técnicas arquivísticas de gestão de documentos. Possibilitando, desta forma, a construção de instrumentos como o Plano de Classificação de Documentos, baseado no método de classificação funcional, e a Tabela de Temporalidade de Documentos, ainda em fase de construção, que proporcionará a fluidez e a racionalidade necessárias para a preservação e guarda dos documentos verdadeiramente importantes que contarão à posteridade a estrutura, a organização e funcionamento desta entidade sindical. Concretizando na prática a afirmação de Schellenberg⁶ que nos diz que os documentos podem ser, e geralmente são, agrupados de modo a refletir a estrutura orgânica da entidade.

Atualmente, a estrutura física do Centro de Memória está sendo elaborada, uma vez que há poucos dias o prédio onde serão fixadas suas instalações foi desocupado. Trata-se de uma casa de alvenaria de dois pavimentos construída em 1913. Esse local abrigará a Secretaria de Formação, Cultura e Lazer do Sintrajufe-RS e o Centro de Memória. O espaço passará por uma reforma que possibilitará o acesso da categoria, da comunidade em geral e também de estudantes e pesquisadores do movimento sindical. Serão implantadas sala de exposições, um pequeno auditório para realização de cursos, oficinas, palestras, sala de pesquisa, sala para o acervo iconográfico e textual. Sendo assim, o acervo documental do Centro de Memória

⁴DECKER, Elton Luiz. Justiça sem servidores: processo judicial eletrônico e as alterações na identidade social e profissional dos funcionários públicos do Judiciário Federal no RS. 2012. p. 2. Trabalho apresentado na Pós-graduação em Sociologia da UFRGS.

⁵[do grego *historía*, pelo lat. *historia*] Narração metódica dos fatos notáveis ocorridos na vida dos povos, em particular, e na vida da humanidade, em geral: a história do Brasil; história universal. 2 Conjunto de conhecimentos adquiridos através da tradição e/ou por meio dos documentos, relativos a evolução (conceito de história evolutiva há controvérsias), ao passado da humanidade. 3 Ciência e método que permitem adquirir e transmitir aqueles conhecimentos. Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa* / Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. 3ª ed. Totalmente revista e ampliada Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

⁶SHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

integrará o sistema de arquivos do Sintrajufe-RS, haja vista que os documentos⁷ de fase corrente e intermediária estarão no prédio administrativo, situado no mesmo terreno, anexo ao prédio histórico, cumprindo-se nitidamente o ciclo vital dos documentos.

Não obstante as instalações físicas estarem incipientes, o Centro de Memória já está em pleno exercício de suas atividades, pois já foram programadas e realizadas duas atividades importantes junto à categoria de servidores do Judiciário Federal, com o intento de promover o debate e o resgate da memória do evento que deu origem ao Sintrajufe-RS, isto é, o Congresso Estadual Unificado, realizado na cidade de São Lourenço do Sul, onde ocorreu a unificação dos sindicatos. Com isso será possível conhecer o contexto histórico daquele período.

Como primeira ação integrativa e de resgate da memória, em 29/05/2013 ocorreu a primeira edição da “Roda de Memória - as origens da nossa luta”, evento para o qual foram convidados servidores da categoria que estavam presentes no congresso que formalizou a unificação do Sindjustra e do Sindjusfe, para lembrar os debates do congresso. Os presentes foram estimulados pela projeção de fotos, documentos e jornais daquele momento, devidamente registrados em áudio e vídeo.

O segundo evento promovido, ocorrido em 13/06/2013, foi o 1º Ciclo de Cinema, no qual foi apresentado o filme “Milton Santos - Por uma outra globalização”, produção de 2004 dirigida por Sílvio Tendler. Contou com a presença de servidores da categoria e dos debatedores convidados, os professores universitários Henrique Serra Padrós (UFRGS) e Roberto dos Santos (Ulbra), ambos docentes em História, que proporcionaram um rico debate sobre a conjuntura⁸ política e social do período em que nascia o Sintrajufe-RS.

Além dos eventos descritos, foi lançada a cartilha “Sintrajufe-RS. 15 anos de união, lutas e conquistas”, que faz um breve resgate cronológico, histórico e ilustrativo das gestões do sindicato ao longo dos seus 15 anos, que teve e continua tendo participação constante como agente importante nas inúmeras transformações que ocorreram nas políticas, sociais e econômicas no país. Essa cartilha teve como principal fonte de pesquisa os acervos textuais e fotográficos do Centro de Memória.

Com o propósito de buscar modelos e parâmetros para a constituição do Centro de Memória, estão sendo programadas visitas a algumas instituições com o mesmo fim. Até o momento, foi realizada uma visita ao Memorial do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT 4), onde nos foi apresentada sua estrutura, funcionamento e acervo, bem como os serviços

⁷“No universo da administração e da história reside a própria razão de ser dos arquivos [...] na sua característica dinâmica: a do ciclo vital dos documentos. [...] A distância entre a administração e a história no que concerne os documentos é, pois, apenas uma questão de tempo. Isto quer dizer que os arquivos administrativos guardam os documentos produzidos ou recebidos por cada uma das unidades governamentais [produtoras] durante o exercício de suas funções, e que vão sendo guardados orgânica e cumulativamente à medida que se cumprem as finalidades para as quais foram criados. Esses documentos são, na realidade, os mesmos que valerão os historiadores, posteriormente, para colherem dados referentes ao passado, já recinto dos arquivos permanentes.” Cf. BELLOTTO, Heloísa L. Arquivos permanentes: tratamento documental. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 23.

⁸“Durante a era FHC, os ventos do neoliberalismo promoveram reformas que sacudiram a categoria. A contrarreforma administrativa suprimiu postos de trabalho. Posteriormente houve a desregulamentação da Lei nº 8.112, que suprimiu 50 direitos dos servidores públicos. O ideário para legitimar essas mudanças era de que o serviço público era ineficiente e caro. Sendo necessário a sua redução por meio da terceirização de serviços e introdução de tecnologias que parametrizem o fazer e saber em sistemas informacionais. Na esteira deste ideário, os órgãos públicos foram privatizando aquelas funções que não eram consideradas como centrais. No Poder Judiciário, foi dado início à contratação de serviços de limpeza e vigilância, criando as condições para a transformação da carreira de auxiliar judiciário (nível de primeiro grau) num cargo em extinção.” Cf. DECKER, 2012, p. 3.

que são prestados aos servidores da justiça do trabalho e à comunidade acadêmica, que tem sido o seu maior público. Foi nos mostrado o excelente trabalho de digitalização e microfilmagem do acervo documental, que, além de preservar a integridade física dos documentos e sua segurança, agiliza o manuseio durante a pesquisa, bem como a prestação de cópias aos pesquisadores, que futuramente poderão acessar suas fontes via internet. Pretende-se visitar outras instituições do gênero para acompanhar de perto as experiências que poderão servir de inspiração de ideias e serviços ao centro de memória.

Conclusão

Sob um determinado ponto de vista, o percurso de quinze anos parece um curto período de tempo, no entanto, a história do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no RS é bastante intensa e a ela se acrescenta e complementa a trajetória das demais entidades que o antecederam e contribuíram para que ele se tornasse uma entidade sindical de grande expressão e referência nacional, exemplo de atuação e representação dos interesses de uma categoria de quase cinco mil associados no estado do RS.

A concretização de um desejo antigo de criar um espaço voltado ao resgate da história das lutas de uma categoria de trabalhadores, preservação da sua memória institucional e promoção de capacitação de pessoal, faz desse projeto um legado às próximas gerações de servidores do Judiciário Federal, que poderão se inspirar nas campanhas, nos projetos, nos avanços ou nos retrocessos que impulsionarão as estratégias para as conquistas futuras, contribuindo dessa forma para que o Sintrajufe-RS continue cada vez mais fortalecido em suas lutas e objetivos.

Vemos o setor sindical como protagonista de um nicho no qual ocorrem com certa celeridade mudanças sociais, que interferem diretamente na vida dos indivíduos participantes diretos ou indiretos dos mecanismos decisórios e de luta das entidades associativas. É mister, portanto, que iniciativas como a da fundação de um Centro voltado à preservação da memória e da identidade de uma categoria de trabalhadores, realmente chegue ao seu destino final, que é a prestação de um serviço de qualidade no fomento à preservação a que se propõe, visto que não é meramente alegórica a valorização do passado de lutas da entidade, mas sim um braço a mais de sua luta, pois se trata da valorização da própria história e de ser depositário de conquistas, vitórias e derrotas de um pretérito construído coletivamente.

Fontes

SINTRAJUFE-RS. *Resoluções e teses do congresso unificado*. Porto Alegre, 1999.

Referências Bibliográficas

BELLOTTO, Heloísa L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

DECKER, Elton Luiz. *Justiça sem servidores: processo judicial eletrônico e as alterações na identidade social e profissional dos funcionários públicos do Judiciário*

Federal no RS. 2012. Trabalho apresentado na Pós-graduação em Sociologia da UFRGS.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, pp. 200-212.

SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. *Dicionário de conceitos históricos*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PRESERVAÇÃO, MEMÓRIA E RECONHECIMENTO: O ARQUIVO DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE JUIZ DE FORA/MG E O ESTUDO DO MOVIMENTO OPERÁRIO REGIONAL E NACIONAL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Luísa de Mello Correard Pereira*

Resumo

A história dos metalúrgicos se destaca na história sindical no século XX - em um processo de oficialização dentro do regime corporativo varguista. O Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora/MG foi criado em 1932 como um sindicato oficial - e embora esbarrassem no corporativismo, seus trabalhadores tiveram papel ativo nas manifestações, que estão registradas em jornais e documentos sindicais. Nesse sentido, a preservação e a análise dos documentos deste sindicato se tornam importantes ferramentas de estudos históricos e de reconhecimento da luta social desses trabalhadores na construção da cidade e da política brasileira.

Palavras-chave: movimento operário; movimento sindical; sindicato corporativo; arquivo sindical; documentos sindicais

O Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora/MG foi criado em 1932, institucionalizado como um sindicato oficial junto ao governo federal. A criação do sindicato foi em decorrência do crescimento do setor metalúrgico no Brasil¹, e consequentemente pelo crescimento dos trabalhadores dessa categoria e sua participação política no país e na cidade.

Embora o sindicato esbarrasse nas barreiras do sindicalismo corporativo, seus trabalhadores tiveram papel ativo nas reivindicações oficiais - através das reclamações à Justiça do Trabalho - e não oficiais - através de greves e manifestações. Ambos os casos, entre outras ocorrências trabalhistas, estão registradas em notícias de jornais e nos documentos sindicais.

Vem sendo realizada desde julho de 2013 uma nova intervenção arquivística no Arquivo Histórico do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas de Juiz de Fora (MG) - em iniciativa junto à atual administração do Sindicato, e como parte de pesquisa para Tese de Mestrado em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Ali estão preservados, e previamente organizados, documentos desde a abertura oficial do Sindicato, em 1932, até a década de 1990.

*Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

¹NETO, Murilo Leal Pereira. A reinvenção do trabalhismo no "vulcão do inferno"; Um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo. A fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964). Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2006, pp. 39-41

A proposta junto à instituição é trabalhar diretamente com os arquivos da época de sua abertura até o período visado pelo projeto de mestrado - a experiência democrática (1945-1964) - e mais pra frente orientar novos estagiários para a preservação dos documentos até a década de 90, e assim contemplar desde sua abertura até a segunda metade do século XX.

Para o presente artigo, me concentrarei principalmente na década de 50, por motivos, a saber: cobre um pedaço do período de meus estudos; contém uma grande parte de documentos primários já recuperados e analisados; e principalmente por ser um momento importante da política brasileira e juiz-forana - recente ao fim do Estado Novo, em uma república democrática ainda recém-nascida, mas de grande efervescência social.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora: Preservação, memória e reconhecimento

Denominado “Syndicato dos Operários Metalúrgicos de Juiz de Fora”, o órgão foi aberto oficialmente em 24 de novembro de 1932, em uma reunião na sede social da União Trabalhista Sindical Mineira na cidade². Essa reunião contou com um número regular de interessados, e foi presidida pelo Secretário Geral da União, José Soares; e consistiu em uma assembleia prévia, anunciando a abertura oficial do sindicato, as questões para serem decididas em próximas assembleias e a importância do sindicato para a causa operária.

Em tempo, apesar de esta ser a data oficial da abertura do órgão classista, os trabalhadores metalúrgicos já estavam previamente organizados e ativos, como a própria ata parece indicar nas falas sobre a “vida normal dentro da lei” e sobre reivindicações anteriores à reunião oficial:

[...] falou companheiro Marcilho pedindo aos companheiros presentes para fazer a maior propaganda possível no Syndicato que agora entra na sua vida normal dentro da lei [...] o companheiro Soares que em nome da união constaria ata de metalurgicos de Juiz de Fora, que se congregasse no seu syndicato, depois analisou longamente sobre a lei de ferias, sobre o salario minimo, terminando sobre a higiene das casas de aluguel³.

Na década de 30, no Brasil, houve um processo de oficialização de sindicatos, agregando as instituições dentro do regime corporativo do Governo Vargas⁴. Mas os trabalhadores não ficaram alheios à oficialização do movimento sindical - estes convergiram com esse processo, mas não de forma acrítica. Assim, esses atores assumiam os limites e responsabilidades dessa transformação, mas também recriaram suas possibilidades e arenas⁵ - o que teria contribuído para a construção da identidade trabalhadora e, nesse caso, metalúrgica.

Nesse sentido, na ata de abertura do Sindicato encontram-se características de um novo sindicato procurando legitimar-se dentro da lei do Estado corporativo em construção, e assim obter os benefícios assegurados por essa legislação também em construção:

²ARQUIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE JUIZ DE FORA. Juiz de Fora/MG. Acta de instalação do Syndicato de Operarios Metalurgicos de Juiz de Fora. 24 de novembro de 1932. P. 1-3. Caixa 01.

³Idem, p. 1.

⁴GOMES, Angela de Castro. A Invenção do Trabalho. 3 ed. Rio de Janeiro: editora da Fundação Getúlio Vargas, 2008, p. 221

⁵RAMALHO, José Ricardo. SANTANA, Marco Aurélio. (Orgs.). Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos. Editora DP&A, 2001, p. 13

[...] consitando, para que todo o metalurgico saiba cumprir com o seu dever, fazendo parte no seu Sindicato. Ainda com a palavra o companheiro Soares, disse que todo o associado com a carteira da união [...] sera um carteira util atodos, os associados serviria de carteira social [...]. Helio que em breves palavras explicou o protesto do companheiro Luiz Pereira, desse que este grupo redusido de desordeiro [...] tera que desaparecer por que estamos dentro da lei e portanto somos garantido pela mesma⁶.

Mas apesar disso, os membros presentes pareciam comprometidos com a causa operária. Há discursos sobre a escravidão - que só havia sido abolida há 44 anos, sendo ainda uma memória incômoda na sociedade - sobre reivindicações e solidariedade entre os operários e os outros sindicatos da região.

[...]mais para conseguirmos isto presisamos estar todos unidos dentro dos Sindicatos, falou depois na formação do Sindicato dos Trabalhadores em transportes [...] convidou os metalurgicos para emcorporarem uma caravana, da uniao para irem Domingo dia 4 [de dezembro] a chapéo de uvas para formar o Sindicato camponez [...]. Marcilho agradeceu a [construção] civil e analisou qual sera o dever do Sindicato [...] fez um pequena confronto da escravidao antiga e da, Escravidao atual⁷.

Esta aparente dicotomia é importante para se compreender o movimento dos trabalhadores do período. Era uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que a legalização dos sindicatos representava o reconhecimento pelo Estado da força de organização e contestação dos trabalhadores, também se constituía em uma estratégia de controle dos mesmos⁸. Mas os trabalhadores extraíam deste modelo político recursos para suas lutas e para o fortalecimento das suas noções de justiça social. Havia, então, uma relação de reciprocidade.

A situação dos trabalhadores urbanos em Juiz de Fora no início do século XX não era muito diferente da dos trabalhadores do resto do país. Os índices salariais eram muito baixos, a base dos pagamentos variava entre os setores e os empregadores; a jornada de trabalho variava de 10 a 14 horas diárias; os castigos corporais aos aprendizes era prática comum, assim como punições e suspensões⁹. Em suma, eram condições difíceis de trabalho e de vida. Mas os empregados da cidade procuraram formas de resistência na forma de associações classistas, que muitas vezes eram combativas¹⁰.

A institucionalização da CLT a partir de 1943 trouxe à cidade e ao resto do país leis que deram um alento aos trabalhadores, principalmente no que concerne a jornada de trabalho e aos salários. Em contrapartida, esses direitos sociais, que foram na realidade uma conquista social, apareciam como uma concessão do governo para os trabalhadores. Essas

⁶ARQUIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE JUIZ DE FORA. Juiz de Fora/MG. Acta de instalação do Sindicato de Operarios Metalurgicos de Juiz de Fora. 24 de novembro de 1932. Caixa 01. P. 1. P. 2-3.

⁷Idem, pp. 1-2

⁸REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 321-377.

⁹LOYOLA, Maria Andréa. Os sindicatos e o PTB. Estudo de um caso em Minas Gerais. Petrópolis: Vozes Ltda. em co-edição com CEBRAP, 1980. p. 46.

¹⁰Idem, p. 47.

iniciativas governamentais englobavam várias políticas públicas, e caracterizavam um sistema político corporativo¹¹. Uma das políticas mais importantes foi a implementação do sindicalismo corporativo - organização sindical mediada pelo Estado através de uma legislação específica. Essa proposta seria voltada para uma “disciplinarização” da massa trabalhadora, com a criação da CLT e com a institucionalização dos sindicatos oficiais¹².

Apesar da faceta “populista”¹³ da legislação social, são inegáveis as melhorias que esta trouxe para os trabalhadores. Estes ganharam em termos de aumento de sua legitimidade, possibilidade de exigência, cumprimento de seus direitos e incremento de uma “capacidade de barganha” diante dos patrões - mesmo que todas essas características estejam mediadas pela Justiça do Trabalho¹⁴. Além disso, a consolidação da CLT e outros benefícios ligados a ela, incluindo os tribunais do trabalho, seriam também uma resposta à mobilização dos trabalhadores.

Em 1940, o então Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Juiz de Fora tem decretado o Estatuto¹⁵ que regulou a instituição até a década de 50. Nesse período, muitas leis trabalhistas estavam em vigência, embora a própria CLT ainda não tivesse sido decretada. Também nesse período o Estado corporativo já estava regulando a vida dos trabalhadores e dos sindicatos, de modo que influenciou o Estatuto e o cumprimento do mesmo.

As leis de 1940 regulavam várias instancias do sindicato: as assembleias, os direitos e deveres dos associados, as assistências que deveriam ser oferecidas etc. Mas principalmente enfatizam as eleições sindicais - o modo com ela deveria ser procedida, quem podia se candidatar e quem podia votar; os cargos elegíveis; e obrigava as eleições sindicais a estarem subordinadas ao Tribunal da Justiça Eleitoral e ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio¹⁶.

Nesse sentido, muitas das atividades estavam subordinadas ao Ministério. As Assembleias Gerais precisavam de autorizações do mesmo para ser realizadas e as atividades do Sindicato deveriam ser anualmente registradas e enviadas para a instância regional deste órgão do governo¹⁷.

Naquele período, o presidente em exercício era Thiago Alves dos Santos, eleito em janeiro do mesmo ano. O mesmo anuncia em assembleia que o sindicato foi regularizado pelo decreto-lei nº 1402 de 05 de julho de 1939¹⁸ como legítimo representante de sua classe e, portanto,

¹¹GOMES. Op. Cit., 2008 pp 221-222.

¹²FORTES, Alexandre. SILVA, Fernando Teixeira COSTA, Hélio. FONTES, Paulo. ET AL. Na Luta por Direitos: Estudos Recentes em História Social do Trabalho. Campinas, Editora da Unicamp, 1999, p. 92.

¹³A expressão populismo está em aspas por ser um conceito questionado na Historiografia atual. Autores como Angela de Castro Gomes e Daniel Aarão Reis Filho questionam o poder estigmatizante dessa expressão, e oferecem alternativas que evidenciam o papel ativo dos trabalhadores na política brasileira no período em questão. Já Jorge Ferreira questiona a existência do conceito em si, negando seu papel enquanto medida explicativa do período, sendo apenas um conceito vazio. Ver todos em: FERREIRA, Jorge (Org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

¹⁴BARBOSA, Denílson Gomes. Conflito Trabalhista e Uso da Justiça do Trabalho. Tese (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em História, Juiz de Fora, 2008, p. 121.

¹⁵Não há como provar que é o primeiro estatuto da história do Sindicato, mas é o mais antigo encontrado em seu Arquivo.

¹⁶ARQUIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE JUIZ DE FORA. Juiz de Fora/MG. Estatuto Sindical de 1940 do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora. 1940. Caixa 10, p. 3.

¹⁷Idem, pp. 5-6.

¹⁸BRASIL Decreto-lei nº 1.402 de 05 de julho de 1939. Lei que regula a associação em sindicato, sancionado pelo presidente Getúlio Vargas em 05 de julho de 1939. Justiça Brasileira. <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126734/decreto-lei-1402-39>>. Acesso em: 14 de setembro de 2013

muda o nome para Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos. O presidente argumenta assim que foi necessário adequar seus quadros de atividades e profissões às exigências oficiais, por isso a mudança de nome. Mas mesmo que fosse uma adequação necessária, e até mesmo exigida pelo Ministério, o novo nome passou por uma votação aberta, e foi unanimemente aprovada¹⁹.

Em 1943, com a decretação da CLT, as assembleias do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora passaram a ter o conteúdo mais específico em relação às leis e a reivindicação de seu cumprimento.

Após o Estado Novo, findo em 1945, o movimento operário em Juiz de Fora ganhou novo fôlego com o regime democrático, embora ainda esbarrasse no sistema semicorporativista que o período herdou e deu continuidade. Assim como os operários no resto do país, os juiz-foranos sentiam a ambiguidade das relações de classe no Brasil. Além disso, a cidade de Juiz de Fora ainda sofria com as consequências de uma grave crise econômica no fim da década de 30, que levou várias empresas à falência, e conseqüentemente causou grande desemprego²⁰.

Tão logo a democracia floresceu, a cidade assistiu a uma nova onda de greves, em composição com o contexto nacional. Entre março de 1945 e junho de 1946, Jairo Pacheco observou a presença de pelo menos quatro greves na cidade²¹. Em dezembro de 1946, houve greve iniciada pelos trabalhadores têxteis, mas que logo englobou outras categorias (inclusive a metalúrgica) e só teve fim em janeiro de 1947²². Em 1948, todas as fábricas de tecelagem juiz-foranas paralisaram por alguns dias, sofrendo inclusive repressão policial e prisões de “subversivos”²³.

Esses casos, entre outros, comprovam o que a historiografia recente vem defendendo: que os trabalhadores de Juiz de Fora e de todo o Brasil não aceitaram passivamente a tentativa de controle do Estado. Pelo contrário, os mesmos reagem, seja em forma de reivindicação direta; sejam em forma de apropriação e adaptação das políticas trabalhistas, reivindicando junto ao patronato os seus direitos defendidos pela lei, e até mesmo a criação de novos direitos.

A partir da década de 50, o Sindicato teve suas atividades aceleradas - no contexto de um regime democrático. - e novas pautas são introduzidas em suas assembleias. Mesmo com a regulamentação do governo de que todas as reuniões deveriam ser autorizadas, há registros de assembleias sem estarem veiculadas a registros de pedidos de autorização.

Em 22 de novembro de 1955 teve lugar uma Assembleia Geral Extraordinária. Nesse momento, o denominado Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Juiz de Fora, já tinha sede própria e um novo Estatuto regulamentado²⁴, o que ressalva o poder do Sindicato enquanto representante classista da região.

Uma das pautas desta assembleia foi a questão salarial, partindo não da diretoria, mas de um associado.

ARQUIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE JUIZ DE FORA. Juiz de Fora/MG. Cópia Autêntica da Ata da sessão da Assembleia. 1940. Caixa 01, p. 8.

LOYOLA. Op. Cit., 1980, p. 53.

PACHECO. Op. Cit., 1996, p. 177.

BARBOSA. Op. Cit., 2008, p. 43.

PACHECO. Op. Cit., 1996, pp. 179-180.

ARQUIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE JUIZ DE FORA. Juiz de Fora/MG. Estatuto do Sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de Juiz de Fora. Década de 1950. Caixa 10, p. 1-16.

[...] o Sr. Presidente de mesa fez ver aos presentes a finalidade da assembleia, pedindo a palavra o associado Sebastião José Regué Netto, fez ver aos companheiros presentes a necessidade de um aumento salarial visto a elevação assustadora do atual custo de vida [...]”²⁵

Mas primeiro, optam por fazer os processos “dentro da lei”: antes de entrar com dissídio coletivo, mandar cartas para as empresas para tentar negociar o aumento, “num gesto conciliatório”²⁶. E então, no caso de recusa dos empregadores, partir para o dissídio coletivo. O presidente propõe uma fórmula conciliatória de 70% de aumento sobre o salário então vigente. A proposta vai para votação e é unanimemente aprovada.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de setembro de 1957, o presidente José de Souza relata que houve uma reunião com a Associação das Indústrias, onde tentaram negociar um aumento salarial ainda naquele ano²⁷. Os empregadores entraram com a proposta de aumento de 10% sobre o mínimo para casados e 5% para solteiros. O Sindicato disse aos industriais que não estava de acordo com essa separação entre solteiros e casados, e ameaçou: “o advogado esclareceu a assembleia que para evitar o dissídio era melhor aceitar 15% por cento geral”²⁸. Nada foi acertado então.

Em 1º de outubro de 1957, houve nova Assembleia Geral Extraordinária autorizada pelo Ministério do Trabalho²⁹. Anteriormente, houve uma reunião do Sindicato, seu assistente jurídico, e o órgão do patronato, aonde o último afirmou não poder aumentar muito o salário por causa da “fase crítica que atravessava a Indústria no momento”³⁰, e propôs 10% sobre o mínimo. Não foi aceito, o que leva o Sindicato à decisão de dissídio. A ideia era manter a proposta de 60% de aumento concedido pelo Tribunal Regional do Trabalho em 13 de julho de 1957. A proposta de dissídio foi unanimemente aprovada.

Nessas atas parece claro que a ideologia nacional-desenvolvimentista e sua característica de “aliança classista”³¹ influenciou o movimento operário em Juiz de Fora, que em algum momento buscava na aliança com o Estado (através da Legislação Social e da Justiça do Trabalho) atendimento as suas reivindicações. Mas isso não eliminava conflitos e a reação patronal. De fato, a “conciliação” só era possível com a pressão popular, seja pela negociação direta com os industriais, seja com as greves³².

²⁵ARQUIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE JUIZ DE FORA. Juiz de Fora/MG. Ata da Assembleia Geral Ordinária de 22 de junho de 1955 do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Juiz de Fora. Caixa 01, p. 1.

²⁶ARQUIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE JUIZ DE FORA. Juiz de Fora/MG. Ata da Assembleia Geral Ordinária de 22 de junho de 1955 do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Juiz de Fora. Caixa 01, pp. 1-2.

²⁷ARQUIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE JUIZ DE FORA. Juiz de Fora/MG. Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Materiais Elétricos de Juiz de Fora. 12 de setembro de 1957. Caixa 01, pp. 1-2

²⁸Idem, p. 1.

²⁹ARQUIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE JUIZ DE FORA. Juiz de Fora/MG. Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Materiais Elétricos de Juiz de Fora. 12 de setembro de 1955. Caixa 01. pp. 1-2.

³⁰Idem, p. 1.

³¹REIS FILHO. Op. Cit., 2010, p. 321.

³²LOYOLA. Op. Cit. 1980, p. 83.

Nesse sentido, apesar da reivindicação de aumento salarial em 1955 do Sindicato seguir a legislação corporativa, o fato de esta iniciativa ter vindo dos próprios associados, e não da diretoria, demonstra a grande participação dos membros em geral da instituição. E a proposta de um aumento de 70% - um índice alto para começar negociações - revela que o Sindicato tem um alto poder de barganha com as empresas e com o Ministério, demonstrando a importância e o prestígio dessa associação na sociedade industrial da região. O mesmo vale para o índice de 60% em 1957, já decretado pela Justiça do Trabalho, e a pronta aceitação dos membros em seguir com o Dissídio.

Considerações Finais

A trajetória dos trabalhadores metalúrgicos se destaca no processo da formação da classe operária no país, sendo um dos setores principais que conduziram a história sindical brasileira no século XX. A categoria esteve presente nos principais eventos políticos e assumiu papel decisivo no movimento operário, sobrevivendo e fortalecendo sua identidade mesmo nas mais adversas situações político-econômicas³³.

Nesse sentido, a preservação e o estudo dos documentos do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora/MG - uma importante cidade industrial brasileira no século XX - se torna uma importante ferramenta de estudo histórico e de reconhecimento da luta social desses trabalhadores.

As informações e dados prestados sobre o Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora foram coletados e transcritos a partir de documentos primários, produzidos pelo próprio em suas funções e atividades, em todas as datas aqui retratadas. A preservação desse material, portanto, é de grande importância para a memória do Sindicato, sua vasta história de lutas e o reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento industrial e social de Juiz de Fora, de Minas Gerais e do Brasil.

Fontes Primárias

Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas de Juiz de Fora. Juiz de Fora/MG. Acta de instalação do Sindicato de Operários Metalúrgicos de Juiz de Fora. 24 de novembro de 1932. Caixa 01

Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas de Juiz de Fora. Juiz de Fora/MG. Acta de assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Operários Metalúrgicos para eleição do delegado eleitor. 1939. Caixa 01

Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas de Juiz de Fora. Juiz de Fora/MG. Cópia Autêntica da Ata da sessão da Assembleia. 1940. Caixa 01

Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas de Juiz de Fora. Juiz de Fora/MG. Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Juiz de Fora. Década de 1950. Caixa 10

Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas de Juiz de Fora. Juiz de Fora/MG. Ata da Assembleia Geral Ordinária de 22 de junho de 1955 do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias

Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Juiz de Fora. Caixa 01

Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas de Juiz de Fora. Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Materiais Elétricos de Juiz de Fora. 12 de setembro de 1955. Caixa 01

Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas de Juiz de Fora. Juiz de Fora/MG. Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Materiais Elétricos de Juiz de Fora, realizado em 1º de outubro de 1957. Caixa 01

Fontes Judiciais

BRASIL Decreto-lei nº 1.402 de 05 de julho de 1939. Lei que regula a associação em sindicato, sancionado pelo presidente Getúlio Vargas em 05 de julho de 1939. Justiça Brasileira. <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126734/decreto-lei-1402-39>>. Acesso em: 14 de set. de 2013.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Denílson Gomes. *Conflito Trabalhista e Uso da Justiça do Trabalho*. Tese (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em História, Juiz de Fora, 2008.

FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FORTES, Alexandre. SILVA, Fernando Teixeira. COSTA, Hélio. FONTES, Paulo. ET AL. *Na Luta por Direitos: Estudos Recentes em História Social do Trabalho*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.

FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. In: *Locus*. Revista de História, Juiz de Fora, v.12. nº 02, pp. 61-86, 2007.

GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: editora da Fundação Getúlio Vargas, 2008.

LOYOLA, Maria Andréa. *Os sindicatos e o PTB*. Estudo de um caso em Minas Gerais. Petrópolis: Vozes Ltda. em co-edição com CEBRAP, 1980.

NETO, Murilo Leal Pereira. *A reinvenção do trabalhismo no "vulcão do inferno"; Um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo. A fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964)*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2006.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 167-203.

RAMALHO, José Ricardo. SANTANA, Marco Aurélio. (Orgs.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Editora DP&A, 2001.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 321-377.

PACHECO, Jairo. *Guerra na Fábrica: Cotidiano operário fabril durante a Segunda Guerra - O caso de Juiz de Fora-MG*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

A DOCUMENTAÇÃO ICONOGRÁFICA DOS SINDICATOS DE VITÓRIA DA CONQUISTA E REGIÃO

Kamilla Dantas Matias¹

Emily de Avelar Alves²

Resumo

No sentido de ampliar o leque de fontes para a pesquisa e contribuir para a preservação e conservação, o Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia desenvolve um projeto que tem por objetivo a identificação, digitalização, catalogação e análise da documentação imagética produzida pelos sindicatos e pelo movimento social de Vitória da Conquista, na segunda metade do século XX. Essas “novas” fontes fazem parte de uma memória visual dos sindicatos e a sua observação contribui para a recuperação da história dos movimentos sociais.

Palavras-chave: Movimentos sociais; movimento sindical; sindicato; trabalhadores; documentação fotográfica

Ao utilizar um novo código visual, a fotografia transforma e amplia os sentidos, reflete sobre o que se pode e se tem direito de espreitar. Em 1835, o francês Louis Daguerre inventou o Daguerreotipo, “engenhoca” que fixava imagens por meio de mecanismos que permitiam a captação da luz. As câmeras se transformaram e se popularizaram, mas não perderam o seu sentido original - representar a realidade - e adquiriram o status de ser uma “cópia fiel” da realidade.

Desde o seu surgimento e ao longo de sua trajetória, até os nossos dias, a fotografia tem sido aceita e utilizada como prova definitiva, testemunho da verdade do fato ou dos fatos. Graças a sua natureza físicoquímica e hoje eletrônica de registrar aspectos (selecionados) do real, tal como estes fatos se parecem, a fotografia ganhou elevado status de credibilidade³.

A fotografia surgiu com a sociedade industrial e manteve-se intimamente ligada aos seus fenômenos mais emblemáticos: a expansão da economia monetária, o crescimento das metrópoles, as transformações no espaço, no tempo e nos meios de comunicação. A partir do século XIX, a imagem se tornou o meio mais adequado para documentar a sociedade, “servir-lhe de ferramenta e atualizar seus valores”⁴.

Fotografar é se interessar por algo, pela permanência das coisas. É registrar e estar em cumplicidade com o tema a ser fotografado, mesmo que a temática seja a dor e a desgraça.

¹Mestranda em História pela Universidade de Coimbra, Portugal e pesquisadora do Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (LHIST/Uesb)

²Graduanda em História pela Uesb e auxiliar de pesquisa no Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (LHIST/Uesb)

³KOSSOY, Boris. Fotografia e História. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 18.

⁴ROUILLÉ, André. A Fotografia: entre documento e arte contemporânea. São Paulo: Editora Senac, 2009, p. 16.

Ao mesmo tempo, segundo a crítica de arte Susan Sontag, a prática da fotografia é um ato de violação das pessoas,

[A fotografia] transforma as pessoas em objetos que podem ser simbolicamente possuídos. Assim como a câmera é uma sublimação da arma, fotografar alguém é um assassinato sublimado - um assassinado brando, adequado a uma época triste e assustada⁵.

As fotos podem apontar tanto uma “pseudopresença” quanto uma ausência. São um fragmento do tempo, uma quebra do fluxo, dão um poder irreal de posse de um passado imaginado. O processo de industrialização e os avanços tecnológicos fizeram com que a presença da câmera fotográfica se tornasse constante.

Em época recente, a fotografia tornou-se um passatempo quase tão difundido quanto sexo e a dança - o que significa que, como toda forma de arte de massa, a fotografia não é praticada pela maioria das pessoas como uma arte. É sobretudo um rito social, uma proteção contra a ansiedade e um instrumento de poder⁶.

A representação da realidade a partir da imagem fotográfica se transformou em mais um meio de investigação histórica e construção da memória de uma sociedade. Segundo Le Goff,

a fotografia revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo, assim, guardar a memória do tempo e da evolução cronológica⁷.

A fotografia não pode tomar o lugar da historiografia, mas ela adiciona outra perspectiva sobre os fatos, transmite o que nenhum texto escrito é capaz: emoções, gestos. Faculta o acesso a conhecimentos que, frequentemente, escapam à análise do historiador.

Costumes, monumentos, fatos sociais e políticos documentados pela câmera constituem uma “memória visual de inúmeros fragmentos do mundo, dos seus cenários e personagens, de seus eventos contínuos, de suas transformações ininterruptas”⁸. A fotografia é um documento visual ao mesmo tempo revelador de dados e provocador de sentimentos, que pode oferecer uma gama de informações para uma melhor compreensão do passado. Para Roland Barthes, as fotografias históricas são de suma importância, pois “a história é histórica: ela só se constitui se a olharmos - e para olhá-la é preciso estar excluído dela”⁹.

Para Le Goff, a palavra “documento” não pode ficar restrita ao documento escrito. Em seu sentido mais amplo, deve englobar também o documento “ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira”¹⁰. Os documentos fotográficos têm despertado muito interesse no ambiente acadêmico, nas últimas décadas, devido às possibilidades de investigação que oferecem.

⁵SONTAG, Susan. Sobre fotografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 25.

⁶SONTAG, Sobre fotografia..., p. 18.

⁷LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990, p. 460.

⁸KOSSOY, Boris. Fotografia e História..., p. 27

⁹BARTHES, Roland. A câmara clara: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 98.

¹⁰LE GOFF, Jacques. História e memória..., p. 99.

As imagens fotográficas são, pois, documentos históricos, passíveis de leituras e interpretações, e se colocam como possibilidade de investigação e descoberta. Cabe ao historiador/pesquisador analisar estes documentos com o uso de metodologias adequadas à recuperação de dados e à decifração de conteúdos.

A primeira etapa do trabalho do historiador que se propõe ao uso de documentos imagéticos como instrumentos de pesquisa reside na identificação das fontes relativas ao seu objeto de pesquisa. No caso das fotografias, impõe-se levantar informações sobre o contexto da produção fotográfica estudada, sobre os fotógrafos e as tecnologias disponíveis à época. Em seguida, deve-se identificar a tipologia das fontes imagéticas - originais, impressas - e realizar um estudo técnico e descritivo, fundamental para a etapa posterior de interpretação dos documentos.

A análise do documento deve levar em consideração a existência de dois planos: o primeiro, mais visível, é a realidade exterior, a superfície visual, o conteúdo da imagem, à qual Kossoy chama a “segunda realidade”; o contexto histórico do tema retratado e a situação da imagem no tempo e no espaço formam o segundo plano, não visível, a realidade interior, a “primeira realidade”:

A imagem fotográfica tem múltiplas faces e realidades. A primeira é a mais evidente, visível. É exatamente o que está ali imóvel no documento (ou na imagem petrificada do espelho), na aparência do referente, isto é, sua realidade exterior, o testemunho, o conteúdo da imagem fotográfica (passível de identificação), a segunda realidade, [...] As demais faces são aquelas que não podemos ver, permanecem ocultas, invisíveis, não se explicitam, mas que podemos intuir; é o outro lado do espelho e do documento; [...] a realidade interior da imagem: a primeira realidade¹¹.

Ainda de acordo com Kossoy, a reconstituição mental da trama fotográfica, isto é, a apreciação de seu conteúdo e das circunstâncias em que foi criada, é um exercício quase intuitivo. A fotografia parece causar uma sensação de “esmagamento do tempo” e, por meio dela, é possível realizar um fascinante exercício intelectual de descoberta. Afirma Barthes:

Três tempos conturbam minha consciência: meu presente, o tempo de Jesus e o do fotógrafo, tudo isso sob a instância da “realidade” - e não mais através das elaborações do texto, ficcional ou poético, que jamais é crível até a raiz¹².

Os documentos imagéticos carregam o mito de serem “sinônimos” da realidade; entretanto, eles são representações estéticas/culturais e não podem ser compreendidos se desvinculados do seu processo de construção. Desse modo, só é possível a decifração de uma imagem se devolvemos a ela sua alma, se reconstituirmos, ainda que por um instante, imaginativamente, aquilo que se foi. Nesta perspectiva, não só os planos do documento fotográfico, como também a própria realidade do observador, ajudam em uma possível interpretação, pois a leitura do documento é efetivada em conformidade com o contexto social, cultural, ideológico que rege o sujeito da interpretação.

Não existem, portanto, interpretações “neutras”. A trama fotográfica se desenrola no sentido de oferecer realidades e ficções ao seu observador. A análise das fontes plásticas fornece ao historiador a possibilidade de reconstituição de um determinado tema do passado, mas a

¹¹KOSSOY, Boris. Realidades e Ficções na trama fotográfica. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000, p. 131-132. Grifos do Autor.

¹²BARTHES, A câmara clara..., p.144. Grifo do autor.

partir de uma sucessão de construções imaginárias. E essa reconstituição sempre implicará em um “processo de criação de realidades”, desenvolvida a partir de imagens mentais dos indivíduos.

As imagens fotográficas, identificadas e analisadas objetiva e sistematicamente, constituem-se em fontes inestimáveis para a recuperação das memórias, tanto individuais como coletivas, dos cenários, dos fatos passados. Contudo, a iconografia fotográfica tem sido pouco utilizada como fonte de informação histórica e, por muitas vezes, negligenciada pelas próprias instituições responsáveis pela produção e guarda deste tipo de documentação, como destaca Carney:

Paradoxalmente, os documentos fotográficos, apesar de sua legendária superioridade em relação aos registros verbais, ainda hoje freqüentemente escapam à malha fina da erudição. Os bibliotecários diligentes preservam minúsculos fragmentos das notas de um escritor, curadores de arte guardam como tesouro até o mais inacabado esboço de um artista; no entanto muitos repositórios culturais contêm preciosas fotografias que jamais foram registradas em inventários¹³.

A historiografia das últimas décadas do século XX apontou para uma renovação no estudo de temas subordinados à História Social do Trabalho, mediante a adoção de novos métodos e de novas formas de abordagem, a identificação de “novas” fontes e de “novos” objetos.

Em um texto de 1998, sobre as perspectivas da historiografia da classe operária no Brasil, Cláudio Batalha chamava a atenção para a “necessidade de empreender uma reavaliação das fontes tradicionais e de ampliar o leque das fontes empregadas” e destacava a importância da iconografia do movimento operário no manancial de fontes ainda por explorar¹⁴.

É com esta perspectiva, de ampliar o leque de fontes de pesquisa sobre o mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, de contribuir para a conservação dessas fontes, que o Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (LHIST/Uesb) tem se dedicado ao projeto de recuperação da iconografia dos movimentos sociais na região de Vitória da Conquista. O projeto tem por objetivos a identificação, digitalização, catalogação e análise da documentação imagética produzida pelos sindicatos e outras entidades representativas dos movimentos sociais sediadas na região sudoeste da Bahia na segunda metade do século XX. Essas “novas” fontes fazem parte da memória visual dos sindicatos e do movimento social organizado e a sua observação sistemática contribui para a recuperação da história dos trabalhadores.

A fotografia é tomada como fonte e objeto de estudo e, ao mesmo tempo, como meio pelo qual os documentos iconográficos são capturados. Através das lentes da câmera, o pesquisador/historiador se transforma em pesquisador/historiador/fotógrafo e atua, de forma ativa, no processo de construção da realidade. Ele seleciona os aspectos do mundo real que deseja retratar, recria a realidade física à sua disposição, por meio da fotografia, e, mais do que um mero observador, atua como um filtro cultural, estético e técnico.

O destino lógico da fotografia-documento é o arquivamento, inicialmente realizado na forma de álbuns, posteriormente, em forma de arquivos. O arquivo ordena o mundo fragmentado da fotografia, lhe dá uma lógica, um sentido. Rouillé argumenta:

¹³CARNEY apud KOSSOY, *Fotografia e História...*, p. 29

¹⁴BATALHA, Cláudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, M. C. (Org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 196.

Tanto como o arquivo ou os dispositivos que virão depois deles, o álbum não é um receptáculo passivo. Ele não agrupa, não acumula, não conserva nem arquiva sem classificar e redistribuir as imagens, sem produzir sentido, sem construir coerência, sem propor uma visão, sem ordenar simbolicamente o real. Mesmo associada a essa utopia de colocar sistematicamente em imagens o mundo inteiro, a fotografia-documento, associada ao álbum e ao arquivo, é encarregada da tarefa de ordená-lo. Nesta vasta empreitada, a fotografia-documento e o álbum (ou arquivo) desempenham papéis opostos e complementares: a fotografia fragmenta, o álbum e o arquivo recompõem os conjuntos. Eles ordenam¹⁵.

Assim, do conjunto de documentos apresentados pelos sindicatos são escolhidos, para compor o acervo, aqueles que, na avaliação do historiador e de sua equipe, se constituem em base importante para a construção da história dos movimentos sociais. São muitas as fontes passíveis de compor esse acervo, a exemplo destacam-se a ata de fundação, o registro do sindicato, o cadastro de associados, jornais, cartazes e panfletos, e, obviamente, as fotografias.

Uma base de dados é construída a partir da sistematização das informações contidas nos diferentes documentos. Nesta fase de estudo técnico-iconográfico são levantadas informações sobre a procedência, o estado atual de conservação, a tipologia das fontes, o assunto, fotógrafo, a tecnologia empregada. Situados em um nível técnico descritivo, esses elementos fornecerão dados objetivos para uma posterior compreensão do documento.

Durante o processo de catalogação dos documentos, o pesquisador/historiador/fotógrafo depara-se com problemas de variados tipos, como a má conservação dos documentos e a ausência de informações relativas ao seu contexto de produção. Muitos desses documentos se encontram separados de sua série original e, no caso das fotografias, informações importantes, como a identidade dos fotógrafos, encontram-se, muitas vezes, irremediavelmente perdidas. As lacunas demandam do pesquisador um trabalho adicional de investigação, com base na coleta de depoimentos orais e cotejamento com outras fontes escritas, sem o qual o processo de interpretação das fontes iconográficas estaria comprometido.

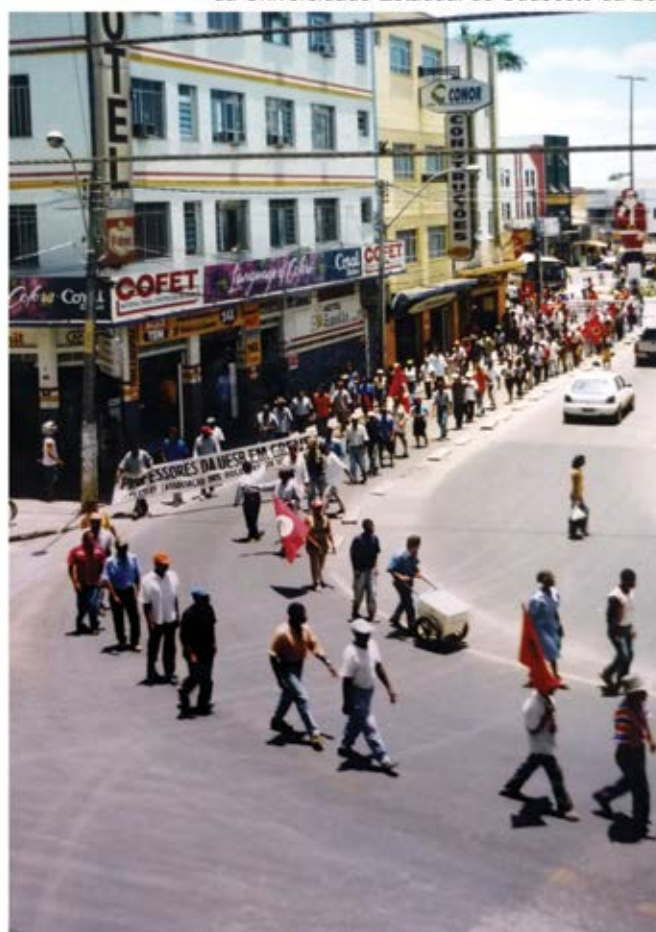
No período de 26 de fevereiro a 03 de março de 2013, foi realizada uma exposição fotográfica com os resultados parciais do trabalho realizado pela equipe do Laboratório de História Social do Trabalho (LHIST/Uesb). Foram expostos à sociedade parte do acervo já digitalizado, resultante da pesquisa em 12 sindicatos sediados em Vitória da Conquista: Sindicato dos Empregados do Comércio de Vitória da Conquista, Sindicato dos Bancários de Vitória da Conquista, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista, Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Sindicato do Magistério Municipal Público de Vitória da Conquista, Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Vitória da Conquista, Sindicato dos Professores do Estado da Bahia, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica do Estado da Bahia em Vitória da Conquista, Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Delegacia de Vitória da Conquista), Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Vitória da Conquista, Sindicato dos Trabalhadores dos Correios (Delegacia de Vitória da Conquista), Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

¹⁵ROUILLÉ, André. A fotografia..., p.101.

Realizada em parceria com os sindicatos, a exposição foi inaugurada com uma palestra: “Movimento sindical em Vitória da Conquista: Memória”, proferida pelo professor Belarmino Souza, do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Durante a exposição, 82 fotografias, selecionadas e legendadas em um universo de quase 3.000 fotos pela equipe do LHIST/Uesb, foram agrupadas por temas: assembleias, eventos, eleições, cotidiano, greves e manifestações. A coletânea de fotos exibida na exposição foi gravada em mídias, distribuídas gratuitamente aos sindicatos e pesquisadores¹⁶.

Imagem 1 - Fotografia apresentada na Exposição Fotográfica Movimento Social em Retrato.

Acervo do Sindicato Associação dos Docentes
da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia



Movimento Grevista–Manifestação Conjunta
ADUSB e MST (2004)
Vitória da Conquista–BA



**Fonte: Acervo do Laboratório de História Social do Trabalho da
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Lhist/Uesb).
Fundo: Associação dos docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**

¹⁶Cópias do CD podem ser adquiridas a título gratuito junto à secretaria do LHIST/Uesb mediante solicitação pelo e-mail: (lhist.uesb@gmail.com)

A exposição pôs em destaque, em seção intitulada Retrataristas do Social, dois fotógrafos que atuaram, nas décadas de 1980 e 1990, no registro das ações dos sindicatos e dos movimentos sociais de Vitória da Conquista. Além de concentrar algumas séries fotográficas por eles produzidas, a seção contemplou uma exposição de equipamentos por ele utilizados, como câmeras, acessórios, filmes, leitor de diapositivo.

Até 1920, o uso da fotografia era muito limitado entre os trabalhadores. A tecnologia empregada para obter uma foto tinha um valor muito alto e a atuação dos fotógrafos profissionais, frequentemente a serviço da imprensa burguesa, gerava desconfianças sobre o próprio ato de fotografar.

Historicamente, especialmente em épocas conturbadas e períodos de exceção, a fotografia pode servir de instrumento às forças repressivas dedicadas à identificação de pessoas associadas aos movimentos de contestação da ordem. Roland Barthes apontou para este “poder mortífero” da fotografia. Embora alguns fotógrafos possam individualmente ser identificados como simpatizantes dos movimentos sociais, o seu trabalho está sujeito a restrições externas e pode ser facilmente apropriado pelas diversas instâncias de poder. Entretanto, ainda que se considere a capacidade de intervenção das diversas estruturas de poder na definição do volume ou dos temas, as fotografias revelam uma “realidade por trás da realidade” e encontram-se abertas a múltiplas interpretações e apropriações.

Desde a década de 30 do século XX, afirma-se uma tendência, campeada por Henri Cartier Bresson e, posteriormente, Sebastião Salgado, à produção de uma “fotografia humanitária”, que põe em destaque os excluídos, os famintos, os usuários de drogas, as vítimas da “modernidade”. A fotografia passa a ser usada como denúncia do social, como afirma André Rouillé: “Na visão humanista, a energia e a vida irrigam as imagens; na humanitária, a morte, a impotência e a resignação sugam a substância delas”¹⁷.

Ancorados nessa perspectiva humanitária se enquadram os dois fotógrafos homenageados pela exposição fotográfica Movimento Social em Retrato, na seção denominada “Retrataristas do Social”: Vivaldo Leão (Sabiá) e José Carlos D’Almeida. Os dois fotógrafos são autores dos mais importantes registros das lutas dos trabalhadores da região sudoeste da Bahia nas décadas de 1980 e 1990. O LHIST/Uesb realizou a impressão e digitalização do acervo pessoal de fotografias (muitas em diapositivo ou negativo) dos dois profissionais e pôs em destaque, durante a exposição, duas séries, consideradas importantes para a reconstrução da história dos movimentos sociais de Vitória da Conquista nas duas últimas décadas do século XX.

A primeira das séries, de autoria de Sabiá, retrata uma manifestação datada de 1990, em Vitória da Conquista, em protesto contra a morte de Etelvino, militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, assassinado a mando de fazendeiros da região. As fotografias, como a que pode ser visualizada na imagem 1, recuperadas, identificadas e expostas ao conhecimento público tornam-se importantes instrumentos para a preservação da memória do movimento e dos conflitos agrários que, ainda hoje, envolvem enormes contingentes de trabalhadores em luta pela reforma agrária.

¹⁷ROUILLÉ, A fotografia..., p.147.

Imagem 2 - Fotografia apresentada na Exposição Fotográfica Movimento Social em Retrato



**Fonte: Fonte: Acervo do Laboratório de História Social do Trabalho da
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Lhist/Uesb).
Fundo: Retratistas do Social/ Sabiá.**

A outra série em destaque, de autoria de J C D’Almeida, retrata o movimento dos trabalhadores da Construção Civil de Vitória da Conquista que, em 1986, paralisaram as obras do Centro de Abastecimento do município de Vitória da Conquista pelo pagamento de salários atrasados. Funcionário da prefeitura à época, D’Almeida fez o registro das ações dos trabalhadores, mas teve vetada a publicação das fotos. As imagens, inéditas, só vieram a público, passados quase 30 anos, durante a exposição “Movimento Social em Retrato”.

Imagem 3 - Fotografia apresentada na Exposição Fotográfica Movimento Social em Retrato



Fonte - Acervo do Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Lhist/Uesb). Fundo: Retratistas do Social/ José Carlos D’Almeida

Sabiá e D’Almeida podem ser considerados tanto fotojornalistas como fotodocumentalistas, dois conceitos semelhantes, como salienta o professor e jornalista Jorge Pedro de Sousa:

De uma forma ampla, o fotodocumentalismo pode reduzir-se ao fotojornalismo, uma vez que ambas as atividades usam, frequentemente, o mesmo suporte de difusão (a imprensa) e tem a mesma intenção básica (documentar a realidade, usando fotografias). Porém, e em sentido restrito, por vezes distingue-se o fotojornalismo do fotodocumentalismo pela tipologia do trabalho. Um fotodocumentalista trabalha em termos de projecto fotográfico. Mas essa vantagem raramente é oferecida ao foto-repórter, que, quando chega diariamente ao trabalho, raramente sabe o que vai fotografar e em que condições o vai fazer¹⁸.

O fotojornalismo e o fotodocumentalismo contam histórias por meio de imagens, o que exige um conhecimento da situação e dos sujeitos por parte do fotógrafo. Outrossim, os fotógrafos, em sua atuação profissional, não são apartados do meio em que vivem. Eles também comungam com determinadas visões de mundo, são pautados por ideologias e, a partir delas,

¹⁸SOUSA, Jorge Pedro. Fotojornalismo: uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa. Porto: Imprensa da Universidade do Porto, 2002, p. 8. Grifo do Autor.

dão um sentido próprio à organização de seus acervos. Por força de embaraços políticos ou em momentos de “desilusão ideológica”, muitos desses acervos perdem-se, às vezes por iniciativa do próprio fotógrafo.

Por outro lado, recuperar, organizar e expor os seus trabalhos, como os de tantos outros fotógrafos anônimos que se dedicaram a registrar a dinâmica do movimento social, insere-se na perspectiva de preservação da memória dos trabalhadores em âmbito regional. Durante a exposição, os sujeitos mobilizados por ação conjunta do LHIST/Uesb e dos sindicatos, se reconheceram nas fotografias, foram flagrados rememorar os momentos em que elas foram produzidas, se dispuseram a corrigir eventuais erros cometidos durante a fixação das legendas, retornaram à exposição em outros dias trazendo consigo outras pessoas, que puderam, também, se reconhecer como sujeito da história.

Desde o processo de produção - coleta de imagens e de informações - até o seu resultado final, a exposição trouxe à tona inúmeras discussões sobre a dinâmica do movimento social e sobre as trajetórias e lutas dos trabalhadores em âmbito regional, local e nacional. A partir dessa perspectiva, o LHIST/Uesb tem se dedicado à ampliação do seu acervo digital, mediante a agregação de novas imagens, obtidas junto aos movimentos sociais, a recuperação de informações mediante a abordagem de antigos militantes e dirigentes sindicais, e a constituição de um corpus documental abrangente que possa servir de suporte aos estudos e pesquisas sobre a história e memória dos sindicatos e dos movimentos sociais da Região Sudoeste da Bahia.

Referências Bibliográficas

BARTHES, Roland. *A Câmara Clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

_____. *Realidades e Ficções na trama fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

ROUILLÉ, André. *A Fotografia: entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: Editora SENAC, 2009.

SONTAG, Susan. *Sobre Fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUSA, Jorge Pedro. *Fotojornalismo: Uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa*. Porto: Imprensa da Universidade do Porto, 2002.

OS ARQUIVOS PESSOAIS E A RECUPERAÇÃO DA MEMÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO: O CASO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA DA CULTURA DAS ESQUERDAS NA ARGENTINA (CEDINCI)

Georgina Ferrara
M. Eugenia Sik

Resumo

Os arquivos pessoais ganharam um maior destaque na prática arquivística, sobretudo em algumas instituições. O Centro de Documentação e Pesquisa da Cultura das Esquerdas na Argentina (CeDInCI) preserva fundos de pessoas com diversas trajetórias e fortes marcas político-intelectual. Neles, a memória do movimento operário se encontra representada em muitos documentos. Nesta oportunidade, queremos mostrar e comparar dois exemplos de nossos fundos que se relacionam diretamente com o movimento operário desde a trajetória de duas pessoas distintas: o arquivo pessoal do militante gráfico argentino Luis Danussi, participante direto dos fatos documentados; e o arquivo pessoal do historiador argentino do movimento operário Edgardo Bilsky, voltado à análise dos mesmos.

Palavras-chave: Arquivo; arquivos pessoais; memória; movimento operário

O cenário dos arquivos argentinos compreende um leque de problemas, tais como a dificuldade orçamentária, o tratamento inadequado, a transferência de fundos e coleções para outros centros do mundo, ou bem a posse por parte de famílias de valiosos fundos que impedem a abertura pública dos mesmos. Tudo isto dificulta que tais documentos estejam disponíveis para consulta pública. No mesmo sentido, as disputas entre diversas correntes da esquerda e do movimento operário completam o panorama de dificuldade de acesso às fontes. Por outro lado, como adverte Horacio Tarcus, tudo isto é reforçado também pelo fato de que no país “la historia obrera sólo tortuosamente ha sido incluida dentro de lo que suele denominarse ‘la historia nacional’: La historia del movimiento obrero anarquista, socialista y comunista es parcialmente integrada dentro de los prolegómenos del movimiento obrero peronista, por lo que normalmente no se considera la historia de estas corrientes más allá de mediados del siglo XX”¹.

Como antídoto do anteriormente dito, o trabalho do Centro de Documentação e Pesquisa da Cultura das Esquerdas na Argentina (CeDInCI), é fundamental, já que conflui no empenho da custódia e salvaguarda desse patrimônio outrora disperso; o interesse por criar novas coleções a partir da compilação de livros, revistas, material efêmero, documentos audiovisuais e fundos pessoais, entre outros documentos; e a produção intelectual que reflete sobre o próprio acervo

Tradução Cristian Marcelo Alarcon Bravo

¹Tarcus, H.: *Los archivos del movimiento obrero, los movimientos sociales y las izquierdas en la Argentina: un caso de subdesarrollo cultural*. En *Políticas de la memoria*, nº 10/11/12. Buenos Aires, CeDInCI, p. 11 Para ampliar o panorama sobre as mudanças e continuidades na prática arquivística argentina, recomendamos ademais o artigo de Mariana Nazar e Andrés Pak Linares, *El hilo de Ariadna*. En: *Políticas de la memoria*, nº 6/7. Buenos Aires: CeDInCI, 2007, pp. 212-218.

da instituição e abre novas linhas de pesquisa. Tudo isto, ademais, sem descuidar das técnicas biblioteconômicas e arquivística para possibilitar cada vez mais o acesso aos acervos.

O trabalho do CeDInCI foi realizado de maneira autogestionária desde a sua criação em 1998. Em seus anos de história, vários foram os doadores e colaboradores entusiasmados com a sustentação do projeto. A partir do ano 2010, a Universidade Nacional de San Martín financia parcialmente suas atividades através de um convênio celebrado entre as duas instituições. Em seus primeiros quinze anos de vida, o CeDInCI acumulou centenas de milhares de documentos e, passou por cima do seu próprio nome para incluir material da direita política, amplas coleções latino-americanas, material de diversos países do mundo e da política argentina em geral.

A Seção Arquivos e Coleções Particulares do CeDInCI está composta por mais de 70 fundos e coleções pessoais de diversas personalidades da política e da cultura argentina com diferentes perfis não excludentes entre si: militantes (socialistas, comunistas, trotskistas, anarquistas, estudantis etc.), escritores, intelectuais, editores, historiadores, sociólogos, entre outros². Muitos dos fundos se encontram completos e de outros só há algumas partes fragmentadas de documentação. Ademais, em muitos casos, as famílias ou os próprios produtores enviam junto com a doação dos documentos pessoais suas coleções biblio-hemerográficas.

Com base nas particularidades antes expostas e a imensurável temática presente nos fundos, é que o trabalho arquivístico desenvolvido na Seção de Arquivos e Coleções Particulares privilegia o acesso ao material, atentos à ampla diversidade de usuários que diariamente consultam o acervo. Vinculado a isto, os níveis de profundidade descritiva destes arquivos e coleções, que em muitos casos chegam a contar com descrição peça por peça, ampliam o acesso e a precisão com relação às fontes disponíveis para a pesquisa. Por isso, ao longo de 2012, se impulsionou o desenvolvimento e implementação do sistema de gestão arquivística ICA-Atom³ (International Council on Archives-Access to Memory), com a finalidade de tornar eficientes as descrições dos fundos pessoais. Tal desenvolvimento, pioneiro no país, contribui desde o ponto de vista tecnológico para fazer visível a informação subjacente nos documentos, permitindo a busca transversal nos diversos fundos de arquivo e coleções, a normalização das descrições, a possibilidade de desenvolvimento de um catálogo especializado, a inter-relação de pessoas e instituições e também fazer o download de documentos digitalizados na web.

(Re)pensando os arquivos pessoais

Os arquivos pessoais passam por um período de revalorização, seja na pesquisa histórico-antropológica assim como na disciplina arquivística. As reflexões sobre estes acervos foram se aprofundando a partir do desenvolvimento de correntes historiográficas, onde Phillipe Arthières e Dominique Kalifa detectaram três momentos. O primeiro, sob o contexto do Maio francês de 68, caracterizado por uma forte revalorização dos arquivos pessoais desde a ótica de resgate de autobiografias e memórias de operários e militantes. O segundo momento, encontra-se associado à chamada história da vida privada, onde o foco mudou não só para a produção de discursos, como também para os contextos de produção, para as práticas e para os gestos e silêncios nos arquivos. Simultaneamente, o surgimento da história da leitura e da escrita fez com que os arquivos pessoais se convertessem “em objetos históricos em si mesmos”⁴. Por último,

²José Ingenieros, Juan Antonio Solari, Enrique Dickmann, Héctor P. Agosti, Fernando Nadra, Cayetano Córdova Iturburu, José Sazbón, Samuel Glusberg, José Luis Mangieri, Raúl Larra, Mika e Hipólito Etchebehere, Luis Reinaudi, entre muitos outros, são alguns dos fundos custodiados pelo CeDInCI.

³<http://arquivos.cedinci.org>

destacam uma última etapa de “banalização” que implica resgatar, por exemplo, as expressões e sentimentos cotidianos, as coisas mínimas.

Muitos autores destacam a pretensão autobiográfica e contraditória destes “arquivos de si mesmo”, e outros problematizam, por sua vez, a excessiva dicotomia entre os “arquivos públicos” e os “arquivos privados”, já que, desde a “história dos grandes homens”, até o resgate de documentos relacionados a outros agentes sociais, o entrecruzamento entre o público e o privado é visível, especialmente na salvaguarda de outras vozes que dão testemunho da participação de diversos sujeitos em movimentos sociais, políticos e intelectuais.

No terreno da disciplina arquivística estes fundos representam um problema. Como indica Luisa Velloso de Oliveira, no debate relativo à denominação dos mesmos como “coleções”, “papeis pessoais” ou “manuscritos”, é posto de lado muitas das relações e atividades emanadas desses documentos e o sentido social dos mesmos⁵. Em certo sentido, atenta contra uma visão integral destes acervos, que, embora não se constituem da mesma maneira que os fundos institucionais, onde a produção natural, a unicidade, os laços de gestão e a autenticidade dos documentos são mais inteligíveis, tais elementos também estão presentes. Para citar um exemplo, os recortes de notícias que uma pessoa acumula ao longo da sua vida mostram essa presença única da subjetividade, da intencionalidade, dos interesses e das atividades desenvolvidas. Em outras palavras: “Os arquivos pessoais refletem não somente o que as pessoas fazem ou pensam, mais do que isso, como veem e experimentam suas vidas. Um indivíduo cria seu arquivo para atender as suas necessidades ou preferências e não porque alguma lei, estatuto, regulamento ou política corporativa diz que deveria criá-lo. É claro que existem exceções, como formulários de impostos, por exemplo, mas esses documentos refletem a pessoa pública do indivíduo e suas ações oficiais, não sua alma ou a sua personalidade”⁶.

Desta maneira, os fundos ou arquivos pessoais se convertem em múltiplas fontes devido a sua própria natureza, na qual se conjugam, por um lado, a própria intenção daquele que através do ato de “arquivar” constrói uma imagem de si mesmo, e que, como coloca Adriana Petra, nunca é neutra já que constitui uma intenção autobiográfica⁷. E por outro lado, a possibilidade que este tipo de arquivos proporciona ao pesquisador, para poder se aproximar da informação que deles se desprende, desde uma perspectiva que contempla o olhar do sujeito inserido na ação, assim como também temáticas de estudos mais amplas.

A continuação, queremos mostrar como se encontra representada a memória do movimento operário nos fundos do CeDInCI, onde o nível de especificidade da descrição arquivística mencionado anteriormente, proporciona aos pesquisadores uma ferramenta fundamental para rastrear tais documentos, inclusive em acervos de personalidades alheias a uma trajetória sindical, como por exemplo, a correspondência de importantes referências históricas do Partido Socialista (como Nicolás Repetto, Juan Antonio Solari e José Ingenieros), que evidencia um contato com diversas atividades operárias e a relação, não isenta de tensões, entre

⁴Artières, P.; Kalifa, D.: *El historiador y los archivos personales: paso a paso*. En **Políticas de la memoria**, nº 13, Buenos Aires: CeDInCI, 2013, p. 9.

⁵É interessante a apreciação de Velloso, ressaltando que a grande maioria dos teóricos da arquivística (Schellemborg, Duchein etc.) desempenharam suas atividades profissionais em arquivos públicos estatais. Oliveira, Lucía Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

⁶Hobbs, Catherine, citado por Oliveira, Lucía Maria Velloso de. *Descrição... op. cit.* p. 35.

⁷Petra, Adriana. *Los documentos particulares como fuentes históricas: la experiencia del CeDInCI con los fondos de archivo de las izquierdas argentinas*. En: **Políticas de la memoria**, nº 6/7, p. 206, 2007

partidos políticos e movimento operário. Mas neste caso, o faremos referindo-nos a dois de nossos fundos que estão relacionados diretamente com o movimento operário, mas desde duas trajetórias pessoais diferenciadas: por um lado, o arquivo pessoal do dirigente sindical argentino de tendência libertária Luis Danussi; e por outro, o arquivo pessoal do historiador argentino do movimento operário Edgardo Bilsky.

Luis Danussi: o militante

O arquivo pessoal de Luis Danussi é um pequeno fundo (1 caixa arquivo) que contém correspondência, panfletos, recortes jornalísticos e outros documentos que refletem as suas atividades como operário gráfico e dirigente sindical na Federação Gráfica Bonaerense (FGB), na Federação Argentina de Trabalhadores da Imprensa (FATI) e na Federação Gráfica Argentina, assim como também, na dissidência operária ao governo de Juan Domingo Perón (1946-1955). Os documentos também dão conta do estado do movimento sindical logo após a sua derrocada pela chamada “Revolução Libertadora” (1955-1958), até a década de 1970, contendo inclusive alguns documentos sindicais “clandestinos” contemporâneos à chegada da última ditadura militar argentina (1976-1983). No material se percebe a ativa militância libertadora que Danussi manteve ao longo da sua vida, o que se demonstra no vasto material sobre a Federação Libertária Argentina (FLA) e naquele surgido da sua relação com outros militantes do anarquismo no país. (ver anexos I e II)

O fundo Luis Danussi, a priori, não foi originado com a intenção de perpetuar a memória do movimento operário, mas dada a sua trajetória de vida fica evidente a importante contribuição para o resgate da resistência operária na Argentina. Nascido na cidade portuária de Bahía Blanca, no ano 1913, desde muito jovem abraçou a causa libertária participando da campanha por Sacco e Vanzetti em 1927, filiando-se logo à Associação Juvenil Antimilitarista, vinculada ao jornal *Bandera Negra*. Trabalhou como operário metalúrgico na oficina dos seus dois irmãos, onde deu seus primeiros passos na atividade sindical. No final dos anos 20 o campo libertário se divide em dois: os “contestadores”, corrente moderada que edita o jornal *O Protesto*, e os “incendiários” que sob uma marca mais radicalizada edita o jornal *A Tocha*. Danussi aderiu a este último grupo. Detido várias vezes, esteve exilado em Rosário (no final da ditadura de José Félix Uriburu, que derrocou a Hipólito Yrigoyen em 1930). Libertado, retornou para Bahía Blanca, onde participou dos movimentos de solidariedade com a causa republicana da Espanha durante a guerra civil (1936-1939).

Em 1939 iniciou sua atividade como operário gráfico nas Oficinas Gráficas Estampa. Em 1943 atuou como secretário da Comissão de Greve durante a dura paralisação de fevereiro a março daquele ano. A partir daquela experiência foi escolhido como secretário de atas da Federação dos Gráficos Bonaerenses (FGB), ingressando também na agremiação sindical Unidade Gráfica. Em 1945 representou a Federação na Conferência Nacional de Sindicatos Livres que aglutinou o movimento operário não peronista e em 1949 participou da greve dos operários gráficos⁸ que se estendeu por três meses (ver anexo III). Nessa greve enfrentou sua direção, da Confederação Geral do Trabalho (CGT), e o governo de Juan Domingo Perón (1946-1952) e por causa disto preso várias vezes.

⁸Um detalhe da greve se pode encontrar em: Contreras, Gustavo. “De todos modos las rotativas pararon: la huelga de obreros gráficos, 1949”. Conferência apresentada na 1ª Jornadas de Jovens Pesquisadores. Universidad Nacional de Mar del Plata, 31 de maio e 1 de junho de 2007. [Disponível em: <http://www.historiapolitica.com/datos/biblioteca/contreras1.pdf>]

Com a derrocada de Perón pela denominada Revolução Libertadora (1955), colaborou na gestão interventora da Federação Gráfica Argentina, ex Federação de Trabalhadores da Imprensa (FATI), tudo isto no marco da chamada “resistência peronista” que provocou a luta de diversos setores sociais pelo retorno de Juan Domingo Perón. Este momento ficou marcado pela combatividade e pela “burocratização” de diversos setores do movimento sindical argentino. Durante o Congresso Normalizador da CGT em 1957, se produziu a divisão do movimento sindical nas 62 Organizações Peronistas e nas 32 Agremiações Democráticas, onde o setor de Danussi se enquadrou. Durante a ditadura de Juan Carlos Onganía (1966-1970), se impulsionou uma nova agrupação sindical, a dos “Democráticos”, enquanto que a FGB entrava em crise. Na última ditadura militar argentina (1976-1983) Danussi refuta judicialmente a nova Lei de Associações Profissionais que restringia seriamente a atividade política sindical. Junto com seu compromisso com a causa operária, manteve uma vasta atividade dentro do marco da militância libertária na Federação Anarquista Comunista Argentina (FACA) / Federação Libertária Argentina (FLA). Também desenvolveu uma fecunda produção jornalística nos jornais **Solidariedade Operária** e **Operário Gráfico**⁹, e nas revistas **Homem de América e Reconstruir**, a qual liderou desde a sua fundação em 1954¹⁰.

Edgardo Bilsky: o historiador do movimento operário

O fundo Edgardo Bilsky conta com apontamentos, gráficos, fichas e material destinado à pesquisa histórica e à elaboração de um dicionário sobre o movimento de trabalhadores argentinos, que não foi finalizado pelo autor. A maior parte do material está relacionada com o surgimento e consolidação da classe operária na Argentina, período compreendido entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX.

O produtor do fundo, militante do trotskismo argentino na sua juventude, exilado na França durante a última ditadura militar argentina, participou na década de 1980, não sem discordância, de uma mudança de perspectiva historiográfica nos estudos sobre o movimento operário na Argentina, que se afastava das “histórias militantes” para introduzir elementos da história social devedora das contribuições do historiador britânico E.P. Thompson¹¹. Neste contexto, escreveu dois livros que são clássicos de referência: **La FORA y el movimiento obrero (1900-1910)** y **La semana trágica**, além de vários escritos¹².

O que se destaca no fundo não é só o material secundário relacionado com a pesquisa destas temáticas (a cultura operária, imigração, demografia), como também os apontamentos, manuscritos e fichas que mostram o processo de produção científica de Bilsky, o que lhe confere uma marca pessoal e muito enriquecedora. Por outro lado, as preocupações deste pesquisador

⁹ Desta publicação, sobreviveram numerosos exemplares a partir do resgate do fundo.

¹⁰A biografia de Danussi foi extraída em grande parte de Tarcus, Horacio (dir.). *Diccionario biográfico de la izquierda argentina: de los anarquistas a la nueva izquierda: 1870-1976*. Buenos Aires: Emecé, 2007.

¹¹Poy, Lucas. *Socialismo y anarquismo en la formación de la clase obrera en Argentina: problemas historiográficos y apuntes metodológicos*. En: **Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda**, a.1, n.1. Buenos Aires, 2012, pp. 13-34. Cabe mencionar, entre outros autores, a contribuição de Ricardo Falcón naquela renovação historiográfica.

¹²Bilsky, Edgardo. *La FORA y el movimiento obrero (1900-1910)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985; Bilsky, Edgardo. *La semana trágica*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984. Outros escritos do autor, para mencionar alguns: *Etnicidad y clase obrera: la presencia judía en el movimiento obrero argentino*. Princeton: Conference on Latin American Labor, 1988; e *Contribution à l'histoire du mouvement ouvrier et social argentin: bibliographie et sources documentaires de la région parisienne*. Nanterre: Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine, 1983.

não se limitaram no anteriormente mencionado, já que também se pode encontrar no seu arquivo pessoal material sobre movimento operário judeu e documentação referente à ajuda às vítimas dos bombardeios da fábrica Renault durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Neste sentido, o fundo proporciona uma dupla dimensão na aproximação ao estudo do movimento operário, que por um lado possibilita um olhar atento à metodologia de pesquisa e por outro oferece importantes ferramentas para a análise crítica das temáticas nele presentes.

Além disso, este arquivo pessoal possui uma grande quantidade de fotocópias de publicações, folhetos, estatutos de agremiações e panfletos de sindicatos e agrupações políticas do princípio do século XX que atualmente estão extraviados ou não estão disponíveis no país por diversos motivos, como os mencionados no começo deste trabalho. Este último ponto não é um aspecto menor já que o trabalho de busca destes exemplares, empreendida por Bilsky, permitiu a recuperação dos mesmos, constituindo-se em uma fonte única de consulta para pessoas que não têm as possibilidades de viajarem a outros destinos para realizar pesquisas¹³. Isto fica evidente na grande quantidade de usuários que visitam o CeDInCI para consultar este material, desde que ficou disponível. Por outro lado, este arquivo pessoal possui um vasto material que permite uma aproximação metodológica com a sua pesquisa, apoiado em quatro fichários: um com o detalhamento do seu plano de tese; outro com a bibliografia consultada por Bilsky para suas diversas pesquisas; um fichário com toda a informação relacionada com as organizações sindicais divididas por agremiações e, por último; um fichário onomástico com os dados biográficos e de participação política de personalidades relevantes do movimento operário e político, que em parte estava destinado para a elaboração de um dicionário do movimento operário argentino, que jamais finalizou.

Parte da pesquisa de Edgardo Bilsky foi dirigida ao estudo do movimento operário judeu e por isto o fundo dispõe de duas caixas com publicações periódicas em iídiche, apontamentos, gráficos com estatísticas demográficas e bibliografia. Também dos seus estudos sobre imigração italiana na França e composição social do proletariado, cultura operária e condições de vida do proletariado nesse país. Ainda se destacam os documentos relacionados ao tema da assistência aos operários feridos e aos familiares dos falecidos, logo após os bombardeios sofridos na fábrica Renault, na França, conforme dissemos antes. (Ver anexos IV e V)

Como pudemos observar é evidente que os documentos que se encontram no arquivo pessoal de Luis Danussi se complementam com aqueles existentes no fundo de Edgardo Bilsky. Uma parte deste foi originalmente gerada com o fim de servir de fonte para sua pesquisa científica sobre o movimento operário, essencialmente anarquista, no período contemporâneo dos fatos nos quais Danussi foi um ativo participante. Um exemplo tangível disso são os jornais e notas existentes no arquivo de Bilsky que dão conta da polêmica entre as correntes libertárias que no final de 1920 se dividem em dois grupos, os “contestadores” e os “incendiários” (Ver anexo VI). Outro exemplo são os documentos que atestam a oposição ao peronismo que se manifestou desde a Federação Argentina de Trabalhadores de Imprensa e na qual Luis Danussi colaborou durante a intervenção, como escrevemos acima (ver anexo VII).

¹³Muito deste material foi recuperado graças ao seu exaustivo trabalho de pesquisa em arquivos e bibliotecas, como são os casos dos realizados no acervo do International Institute of Social History de Amsterdam (IISH) e de la Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine de Paris (BDIC). Cabe assinalar, ademais, que a doação do historiador incluiu centenas de livros que não existiam, ainda em um centro especializado como o CeDInCI. Por outra parte, a “repatriação” de fundos, a partir de convênios celebrados com instituições como as anteriormente mencionadas, é uma política ativa do centro de documentação para permitir a consulta de uma maior quantidade de pessoas aos documentos ligados à história do movimento operário e das esquerdas argentinas.

Conclusões

Estes fundos mostram que a importância do trabalho arquivístico na hierarquização destes arquivos, reside nas variadas possibilidades de aproximação das complexidades existentes no mundo social nos quais se encontram¹⁴. É assim no caso do fundo de Luis Danussi, o resgate da memória social em primeira pessoa possibilita a abertura de novas dimensões na pesquisa do movimento operário. Por sua vez o fundo de Edgardo Bilsky facilita essa aproximação do universo metodológico de um pesquisador, que resgata da escuridão o material que de outra forma se encontraria com acesso restringido e que constitui um testemunho primordial para o estudo deste tema. A conjugação de ambos os arquivos pessoais, contribui neste sentido, para maiores e melhores oportunidades na exploração de temáticas ligadas ao movimento operário.

Tal como vimos, ainda que a renovação historiográfica revalorizou os fundos pessoais, em muitas ocasiões estes só foram recolhidos procurando resgatar a intimidade das pessoas e as tensões entre o público e o privado. Neste sentido pensamos que a função dos mesmos permite uma reconstrução mais ampla dos indivíduos, especialmente, dos setores subalternos do movimento operário e de muitas pessoas “sem voz” nos papéis. Além disso, possibilita o resgate de muitos documentos de organizações políticas e sindicais, entre outras fontes, perdidos por causa do descaso e pela repressão.

Por último, quisemos enriquecer o relato com esses dois exemplos diversos e que por sua vez se complementam. Com isso insistimos, uma vez mais, na necessidade de preservar a maior quantidade de fundos, de dar-lhes acesso, uma contextualização e uma descrição que os vincule entre si e com outras coleções. Assim seguimos com o fervoroso esforço de preservar a memória de militantes e ampliar as formas de estudo.

Referências Bibliográficas

ARTIÈRES, Philippe. *Arquivar a própria vida*. En: Estudos históricos, vol. 11, nº 21. Brasil: CPDOC/FGV. [Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/287>. Consultado: 10/08/13]

ARTIÈRES, P.; Kalifa, D. *El historiador y los archivos personales: paso a paso*. En Políticas de la memoria, nº 13, Buenos Aires: CeDInCI, 2013, pp. 7-11.

CIMAZO, Jacinto; Gunfeld, José. *Luis Danussi. En el Movimiento Social y Obrero Argentino (1938-1978)*, Editorial Reconstrucción, Colección Perfiles, Buenos Aires, 1981.

LOPEZ, André Ancona. “Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia”. En: Gragoatá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras-UFF. Niterói, nº 15, Acervos literários, pp. 69-82, 2º sem. 2003.

NAZAR, Mariana.; Pak Linares, Andrés. *El hilo de Ariadna*, en Políticas de la memoria, nº 6/7. Buenos Aires: CeDInCI, 2007. pp. 212-218.

OLIVEIRA, Lucía Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

PETRA, Adriana. *Los documentos particulares como fuentes históricas: la experiencia del CeDInCI con los fondos de archivo de las izquierdas argentinas*. En: Políticas de la memoria, nº 6/7. Buenos Aires: CeDInCI, 2007, pp. 206-210.

POY, Lucas. *Socialismo y anarquismo en la formación de la clase obrera en Argentina: problemas historiográficos y apuntes metodológicos*. En: Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda, a.1, nº 1. Buenos Aires, 2012, pp. 13-34.

TARCUS, Horacio (dir.). *Diccionario biográfico de la izquierda argentina: de los anarquistas a la nueva izquierda: 1870-1976*. Buenos Aires: Emecé, 2007.

TARCUS, Horacio. *Los archivos del movimiento obrero, los movimientos sociales y las izquierdas en la Argentina: un caso de subdesarrollo cultural*. En Políticas de la memoria, nº 10/11/12. Buenos Aires: CeDInCI, 2012, pp 7-18.

¹⁴Artières, P.; Kalifa, D.: *El historiador...* op.cit., p. 8.

Anexos:

Anexo I

LIBRERIA

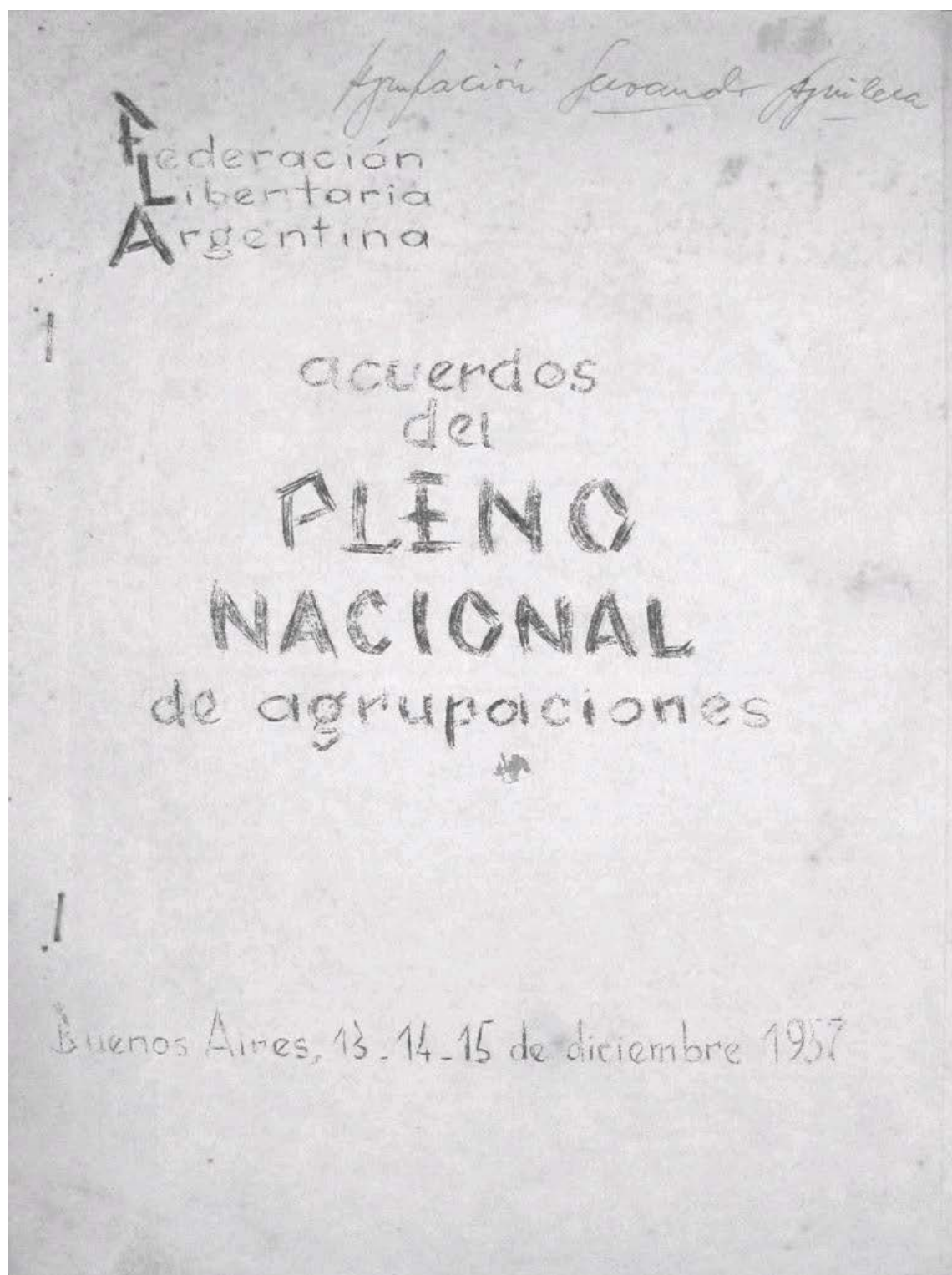
BRASIL 1551 • TEL. 26-0307 • BUENOS AIRES

RECIBI d el señor Luis Danussi los "negativos" de la Película "Amanecer sobre España " , en 35 mm , contenidos en seis(6) cilindros de metal , en préstamo , para hacer un nuevo negativo o una copia , si el estado del material lo permite ,para ser devueltos a la brevedad y aconsejar lo que los técnicos recomiendan respecto de la conveniencia o inó de conservar este material por su alta peligrosidad . Todos los gastos de las copias ,examen técnico , etc, son por nuestro exclusivo cargo , lo mismo que los riesgos inherentes a su manejo .- Buenos Aires, Diciembre 26/1975



Carta de Diego Abad de Santillán, referente ao anarquismo argentino, a Luis Danussi. 1975
(Fundo Luis Danussi)

Anexo II



Documento interno da Federação Libertária Argentina. 1957
(Fundo Luis Danussi)

Anexo III

ES ILEGAL?

- ¿EXIGIR REMUNERACIONES MAS DECOROSAS?
- ¿NO ACEPTAR PACTOS BOCHORNOSOS?
- ¿SER CULTOS Y DISCIPLINADOS?
- ¿SER RESPETUOSOS DE LAS AUTORIDADES Y DE LA SOCIEDAD?
- ¿HONRAR, CON NUESTRAS ACTITUDES, AL OBRERO ARGENTINO?

ES ILEGAL?

Entonces:

- ¡VIVA LA ILEGALIDAD!
- ¡VIVA LA DISCIPLINA DEL OBRERO GRAFICO!
- ¡VIVA LA INQUEBRANTABLE UNIDAD GRAFICA!
- ¡VIVA LA FEDERACION GRAFICA BONAERENSE!

Buenos Aires, 13-14-15 de diciembre 1957

Um dos numerosos panfletos relativos à greve dos operários gráficos de 1949.
(Fundo Luis Danussi)

Anexo IV

~~Mis. 1. June 1944~~ JUN - JUILLET 1944

COLLECTE en FAVEUR des SINISTRES des BOMBARDEMENTS

Dép. ou Sec :	Effectif :	Somme versée :	Somme moyenne :	Observations
DEPARTEMENTS				
I	119	3.378,-	3.378,-	3.378,-
2	68	4.975-6.915	4.975	4.975,-
3	92	2.055-70	2.155	2.155,-
4	13	500-	500	500,-
5	99	1050-1670	2.720	2.720,-
6	120	12.151-2175-50	19.521,50	19.521,50
7	46	1.580- 8.183	1.580	1.580,-
8	63	2.45-545 790	790	790,-
9	121	2.800- 3.095-1955	2.800	2.800,-
10	242	1430-215-150-4.795	4.795	4.795,-
11	50	1.260	1.260	1.260,-
12	50	2.055	2.055	2.055,-
13	330	8965-12.115 150	9.115	9.115,-
14	174	2.795-1510-320-3120	4.555	4.555,-
15	85	3.995,30	3.995,30	3.995,30
16	36	500.1000-6.515	1.500	1.500,-
17	216	7595-14.121 120-	8.720	8.720,-
18	49	872	872	872,-
19	183		8.950	8.950,-
20	21		280	280,-
21	168	4.105	4.105	4.105,-
22	765		19.131	19.131,-
23	903		24.041	24.041,-
24	185	2.250-1.200-	3.250	3.250,-
25	198	3.365	3.365	3.365,-
26	41		1.810	1.810,-
27	59	1.360	1.360	1.360,-
28	12	355	355	355,-
29	175	3.205	3.205	3.205,-
30	92	1.975	1.975	1.975,-
				152.893

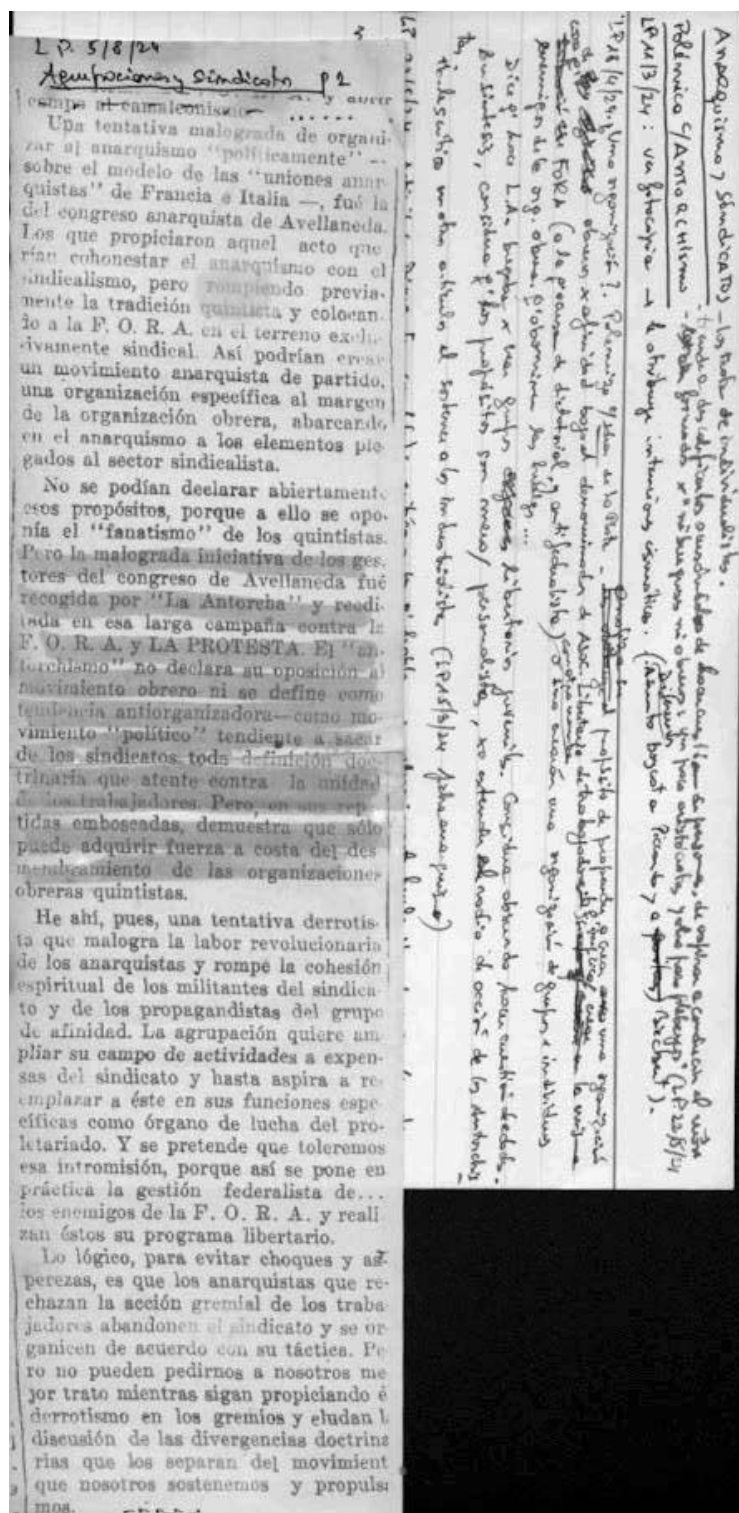
Documentos do fundo referente a ajuda às vítimas dos bombardeios na fábrica Renault.
1944-1945 (Fundo Edgardo Bilsky)

Anexo V

ENTR'AIDE aux SINISTRES du 4 AVRIL 1943									
CHIEFS de SERVICES	EFFECTIFS	ADHESIONS				REFUS			
		Coll.	Ouv.	Coll.	Ouv.	Coll.	Ouv.	Coll.	Ouv.
MM.									
LIONS	21	73	60	1	1				
STEINBACH	21	63	64						
LEBEVRE-PONT.	22	6	4	1	1				
COTTON	21	74	64	3	2				
BARBOT	14	52	30	26	1				
d'ARTEMARE	21	12	4	1	1				
LAPIQUONNE	21	99	94	3	2				
CHAPON	21	35	33	1					
POMEY	21	62	42	11	6				
de LONGCAMP	22	5	3	1	1				
CHAMPEAUX C.E.	18	18	15	3	3				
RONSERAIL	14	44	42						
RANETTE	22	16	16						
SARRADON	22	2	2						
DUPEN	5	5	1						
GUILLEMARD	22	542	316	239	4	51	16		
MONNEZ	13	36	28		3	2			
DUVERNOY	13								
ALLEGRET	13	285	116	210	1	19	6		
NAUDET	22	3							
GOUREOU	15	8	9						
GRANDJEAN	22	19	1						
GALLIENNE C.E.	151	125		2	2				
FERRIN	21	10	5						
DUPUICH	21	8	10						
BALDENWECK	22	13	12	1	1				
GUERIN	22	23	20	1	1				
LEBEVRE	14	243	132	53	32	51	6		
GRILLOT	21	9	10						
METTAS	21	77	62	10	2	3	3		
TISSANDIER	21	16	14						
SERRE	21		133	13	3	6	3		
FIGARD	21	185							
PELTIER	21	64	52	4	1				
COINDEAU	21	74	51	9	3				
ROY	21	31	30	3	2				
J. RENAULT	22	12	11						
TORDET	21								
DEBAS	21	92	49	4	7				
JAGOUOT	22	15							
LORRAIN	21	21	19	15	6	1	2		
ALAMAGNY	21	16	12						
GREMEAUX	21	40	34	3	2				
ALOUIS	21	42	39						
CALDAIROU	21	36	31	3	2				
de LÉPINE	21	2	2						
M. GUILLELMON	22		1						
J. GUILLELMON	22		3						
NAUDET	22	5							
MENNY	22	3	3						
			23				0		
		2647	1765	603	85	96	65		

CHIEFS de SERVICES	EFFECTIFS	ADHESIONS		REFUS	
		Coll.	Ouv.	Coll.	Ouv.
MM.					
ROQUES	17	67	539	23	412
MONNIER	13	53	391	46	378
PENARD	10	53	262	32	242
CAILLAUD	16	30	93	34	48
RAYNAUD	20	96	570	38	394
AUGER	11	71	519	63	444
ASTOLFI	7	117	587	116	453
GOUTANT	4	26	123	12	50
CHAPPUIS	1	60	424	49	394
TISSANDIER	21	58	212	12	263
BARAT	4	41	317	25	106
JEANNE	21	37	167	34	159
MARS	21				
DAGUET	34	78	804	104	540
VERDURE	21	72	306	64	195
DESQUAIRES	34	63	185	42	179
MOUQUINOU	12	17	73	19	44
GOUTANT	4	26	116	21	61
LE GOFF	30	32	127	31	100
BEAUDIER	21	36	100	25	51
GALOPIN	14	25	146	43	106
NEUVILLE	4	300	966	259	365
DALODIER	17	250	1220	162	750
PASCAL-MOUSS	17	25	50	2	45
ARNAUD	14	44	286	12	201
DUBOIS	5	4	59		58
MILLOT	18	10	68	10	62
DOLLE	9	18	86	7	35
LECLERC	4	21	217	32	78
DEPOIX	4	25	154	24	106
BOURQUIN	8	18	88	15	64
LONGCHAMP	12	15	65	12	62
KRUZE	2	9	53	2	25
BOURGEOIS	30	4	28	3	26
J. JOLLIVET	12	4	7	1	4
L. JOLLIVET	1	22	88	18	70
RIOLFO	14	10	32		42
BART	9	107	321		
TAUVERCH	30	77	633	34	325
LAVEDRINE	14			9	4
ROCK	25	37	82	32	66
RAISON M.G.O.	31	25	199	47	153
LADRET					
BUSSEUIL Coop.					
MILLE S.S.M.					
					5
		2107	10714	1726	8325
					127

Anexo IV



Polêmica “contestadores” e “incendiários”.
Fichas manuscritas que fazem parte do fichário com plano da tese.
(Fundo Edgardo Bilsky)

Anexo VII



Panfleto da Federação Argentina de Trabalhadores da Imprensa por ocasião da derrocada de Juan Domingo Perón em 1955. (Fundo Edgardo Bilsky)

PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT): PRODUÇÃO E TRATAMENTO TÉCNICO (1978-2013)¹

Carlos Henrique M. Menegozzo²

Resumo

Analisa as experiências de tratamento realizadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) sobre o seu patrimônio documental, desde sua origem, em 1980, aos dias atuais, com destaque àquelas desenvolvidas pela Fundação Perseu Abramo - entidade de apoio instituída pelo PT, em 1996. Em termos mais específicos, relata o processo de constituição e tratamento deste acervo, registrando os problemas e conquistas que marcam esta iniciativa histórica e politicamente tão importante, quanto tecnicamente desafiadora. Conclui que a sistematização teórico-metodológica desta experiência pode contribuir para a construção de um instrumento de referência ao tratamento de arquivos pessoais e institucionais produzidos em contextos de atividades políticas.

Palavras-chaves: Partidos políticos; Partido dos Trabalhadores; arquivos de partidos políticos

Introdução

O Partido dos Trabalhadores (PT) corresponde hoje ao maior e mais importante partido de esquerda no Brasil, protagonista de processos políticos em curso em nosso continente. Essa condição é indicativa do esforço por compreender os processos de produção e tratamento documental no PT: uma reflexão sobre esses aspectos, em função das dimensões e da importância do partido, permite compor um quadro aproximado das adversas condições de produção e tratamento documental que caracterizam em geral os arquivos produzidos em contexto da luta política e do exercício do poder - entre os quais se incluem não apenas arquivos de partidos políticos, mas também dos movimentos sociais (sindicais, por exemplo), acervos pessoais de militantes e dirigentes, e mesmo arquivos de certas atividades de Estado (Menegozzo, 2009).

Uma compreensão mais apurada das adversidades que atravessam a produção desses acervos é imprescindível à tarefa de precisar e superar os impasses técnicos e teórico-metodológicos que elas têm suscitado no campo das Ciências da Informação (Menegozzo, 2009). Isso poderá resultar em instrumentos técnicos e abordagens teórico-metodológicas capazes de aprimorar o processo de tratamento de tais acervos, potencializando sua dupla utilidade: primeiro, como ferramenta administrativa disponível às próprias instituições que o produziram, subsidiando ações de movimentos de caráter político - preferencialmente, no nosso caso, daqueles protagonizados pela classe trabalhadora ou identificados com esta classe; segundo,

¹Versão revisada e ampliada de artigos publicados anteriormente. Ver Menegozzo et al (2009) e Menegozzo (2013).

²Sociólogo e bibliotecário, especialista em arquivologia. Documentalista no Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo, onde é responsável técnico pelo acervo histórico do Diretório Nacional do PT.

como fonte disponível à pesquisa científica e à reflexão militante dedicadas ao registro histórico e à avaliação dos desafios presentes daqueles movimentos.

O objetivo deste estudo é o de oferecer uma pequena contribuição a este esforço maior, utilizando como referência justamente as experiências de produção e tratamento documental observadas na trajetória do PT. A análise contempla desde o contexto imediatamente anterior à de sua formação, marcado por brutais restrições políticas e materiais, até o estabelecimento do Projeto Memória e História do PT pela Fundação Perseu Abramo, convertido depois no atual Centro Sérgio Buarque de Holanda. Isto, com o propósito de colaborar, desde um ponto de vista arquivístico e ciente do papel que podem desempenhar as instituições de informação na disputa de hegemonia, para a construção de uma sociedade na qual a satisfação das necessidades da maioria seja o critério elementar de distribuição de riqueza e poder.

O documento como alvo da repressão no contexto de formação do PT (1978-1980)

A formação do PT, consumada no Encontro de Fundação realizado em São Paulo no Colégio Sion em fevereiro de 1980, resulta da aproximação de diversas forças políticas; remontando, a 1978, quando ganha força a proposta de criação de um “partido de trabalhadores”, materializada depois no Movimento Pró-PT. Bastante diversa, as bases originárias do partido incluem não apenas os movimentos ligados ao sindicalismo combativo, à Igreja progressista, e aos intelectuais e organizações de esquerda clandestinas então existentes, mas também os parlamentares egressos do antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), além de jovens, mulheres e negros, organizados em movimentos como pelas liberdades democráticas e contra a carestia, entre tantos outros (Keck, 1991).

Embora a segunda metade da década de 1970 tenha sido marcada pela aceleração do processo de abertura democrática, a repressão ainda era intensa. Concomitante às eleições de 1974, por exemplo, que indicava avanço das oposições, o foco guerrilheiro no Araguaia era desmantelado; e o Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (PCB), sob forte perseguição, buscava exílio no exterior. Poucos anos depois, em 1976, parte do Comitê Central do Partido Comunista do Brasileiro (PCdoB) seria assassinada, em episódio que ficaria conhecido como “massacre da Lapa” (Pomar, 2006). Movimentos ligados mais diretamente à formação do PT, do mesmo modo, sofriam com a repressão, tornando bastante desfavoráveis o esforço por produzir e preservar registros documentais de suas atividades.

A imprensa alternativa e lideranças ligadas à luta pelos direitos de presos e desaparecidos políticos, por exemplo, eram alvos de atentados de grupos extremistas (Deckes, 1985, p. 126-134). Destaca-se, entre outros, o caso do jornal *Em Tempo*, lançado por uma frente de organizações encabeçada por grupos que originaram a Democracia Socialista, posteriormente uma tendência petista: o jornal teve sua sede invadida e depredada diversas vezes no final dos anos 1970 (Kucinski, 2003; Menegozzo et al, 2009, p. 26; Ferreira e Fortes, 2008, p. 419). Outro exemplo encontra-se na prisão ocorrida em 1977 de militantes do Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP) e da Convergência Socialista (CS) - ambas organizações clandestinas que aderiram ao PT (Ferreira e Fortes, 2008, p. 416 e 418; Menegozzo et al, 2009, p. 49-50) - acusados de distribuírem documentos considerados subversivos em manifestações do 1º de maio. Fato semelhante ocorrera com diversos sindicalistas do ABC, entre os quais o próprio Lula, enquadrados na Lei de Segurança Nacional (Fragoso, 1984).

Conforme atestam as prisões dos militantes do MEP e CS em 1977, em tempos de repressão a informação, e conseqüentemente os documentos que a continham, adquiram valor estratégico ainda mais acentuado: sob a censura prévia da imprensa e da produção editorial, buscas policiais por provas documentais de atividade subversiva eram efetuadas sem mandado

em casas e veículos considerados suspeitos; enquanto os militantes, por razões de segurança, eram orientados a destruir as provas documentais de suas opiniões e atividades políticas. Nesta verdadeira guerra de informações, opunham-se nos bastidores as fontes e as versões dos fatos sustentados pela ditadura e seu aparato repressivo, e o esforço de recolhimento e compilação de provas dos crimes cometidos pela ditadura; materializados, de um lado, no Projeto “Orvil” e, de outro, no Projeto “Brasil Nunca Mais” (Figueiredo, 2009).

Produção e tratamento documental no PT sob brutais restrições materiais (1980-1985)

Neste contexto, relativamente desfavorável à atividade da esquerda e à produção e preservação das provas materiais de sua existência e trajetória, é que surge o PT. O partido nasce, assim, sob brutais restrições. Não apenas técnicas e materiais (devido à falta de recursos e infraestrutura), mas também políticas, tendo vários de seus diretórios sendo alvo de atentados terroristas (Deckes, 1985, p. 126-134). Isso se refletiu na precariedade do tratamento de seus arquivos durante anos. Fato pouco conhecido, mas revelador das condições existentes à época é o extravio de sua Ata de Fundação, preparada no Encontro do Colégio Sion em fevereiro de 1980. Visando a legalização do partido, uma segunda ata foi preparada por ocasião da Reunião Nacional de Fundação, que instituiu a Direção Nacional Provisória do PT em junho de 1980 (Gadotti e Pereira, 1989, p. 48). Com isso se estabeleceu, digamos, uma dupla legalidade: duas listas legítimas de “fundadores”, encabeçadas por dois “filiais nº 1” do PT: Mário Pedrosa em fevereiro e Apolônio de Carvalho em junho.

A situação dos arquivos do partido em seus primeiros anos de existência, grosso modo, esteve submetida às mesmas condições gerais - precárias - que aquelas enfrentadas por aqueles seus dois registros fundacionais. Depois de formado, o PT foi instalado no gabinete do deputado Airton Soares, parlamentar egresso do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), dividindo-se entre o bairro do Bixiga em São Paulo, e a capital federal, Brasília³. Sob tais condições, por exemplo, muito material se perdeu entre as duas sedes, já que documentos originais eram enviados para cópia em Brasília e dali eram distribuídos por todo país. Pouco ou nenhum cuidado significativo pôde ser reservado aos arquivos do partido, apesar das da existência da Fundação Wilson Pinheiro (FWP) - primeira fundação partidária do PT, instituída pelo Diretório Nacional ainda em 1981 (C.f. Gadotti e Pereira, 1989, p. 210-212) - que chegou a debater, em meados de 1982, pelos menos três projetos envolvendo a documentação e a memória do PT.

Em dois desses projetos, de um “Centro de Informação e Documentação” e de um “Núcleo de Documentação e Pesquisa”, fala-se com diferentes ênfases da história e da memória do PT (clipagem da imprensa e registros audiovisuais, sobretudo) e da interação com instituições acadêmicas, mas o foco reside ou na análise da realidade brasileira (Garcia, [1982]) ou na execução de projetos de intervenção social, tal quais os projetos de extensão nas universidades (Suárez Asensio, 1982). Numa terceira proposta é que a história e a memória do PT ganham centralidade. Há menção ao cuidado a se ter com a documentação (incluindo-se aí posições minoritárias no partido) e com o controle de acesso, devido à repressão. Voltado à militância, não menciona a interação com instituições acadêmicas. Previa a realização de “projetos especiais”, dentre eles

³Informações relativas às transferências de sede do Diretório Nacional do PT e à situação da documentação sob sua guarda, quando desacompanhadas de referências, foram obtidas junto a ex-funcionários do Diretório Nacional e militantes petistas, entre os quais destaco Angélica Atalla, Mila Frati, Marcio Machado, Ricardo Azevedo, Rose Spina, Rogério Chaves e Paulo Zocchi, agradecendo-os pela valiosa colaboração.

um dedicado à campanha de 1982 - o qual, segundo consta, chegou a ser iniciado, com o registro audiovisual das atividades de candidaturas e militantes petistas ([Mercadante], [1982]).

Não se tem registro, de qualquer modo, que algum destes projetos tenha sido implementado e executado em sua integralidade (nem se tem conhecimento, hoje, do paradeiro dos tais registros da campanha de 1982 produzidos naqueles projetos iniciais). O arquivo remanescente da Seção Nacional da FWP - hoje sob a guarda da Fundação Perseu Abramo - revela o esforço de constituição de um banco de dados sobre a realidade brasileira e a história do PT que inclui, por exemplo, um detalhado dossiê sobre o assassinato de Wilson Pinheiro, lavrador e liderança petista que dá nome à entidade. Pouco ou nenhum cuidado efetivo, todavia, parece ter sido reservado à documentação do PT, guardada em condições ainda precárias na sede nacional, que ainda no início dos anos 1980 seria transferida do Bixiga para o bairro da Água Branca, na zona oeste de São Paulo.

Crescem o PT, seu arquivos e as preocupações com a sua história (1985-1991)

Somente em 1985, com sua instalação na Vila Mariana, na zona sul da cidade, o arquivo pode receber tratamento mais sistemático: por iniciativa dos próprios funcionários do Diretório Nacional, e refletindo o crescimento da máquina administrativa do partido, um primeiro tratamento foi dado aos arquivos das Secretarias de Assuntos Institucionais, Relações Internacionais, Formação Política e Movimentos Populares. No ano seguinte, a FWP promoveria exposição de documentos retratando os cinco primeiros anos de existência do PT. Já em 1987, outra iniciativa importante: restrita até então àquela exposição e também às cartilhas e cursos da Secretaria Nacional de Formação Política, o cuidado com a história e a memória do partido ganha novo impulso com o lançamento da revista *Teoria e Debate*⁴: inicialmente editada pelo Diretório Estadual de São Paulo, incluía a seção *Memória*, dedicada a entrevistas com militantes e destinada a registrar e difundir a história do PT e da esquerda no Brasil (Ferreira e Fortes, 2008, p. 11).

A situação dos arquivos do PT, todavia, não obstante a iniciativa dos funcionários do Diretório Nacional anos antes, permanecia relativamente precária. Isto se pode verificar, por exemplo, em episódios ocorridos por volta de 1987 e 1988. Naquela época muitas organizações de esquerda que aderiram ao PT passavam a assumir sua condição de “tendência interna”, conforme regulamentação aprovada no 5º Encontro Nacional do PT (1987). Este foi o caso, entre outras, da tendência Força Socialista, formada em 1989 (Ferreira e Fortes, 2008, p. 414). Neste processo, documentos remanescentes de organizações que haviam lhe dado origem, como Movimento pela Emancipação do Proletariado e Movimento Comunista Revolucionário foram depositadas junto ao arquivo do PT em sua sede nacional. O mesmo ocorreu com parte do acervo fotográfico da Organização Socialista Internacionalista após integração de parcela do grupo à corrente Articulação. Tais acervos permaneceram nos porões do PT por anos, diluídos junto à documentação do partido, tendo sido identificados e parcialmente restabelecidos apenas entre 2006 e 2009 (Menegozzo et al, 2009).

Indicativas, também, da inexistência de uma política de gestão documental, não obstante as iniciativas já apontadas, são as condições de tratamento e guarda reservadas à documentação produzida no curso da campanha presidencial de 1989 - a primeira eleição presidencial ocorrida

⁴A coleção completa da revista *Teoria e Debate* encontra-se disponível eletronicamente em: <http://www.teoriaedebate.org.br/>. Acesso em 30 ago. 2012.

no Brasil desde os anos 1960. Tais condições, descritas num estudo desenvolvido à época, revelam que não havia naquele momento, ainda, uma política de tratamento do acervo do partido (Guevara e Gomes, 1991). Isso condicionou a acumulação desordenada da documentação da campanha nos vários setores do comitê, como na sala de reuniões da coordenação, situados na sede do Comitê Nacional em São Paulo, na Vila Mariana (Singer, 1990, p. 14-15); bem como a dispersão inicial do acervo entre integrantes da direção do comitê e do partido.

Finalizado o processo eleitoral, o acervo existente na sede do Comitê foi submetido pela assessoria da coordenação da campanha a processo de avaliação e descarte, a partir de critérios que não puderam ser, até o momento, especificados. A parcela do acervo preservada foi então transferida a outro espaço, também na Vila Mariana, onde funcionava o Governo Paralelo - uma estrutura ligada ao PT formada depois da campanha de 1989, que daria origem ao Instituto Cidadania e, posteriormente, ao Instituto Lula. Em função das inadequadas condições de guarda ali existentes, o acervo foi então dividido entre ex-integrantes do órgão. Uma parcela dele acabaria retornando à sede do PT, enquanto a outra seria recuperada com ex-militantes e integrada ao acervo apenas em 2008 (C.f. Fundação..., 2010).

Assim como o arquivo, carente de tratamento técnico sistemático, avolumava-se também a produção bibliográfica dedicada ao PT - um reflexo da visibilidade política adquirida pelo partido nas eleições de 1988 e 1989. Conforme revelam levantamentos realizados recentemente, até 1990 já havia mais de uma centena de estudos a abordar a trajetória do partido, além de dezenas de teses, dissertações e artigos. O ano 1989, aliás, registra o maior volume anual de produção bibliográfica sobre o tema até então, suscitada não apenas pelo crescimento do partido naquele período, mas também pela ampla repercussão do assassinato de Chico Mendes. O incremento da produção bibliográfica sobre o PT chegou a ser detectado à época. Mas não se dispunha de instrumentos institucionais dedicados ao acompanhamento sistemático dessa produção, apesar de preocupações nesse sentido, conforme registrado em artigo publicado na revista *Teoria e Debate* em 1990 (C.f. Pomar, 1990).

Extinção da FWP e papel do Instituto Cajamar num período de crise (1990-1995)

Passada a campanha de 1989, o PT estabeleceu convênio de cooperação técnica com o Instituto Cajamar (C.f. Gadotti e Pereira, 1989, p. 208-209) e também com o Arquivo Edgard Leuenroth, ligado à Universidade de Campinas (Unicamp), tendo em vista o tratamento de sua documentação. Uma chamada pública para doação de documentos chegou a ser lançada através de órgãos de comunicação do PT (Memória, 1990, p. 8), para a composição de um acervo que, apontam indícios, serviria de subsídio a um projeto assumido pelo Instituto no contexto de comemoração dos 10 anos de sua fundação, visando a investigação das origens, composição social e desenvolvimento do PT (Pomar, 1990). A isso, vale acrescentar que há fortes indícios, também, de que na documentação reunida no Instituto Cajamar à época, em parte e recentemente transferida a terceiros, conste parcela do arquivo histórico do PT ainda a ser recolhida ao acervo do Diretório Nacional.

Aquela parceria, ademais, não evitou que os problemas de conservação continuassem a ocorrer com a documentação que permaneceu sob a guarda do Diretório Nacional. No ano seguinte, em 1991, a sede do PT foi transferida para a região de Campo Elíseos, na zona oeste de São Paulo. No novo espaço, os arquivos nacionais se confundiram com os do Diretório Estadual de São Paulo, que compartilhava o mesmo prédio, e foram parcialmente danificados ou destruídos pela ação do tempo e da umidade - tendo o problema persistido mesmo com a transferência do partido para sua localização atual, no bairro da Sé, região central da capital paulista, onde permaneceu durante longo período acomodado nos porões do edifício.

O quadro é reflexo de uma combinação complexa de fatores que inclui uma crise interna vivida pelo PT, provocada por uma defasagem de suas formulações estratégicas - parcialmente detectada nas resoluções de seu 9º Encontro Nacional (1990) - e acentuada pela queda do muro de Berlim (1989) e a dissolução da União soviética (1991). No curso desta crise, mais precisamente entre 1989 e 1991, ocorre o desmantelamento da FWP, dilacerada por disputas internas, o que inaugura um período de inexistência de uma estrutura ligada ao partido dedicada ao tratamento de sua memória e história que se estendeu por toda a primeira metade dos anos 1990. Tendo em vista o enfrentamento destas dificuldades, não apenas quanto ao tratamento do patrimônio histórico do partido, mas também de uma série de desafios em termos de elaboração programática e estratégica, de formação política e de sistematização da experiência do PT, o Diretório Nacional instituiu, em 1996, uma nova fundação de apoio - a Fundação Perseu Abramo (FPA).

A FPA, em sua designação, homenageia um destacado jornalista, ex-Secretário-Geral do PT e intelectual engajado na formação da nova fundação em seus últimos anos de vida. Ela substituiu a antiga FWP, cujos trabalhos haviam se encerrado no final dos anos 1980. Em termos mais precisos, a FPA consiste de uma fundação partidária, conforme definido na legislação brasileira em vigor. Algumas de suas responsabilidades incluem a reflexão e a pesquisa sobre temas que tocam o PT, bem como a formação política de seus militantes e dirigentes. Sua principal fonte de financiamento advém do chamado Fundo Partidário, que reúne recursos distribuídos aos partidos pelo Estado, observando critérios como sua representatividade no parlamento. Como uma entidade de apoio ao PT, a FPA tem como missão a consolidação do projeto petista e de uma nova cultura política em nosso país.

Com a Fundação Perseu Abramo, instala-se o Projeto Memória e História do PT (1996-2001)

Com a instituição da FPA em 1996, o trabalho com o arquivo do PT e o cuidado com os registros de história oral ganham nova qualidade. Em 1997, a Editora da FPA publica uma coletânea, reunindo as entrevistas registradas entre 1987 e 1995 na seção *Memória* da revista *Teoria e Debate*, cuja publicação passava a ser responsabilidade da FPA (C.f. Azevedo e Maués, 1997). No mesmo período, são realizados os primeiros levantamentos na sede nacional do partido, com o intuito de avaliar o estágio de conservação e o perfil da documentação histórica remanescente. Isso culminou, no final de 1997, na implantação do *Projeto Memória e História do PT (PMH)*, dedicado, sobretudo, ao tratamento técnico do arquivo e sua disponibilização ao público.

Instalado na FPA, o projeto foi inicialmente pensado como um centro de referência - isto é, como um órgão responsável por mapear fontes documentais e bibliográficas relevantes à história do partido, e também por organizá-las, mas transferindo a guarda do material a entidades parceiras. Sob tais diretrizes, o tratamento técnico sistemático do arquivo histórico do Diretório Nacional do PT foi finalmente iniciado - cerca de 18 anos passados de sua fundação. Naquele momento, os arquivos foram primeiramente separados daqueles pertencentes ao Diretório Estadual de São Paulo, lembrando que ambas as instâncias compartilhavam uma mesma sede e a documentação acabou se confundido. Separados, os materiais pertencentes do DN/PT foram transferidos para a sede da FPA.

Ao longo dos primeiros anos de trabalho, a equipe empenhou-se na realização de seminários dedicados a debater momentos marcantes da história do país e das lutas populares, bem como ao tratamento inicial dos arquivos do partido. Desses esforços resultaram seminários sobre os movimentos estudantis de 1968 e 1977 e sobre as greves de 1978, um livro que reúne

documentos básicos e resoluções do PT desde a fundação até fins dos anos 1990 (C.f. Fundação Perseu Abramo, 1998), as exposições PT 20 anos: traço a traço e Trajetórias (que gerou publicação homônima - C.f. Fundação Perseu Abramo, 2000), além de CD, também comemorativo dos vinte anos do partido, que registra músicas que marcaram sua trajetória⁵.

Além do arquivo histórico do Diretório Nacional do PT, cujo tratamento era sua prioridade, o PMH acolheu arquivos remanescentes da Seção Nacional da Fundação Wilson Pinheiro; constituiu coleções de tendências internas do PT e de documentos anteriores à legalização do partido; e recebeu como doação acervos pessoais de José Dirceu e de Perseu Abramo, dois dos Secretários-Gerais do PT. A guarda de ambos os arquivos pessoais seria transferida posteriormente para o Arquivo Edgard Leurenroth (AEL), ligado à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), por meio de convênio de cooperação estabelecido para esse fim, onde encontram-se hoje disponíveis para pesquisa.

Do PHM surge o Centro Sérgio Buarque de Holanda: início das atividades (2001-2005)

Em 2001, o PMH se consolidou e deu origem ao Centro Sérgio Buarque de Holanda (CSBH) - núcleo da FPA que em sua designação homenageia proeminente historiador brasileiro envolvido no processo de formação do PT. Em novo espaço projetado no interior da FPA especialmente para suas atividades, o Centro abriu a documentação sob sua guarda à consulta pública; colaborou para a definição de uma política de gestão da documentação corrente do Partido, mediante a implantação, em 2001, do Núcleo de Documentação (NUD); assessorou a implantação de iniciativas congêneres junto aos Diretórios Estaduais do partido; subsidiou a produção das peças de propaganda da campanha de Lula à Presidência da República em 2002; e atualizou a publicação que retrata a história do PT após a vitória de Lula nas eleições (C.f. Fundação Perseu Abramo, 2003).

Além da microfilmagem dos primeiros conjuntos documentais, realizada com apoio da Universidade de Harvard⁶ e que contemplou os órgãos de comunicação nacionais do PT e uma seleção de publicações avulsas, no período de início de suas atividades o CSBH também lançou a coleção *História do Povo Brasileiro*, reunindo ensaios sobre história, política e cultura no Brasil; atualizou a exposição *Trajetórias*, que retrata a história do partido desde sua fundação e que foi editada posteriormente em livro; realizou um seminário internacional dedicado a debater a história e as perspectivas da esquerda e, em meados de 2005, promoveu uma campanha de doação de documentos, lançada publicamente entre os filiados e simpatizantes do PT.

Nesse período, mais precisamente entre 2002 e 2004, é que o *Projeto de História Oral do PT* dá seus primeiros passos. Dois projetos-piloto foram realizados. Um deles, no Rio de Janeiro, em parceria com o Laboratório de História Oral e Iconografia da Universidade Federal Fluminense (Labhoi/UFF). Outro, no Rio Grande do Sul, em parceria com o Núcleo de Pesquisa Histórica da

⁵Detalhes sobre estes e outros produtos do trabalho da FPA, bem como sobre sua disponibilidade no caso dos materiais comercializados, podem ser obtidos junto à equipe do CSBH.

⁶O projeto de microfilmagem foi iniciado com apoio do *Program for Latin American Libraries and Archives* desenvolvido pelo David Rockefeller Center for Latin American Studies, instalado na Universidade de Harvard. Parte dos microfilmes produzidos nesta primeira iniciativa e noutras, realizadas posteriormente, encontram-se disponíveis para pesquisa na Fundação Perseu Abramo; no Arquivo do Estado de São Paulo, localizado na capital paulista; no Arquivo Edgard Leurenroth, sediado na Universidade de Campinas; no Instituto Internacional de História Social, sediado na Holanda; e também na Universidade do Texas, nos Estados Unidos, entre outros centros de pesquisa.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ferreira e Fortes, 2008, p. 12). Em 2004 o Projeto ganha novo impulso em escala nacional, mediante a formalização de uma parceria com Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

Reestruturação do CSBH: mudança de atribuições e das rotinas de trabalho (2005-2006)

Entre 2005 e 2006, viveu-se no PT um período de enorme turbulência política e institucional, decorrente de uma crise na qual o partido se viu inserido, e que chegou a ameaçar a continuidade de uma série de projetos - tais como a própria Fundação Perseu Abramo, incluindo-se aí o projeto de tratamento do patrimônio histórico do PT. Passada a turbulência, o CSBH ingressa uma nova fase de trabalho, com a retomada de projetos interrompidos e uma posterior reestruturação. Além da realização de seminário dedicado à compreensão da Era Vargas e da ampliação da coleção História do Povo Brasileiro, o Centro, em comemoração aos 25 anos do partido, preparou uma versão ampliada do livro de documentos e resoluções do partido em CD-Rom e consolidou o *Projeto de História Oral Nacional do PT*, realizando, em parceria com o CPDOC, cerca de vinte e duas entrevistas com dirigentes que desempenharam papel destacado na fundação do PT em 1980 (Ferreira e Fortes, 2008, p. 11-12).

Paralelamente, a política de documentação do PT foi redefinida. O CSBH foi desincumbido do tratamento do arquivo corrente do Diretório Nacional, o que levou à extinção do NUD em 2005. Com isso, o centro passou a concentrar praticamente toda a documentação histórica (definida, em linhas gerais, como toda a documentação produzida pelo PT antes de 1989) em suas próprias dependências, ampliando enormemente seu acervo. Em contrapartida, ao Centro foram designadas novas atribuições, que incluíam a publicação da revista *Perseu: História, Memória e Política*⁷; a realização dos seminários A Propósito, abertos ao público e referentes, sobretudo, à história da esquerda e dos movimentos sociais; a organização do acervo do partido (mais que apenas sua integração e incorporação) - esforço primeiramente materializado na publicação de seu Guia de Acervo em 2009 (C.f. Menegozzo et al. 2009) -; bem como a incorporação do Centro ao projeto *Memórias Reveladas*⁸, lançado pelo Governo Federal.

Quanto ao tratamento dos arquivos do partido, tais mudanças desembocaram numa reorientação: daí em diante o Centro passou a adotar de modo mais sistemático os referenciais teórico-metodológicos consagrados na arquivologia. Uma orientação básica que exemplifica essas referências corresponde à rigorosa diferenciação entre acervos de diferentes tipos, a saber, os fundos e as coleções. Os fundos correspondem a acervos orgânicos, quer dizer, diretamente resultantes de atividades de uma pessoa ou instituição. Corresponde ao arquivo propriamente dito dessa pessoa ou instituição. As coleções, por outro lado, são conjuntos que resultam da

⁷Desde o 2007 até 2013, o CSBH publicou nove edições de *Perseu*, nas quais incluem-se dossiês temáticos que contemplam documentos e imagens históricas. Em seu primeiro número, apresenta um dossiê sobre a fundação do PT; e nos seguintes, dossiês sobre a campanha de 1982; sobre a luta pela anistia e por eleições diretas; sobre permanências e rupturas no mundo do trabalho; rebeliões no período da Nova República; a luta por direitos na América Latina; a relação do PT com os movimentos de mulheres e de combate ao racismo; e também sua participação na campanha de 1989; contemplando ainda levantamentos bibliográficos dedicados à atividade de militantes e organizações de esquerda no período da ditadura militar (C.f. Fundação..., 2007).

⁸O Projeto *Memórias Reveladas* é uma iniciativa lançada pelo Arquivo Nacional em 2009. Seu objetivo é estabelecer e gerenciar uma base de dados eletrônica cooperativa, o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985), contendo informações sobre conjuntos documentais relativos ao período da ditadura militar. A base corresponde uma fonte de pesquisa imprescindível aos interessados na história do PT e da esquerda em nosso país (C.f. Brasil, 2010c).

reunião de itens documentais de diferentes origens, produzidos por diferentes instituições ou indivíduos, e que foram agregados em função de uma característica compartilhada, como assunto, por exemplo.

Outros fundamentos arquivísticos incorporados ao trabalho do CSBH poderiam ser arrolados, tais como o princípio de respeito aos fundos, que implica na manutenção desses arquivos em sua integralidade; a classificação arquivística, que corresponde ao método de organização dos acervos, observando a estrutura interna da entidade responsável pela produção do material ou as atividades desempenhadas pelas pessoas e instituições que o geraram; e a descrição arquivística, cujos padrões encontram-se fixados na *Norma Internacional de Descrição Arquivística Geral (ISAD-G)*, e sua adaptação brasileira, a *Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade)*⁹.

Aprimoramento das rotinas técnicas e da produção editorial do CSBH (2006-2013)

A revisão dos referenciais teóricos e metodológicos do Centro a partir de 2006 permitiu significativo incremento qualitativo e quantitativo de nossas atividades. Provas disso são a conclusão da integração do arquivo histórico do PT nas dependências do CSBH; o levantamento geral da documentação que se seguiu a esse processo; o restabelecimento parcial de conjuntos documentais recebidos como doação e anteriormente integrados ao fundo PT/Diretório Nacional; a classificação e microfilmagem dos arquivos das campanhas presidenciais de 1989, 1994 e 1998; a pré-classificação dos acervos dos comitês do PT nas campanhas ocorridas entre 1982 e 1996 e dos fundos Fundação Wilson Pinheiro, Movimento Comunista Revolucionário e Movimento pela Emancipação do Proletariado; o início do projeto Partido dos Trabalhadores: bibliografia comentada (que segue até hoje e que detalhamos mais à frente); bem como a elaboração de seu primeiro guia de acervo.

Vale assinalar, adicionalmente, que o avanço possibilitado pelo tratamento técnico destes materiais, permitiu à equipe do CSBH experimentar os limites das orientações técnicas e de abordagens teórico-metodológicas consagradas nos campos da Ciência da Informação e, em particular, da Arquivologia, impostos pelas condições de produção de acervo produzidos no contexto dos embates políticos e do exercício do poder, como os do PT. Entre estas condições, destacam-se:

1. Confusão que se estabelece entre arquivos pessoais e institucionais, provocada pelos ritmos da atividade política e também pelas exigências da clandestinidade impostas pelas ações repressivas, que em muito dificultam a clara delimitação entre diferentes fundos pessoais, institucional e coleções.
2. Existência de entidades/movimentos organizativamente fluídos, carente de registro e atribuições formalizadas, muitas vezes subordinadas a esquemas político-administrativos pouco claros ou mesmo ambíguos, a dificultar, por exemplo, o esforço de classificação arquivística da documentação pelo método estrutural;
3. Acumulação desordenada dos documentos e incompletude dos acervos provocadas pela ausência de recursos (resultando na deterioração ou tratamento inadequado do material) ou pela ação repressiva, a dificultar mesmo os esforços de classificação arquivística pelo método funcional;

⁹Detalhes sobre os conceitos empregados neste Guia podem ser encontrados na Nobrade, na página eletrônica do Arquivo Nacional.

4. Ausência de normalização da produção documental, a dificultar o estabelecimento de séries documentais tipológicas, ou seja, baseadas em características de natureza diplomática, (inexistentes ou inconsistentes, nestes casos);

5. Inexistência também de informações básicas, seja pelos ritmos da atividade política ou pelas exigências de clandestinidade impostas pela ação repressiva, tais como data, local e órgãos emissores, a dificultar a ordenação daquelas séries tipológicas e mesmo a contextualização da documentação.

Esta corresponde a uma pequena amostra das dificuldades com as quais se deparou a equipe técnica do CSBH no tratamento do patrimônio histórico do PT, e cujos esforços de sistematização e equacionamento teórico-metodológico encontram-se esboçados num estudo desenvolvido em 2009 (C.f. Menegozzo, 2009). Dedicado a contribuir para a delimitação de um campo arquivístico constituído pelos chamados “arquivos da política” - marcados pelas dificuldades arroladas acima, acentuadas em conjuntos documentais produzidos em contexto de luta política e de exercício do poder -, e utilizando para isso apontamentos históricos e um amplo levantamento de bibliografia, o estudo almeja também ajudar a localizar as reflexões e os resultados do trabalho do CSBH no contexto de alguns dos debates teóricos atualmente em curso no âmbito das Ciências da Informação.

Nessas condições é que o CSBH chegou ao ano de 2010, data em que se comemorou os 30 anos de fundação do PT. Para o Centro de Memória, aquele ano se inicia com o lançamento da exposição “PT 30 anos - Cartazes” (C.f. Fundação Perseu Abramo, 2010b), que retrata a história do partido com base nos cartazes existentes nos acervos sob guarda do CSBH; e de um curso sobre história oral e tratamento dos arquivos correntes do partido, oferecido em parceria com o núcleo de Formação Política da FPA¹⁰. Estas são algumas das iniciativas recentes do CSBH, que, almejando projetar seu trabalho e acervo junto ao público, resultam também da reavaliação de prioridades e rotinas de trabalho. Paralelamente, o Centro dá novos e importantes passos em relação ao *Projeto de História Oral do PT Nacional*, com a publicação, em 2008, do primeiro livro resultante das entrevistas com dirigentes e militantes do partido (C.f. Ferreira e Fortes, 2008).

Atualmente, além prosseguir com a edição da revista *Perseu*, a equipe do CSBH tem se dedicado à preparação do segundo volume do projeto de história oral, a ser publicado em breve. Avança também o projeto Partido dos Trabalhadores: bibliografia comentada, iniciado no contexto daquele período de reestruturação do CSBH compreendido entre 2005-2006, embora os levantamentos que permitiram concretizá-lo tenham sido iniciados por volta de 2004. Os resultados parciais do projeto, que contemplam por volta de 400 referências bibliográficas, foram publicados numa série de seis artigos na revista *Perseu* entre 2006 e 2011¹¹. Agora, em 2013, o projeto é retomado e significativamente ampliado, dispondo de um levantamento contendo mais de 1 mil referências em livro publicadas sobre o PT em todo o mundo entre 1979 e 1980, que serão reunidas numa publicação em fase de finalização.

Também o tratamento técnico do arquivo do Diretório Nacional, principal atividade desenvolvida pelo CSBH, tem evoluído ao longo dos últimos anos: entre 2009 (ano de conclusão de reestruturação inicial do acervo com a publicação do Guia) e 2013, diversos arquivos foram objeto de tratamento sistemático, dentre os quais vale destacar a coleção dedicada aos diretórios regionais do PT, a pré-organização de todo o material fotográfico que integra seus

¹⁰As orientações referentes à questão do tratamento de arquivos encontram-se sistematizadas em Menegozzo e Silva (2010).

¹¹Para maiores detalhes do projeto e para acessar a lista de referências localizadas, acompanhadas de seus respectivos resumos, confira os artigos completos: Menegozzo (2007, 2008 e 2009); Menegozzo e Silva (2010); Menegozzo, Silva e Maciel (2010) e Menegozzo, Maciel e Silva (2011).

acervos (preparando projeto de higienização e digitalização de todo o acervo iconográfico sob a guarda do CSBH, num projeto que possivelmente será iniciado em 2014), bem como a conclusão do processo de organização da documentação histórica relacionada aos encontros, congressos e convenções nacionais, fóruns setoriais nacionais, e também às reuniões do Diretório e da Comissão Executiva Nacional, contemplando o período compreendido entre o encontro de fundação em 1980 ao 12º Encontro Nacional, realizado em 2001.

Acervo do CSBH hoje: perfil geral da documentação

Hoje o CSBH abriga praticamente todo o acervo do Diretório Nacional do PT produzido anteriormente a 1989, bem como alguns conjuntos produzidos até 2006. A esse acervo - nosso objeto de trabalho privilegiado - somam-se de cerca de outros cinquenta acervos relacionados ao partido, entre acervos pessoais, institucionais e coleções, de dimensões e graus de fragmentação muito variados. De modo geral, tais acervos incluem arquivos de instituições com as quais o PT manteve relação ao longo de sua trajetória, arquivos pessoais de dirigentes e militantes que integram ou integraram o partido, além de coleções recebidas como doação ou constituídas pelo próprio Centro. Desse modo, o acervo retrata momentos marcantes do PT, da história do país e também de outros partidos de esquerda e de movimentos sociais existentes não somente no Brasil como em outros países, sobretudo da Europa e América Latina.

Traduzido em números, o acervo sob guarda do CSBH - incluindo os dois acervos sob custódia do AEL - reúne cerca de 110 metros lineares de documentação textual (equivalente a mais de 900 caixas-arquivo), 300 adesivos, 1.970 cartazes, 8.040 fotogramas em folhas de contato fotográfico, 745 diapositivos, 21.450 fotografias, 24.030 negativos, 1.450 fitas audiomagnéticas, 1.410 registros audiovisuais em diferentes formatos, 80 bandeiras e faixas, 1.000 broches, 200 camisetas, além de outros materiais como brindes de campanha, bolsas, discos de vinil, bonés e chaveiros, por exemplo. Uma visão detalhada do conteúdo de cada um dos mais de 50 conjuntos documentais nos quais esse material encontra-se distribuído pode ser encontrado em nosso Guia de Acervo, publicado em 2009 (C.f. Menegozzo et al, 2009).

Considerações finais

Na FPA, e no CSBH em particular, esperamos dar continuidade ao trabalho de organização dos arquivos do PT, de registro de depoimentos de suas lideranças, de produção editorial e também de levantamento e análise da bibliografia dedicada ao PT. Isto, articulado ao esforço permanente de extrair dessas experiências reflexões que possam contribuir para o aprimoramento dos instrumentos técnicos e das referências teórico-metodológicas hoje consagradas no campo das Ciências da Informação como um todo, e da Arquivologia em particular - sobretudo no que se refere ao rigoroso processamento de acervos produzidos nas adversas condições dos embates políticos.

Nosso intuito, aqui, foi o de um breve resumo das origens, desenvolvimento e resultados de algumas de nossas iniciativas. Convidamos a todos os interessados, pesquisadores, militantes e o público em geral - brasileiros ou estrangeiros - a conhecer em maior detalhe os nossos acervos e nosso trabalho, esperando com isso contribuir para um melhor entendimento do PT, da sociedade brasileira, das lutas dos trabalhadores e do cenário atual e futuro de nosso continente. Isso, na perspectiva de realização da missão que orienta nosso trabalho na FPA, qual seja, a ampliação e o aprofundamento da democracia.

Referências Bibliográficas

- [MERCADANTE, A. (Org.)]. *Centro de documentação da Fundação Wilson Pinheiro*. São Paulo, [1982]. 6 p. Localização: Fundo Fundação Wilson Pinheiro/ Acervo CSBH.
- AZEVEDO, R.; MAUÉS, F. (Orgs.). *Rememória: entrevistas sobre o Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.
- BRASIL. Arquivo Nacional. *Memórias Reveladas: Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985)*. Brasília, 2010c. Disponível em: <www.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em 30 ago. 2012.
- DECKES, F. *Radiografia do terrorismo no Brasil: 1966/1980*. São Paulo: Ícone, 1985.
- FERREIRA, M D; FORTES, A. (Org.). *Muitos caminhos, uma estrela: memórias de militantes do PT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. v. 1.
- FIGUEIREDO, L. *Olho por olho: os livros proibidos da ditadura*. São Paulo: Record, 2009.
- FORTES, A. "O Partido dos Trabalhadores na voz de seus fundadores: memória oral, memória coletiva e institucionalização". *Perseu: História, Memória e Política*. São Paulo, a. 1, n. 1, dez. 2007, pp. 13-35. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/P1_Alexandre%20Fortes.pdf>. Acesso em 30 ago. 2012.
- FRAGOSO, H. *Advocacia da liberdade: a defesa nos processos políticos*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Centro Sérgio Buarque de Holanda. *Perseu: História, Memória e Política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Centro Sérgio Buarque de Holanda. *PT 30 anos: Cartazes*. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/pt-30-anos-cartazes>>. Acesso em 30 ago. 2010.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Projeto Memória e História. Partido dos Trabalhadores: Trajetórias - das origens a vitória de Lula*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Projeto Memória e História. Partido dos Trabalhadores: Trajetórias*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- GADOTTI, M.; PEREIRA, O. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.
- GARCIA, M. A. *Projeto de criação de um Núcleo de Documentação e Pesquisa*. [São Paulo?], [1982?]. 7 p. Localização: Fundo Fundação Wilson Pinheiro/ Acervo CSBH.
- KECK, M. E. *A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.
- KUCINSKI, B. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: EDUSP, 2003.
- MEMÓRIA. *Linha Direta*, São Paulo, n. 28, p. 8, 14-21 dez. 1991.
- MENEGOZZO, C H M (Org.). *Instrumentos de pesquisa: Fundo Partido dos Trabalhadores/Grupo Disputa Eleitoral (1989-1998)*. São Paulo, 2010.
- _____. "Partido dos Trabalhadores: bibliografia comentada (1979-1988)". *Perseu: História, Memória e Política*, v. 1, pp. 69-89, dez. 2007. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/sites/default/files/P1_Carlos%20H%20Menegozzo.pdf>. Acesso em 30 ago. 2012.
- _____. "Partido dos Trabalhadores: fontes arquivísticas e bibliográfica". *Observatório Latinoamericano*. Argentina: Instituto de Estudios de America Latina y Caribe/Universidad de Buenos Aires, n. 10, pp. 115-134, fev. 2013.
- _____. *Arquivos da política: delimitação de um campo arquivístico mediante pesquisa histórica e análise bibliográfica*. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) - Universidade de São Paulo, 2009.
- _____. *Partido dos Trabalhadores: bibliografia comentada, livros (1989-1992)*. *Perseu: História, Memória e Política*, v. 2, pp. 293-324, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/P2R-CarlosMenegozzo.pdf>>. Acesso em 8 mai. 2013.
- _____. *Partido dos Trabalhadores: bibliografia comentada, livros (1993-1996)*. *Perseu: história, memória e política*, v. 3, pp. 223-257, mai. 2009. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/7-RepertorioP3.pdf>>. Acesso em 8 mai. 2012.
- MENEGOZZO, C. H. M.; MACIEL, A. F.; SILVA, P R. *Partido dos Trabalhadores: bibliografia comentada, livros (2001-2002)*. *Perseu: História, Memória e Política*, v. 6, pp. 225-255, abr. 2011.
- MENEGOZZO, C. H. M.; MACIEL, A. F.; SILVA, P. R.; RAMIRES, M. F.; GÓES, W. L. *Centro Sérgio Buarque de Holanda: Guia de Acervo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. 248 p. Disponível em: <www.fpabramo.org.br/uploads/guia_CSBH.pdf>. Acesso em 30 ago. 2012.
- MENEGOZZO, C. H. M.; SILVA, P. R. "Partido dos Trabalhadores: bibliografia comentada, livros (1997-1999)". *Perseu: História, Memória e Política*, v. 4, pp. 187-216, dez. 2009.

_____ *Arquivos do PT: manual prático de tratamento*. São Paulo: Centro Sérgio Buarque de Holanda/Fundação Perseu Abramo, 2010.

MENEGOZZO, C. H. M.; SILVA, P. R.; MACIEL, A. F. *“Partido dos Trabalhadores: bibliografia comentada, livros (2000)”*. Perseu: História, Memória e Política, v. 5, pp. 217-234, jun. 2010.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Secretaria Nacional de Formação Política; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Projeto Memória e História (Orgs.). *Resoluções de encontros e congressos (1978-1998)*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

POMAR, P. E. R. *Massacre na Lapa: como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB - São Paulo, 1976*. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2006.

POMAR, V. *“Que partido é esse?: o enigma petista em letra de fôrma”*. *Teoria e Debate*, a. 4, n. 9, jan./mar. 1990.

SUÁREZ ASENSIO, I. J. *Centro de Informação e Documentação do PT*. São Paulo, 1982. 7 p. Localização: Fundo Fundação Wilson Pinheiro/Acervo CSBH.

**3º Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos
- Direito à Memória e à Verdade”**

Rio de Janeiro - Brasil

16 a 20 de setembro de 2013

PROGRAMAÇÃO

16/09/2013

Segunda-feira

8h

Início do credenciamento e entrega dos materiais

9h às 10h

Abertura

CUT Nacional / CUT RJ / Arquivo Nacional

10h às 12h

**Homenagem à Confederação Operária Brasileira (COB) no centenário do seu 2º congresso:
1913 - 2013**

Coordenação: Inez Stampa: Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) -
Memórias Reveladas - Arquivo Nacional (MR/AN) e PUC-Rio - Rio de Janeiro - Brasil

- Michael Hall - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) - Campinas - Brasil
- Beatriz Kushnir - Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) - Rio de Janeiro - Brasil

12h às 14h

Almoço

14h às 17h

Mesa Redonda: COB: A militância, a organização sindical e a repressão

Coordenação: Antonio Thomaz Junior - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
(Unesp) - Presidente Prudente - Brasil

- Claudio Batalha - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) - Campinas Brasil
- Marcelo Badaró Mattos - Universidade Federal Fluminense (UFF) - Niterói - Brasil
- Beatriz Loner - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - Santa Maria - Brasil

17/09/2013 -

Terça-feira

9h às 12h / 14h às 17h

Minicursos

• **Implantação de centros de documentação: noções básicas voltadas para movimentos
sociais** - Ana Célia Navarro de Andrade - Centro de Documentação e Informação Científica
“Professor Casemiro dos Reis Filho” (Cedic/PUC-SP) - São Paulo - Brasil

• **A pesquisa em arquivos** - Vitor Manoel Marques da Fonseca - Arquivo Nacional (AN) - Rio de
Janeiro - Brasil

18h

Exibição do vídeo “A charge no sindicalismo”. Produção: TVT, duração 20m.

18h30minh

Saudações

- Jaime Antunes da Silva - Diretor-Geral do Arquivo Nacional do Brasil (AN)
- Vagner Freitas - Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

19h

Conferência Magna - Direito à memória e à verdade

- Rosa Maria Cardoso da Cunha - coordenadora da Comissão Nacional da Verdade do Brasil (CNV) - Rio de Janeiro - Brasil

18/09/2013

Quarta-feira

09h às 12h

Mesa Redonda: Trabalho atípico, arquivos e memória

Coordenação: Marco Aurelio Santana - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio de Janeiro - Brasil

- Ana Maria Camargo - Universidade de São Paulo (USP) - São Paulo - Brasil
- Luiz Antonio Machado da Silva - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - Rio de Janeiro - Brasil

12h às 14h

Almoço

14h às 17h

Mesa Redonda: Arquivos/ memórias dos trabalhadores e repressão

Coordenação: Leonilde Servolo de Medeiros - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - Rio de Janeiro - Brasil

- Moacir Palmeira - Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio de Janeiro - Brasil
- Tiago Bernardon de Oliveira - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) - Guarabira - Brasil
- Mariana Nazar - Archivo General de La Nación - Buenos Aires - Argentina

18h

Apresentação da peça teatral “Maria sou eu” - com o Grupo Por Volta de Logo Depois; Texto: Alessandra San Martin; Diretor Convidado: João Nalão

19/09/2012

Quinta-feira

9h às 12h

Mesa Redonda: Arquivos sindicais e dos movimentos sociais: as experiências internacionais

Coordenação: Eline Pessanha - Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Amorj/UFRJ) - Rio de Janeiro - Brasil

- Rodolfo Porrini - Universidad de la República - Montevideu - Uruguai
- Marco Scavino - Università di Torino - Turim - Itália
- Elvira Concheiro Bórquez - Centro de Estudios del Movimiento Obrero y Socialista e Universidad Nacional Autónoma de México (Unam) - Cidade do México - México

14h às 18h

Sessão de Comunicações I - Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo

(Miniauditório bloco C)

Coordenação: Tatiani Carmona Regos - Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (Cedoc/CUT) - São Paulo - Brasil

Sessão de Comunicações II - Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo (Auditório principal)

Coordenação: Débora Lerrer - Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) - Rio de Janeiro - Brasil

Sessão de Comunicações III - Ditadura e repressão aos trabalhadores da cidade e do campo (sala 204 Bloco E)

Coordenação: Dayane Garcia - Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical "Florestan Fernandes" - (Cemosi/Unesp) - Presidente Prudente - Brasil

Sessão de Comunicações IV - Direito à memória e à verdade (Salão nobre, Prédio P)

Coordenação: Vicente Rodrigues - Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas - Arquivo Nacional (MR/AN) - Rio de Janeiro - Brasil

20/09/2012

Sexta-feira

9h às 12h

Mesa Redonda: Fontes alternativas de preservação da memória

Coordenação: Rita de Cássia Mendes Pereira - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) - Vitória da Conquista - Brasil

- Michel Marie Le Ven - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Ribeirão das Neves - Brasil
- Cosette de Castro - Universidade Católica de Brasília (UCB) - Brasília - Brasil
- Célia Maria Corsino - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) - Brasília - Brasil

12h às 14h

Almoço

14h às 17h

Mesa Redonda: Desafios da preservação digital

Coordenação: Cláudia Lacombe Rocha - Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos - Arquivo Nacional (Conarq/AN) - Rio de Janeiro - Brasil

- Augusto César Lunasco Cusi - Museo Nacional de Etnografía y Folklore - La Paz - Bolívia e International Institute of Social History (IISH)
- Vanderlei Batista dos Santos - Câmara dos Deputados - Brasília - Brasil
- Ricardo Medeiros Pimenta - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) - Rio de Janeiro - Brasil

17h às 18h

Plenária Final: Relatório dos coordenadores de mesas, recomendações e moções

Coordenação: Comissão Organizadora

Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Amorj/UFRJ

Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT - Cedoc/CUT

Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas - MR/AN

Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes” da
Universidade Estadual Paulista - Unesp/Cemosi
Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual da Sudoeste da Bahia -
LHIST/Uesb
Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas
no Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ

18h

Encerramento

**3º Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos
- Direito à Memória e à Verdade”
Rio de Janeiro - Brasil
16 a 20 de setembro de 2013**

Promoção

Arquivo Nacional

Central Única dos Trabalhadores - CUT

Organização

Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Amorj/UFRJ

Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT - Cedoc/CUT

Centro de Referência Memórias Reveladas - Arquivo Nacional - MR/NA

Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes” -

Universidade Estadual Paulista - Unesp/Cemosi

Laboratório de História Social do Trabalho - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - LHIST/Uesb

Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ

Apoio

Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Cedic/PUC-SP

Departamento de Serviço Social - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - DSS/PUC-Rio

International Institute of Social History - IISH

Programa de Apoio do Desenvolvimento de Arquivos Ibero-americanos - Programa Adai

Comissão Organizadora

Antonio José Marques

Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT - Cedoc/CUT

Antonio Thomaz Junior e Dayane Garcia

Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes” -

Universidade Estadual Paulista - Unesp/Cemosi

Elina Pessanha e Marco Aurélio Santana

Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Amorj/UFRJ

Inez Terezinha Stampa e Vicente Arruda Câmara Rodrigues

Centro de Referência Memória Reveladas - Arquivo Nacional - MR/AN

Leonilde Servolo de Medeiros

Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas
no Campo - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ

Rita de Cássia Mendes Pereira

Laboratório de História Social do Trabalho - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia -
LHIST/Uesb

Direção Executiva Nacional - CUT Brasil

Gestão 2012-2015

Presidente

Vagner Freitas de Moraes

Vice-Presidenta

Carmen Helena Ferreira Foro

Secretário-Geral

Sérgio Nobre

Secretária-Geral Adjunta

Maria Aparecida Faria

Secretário de Administração e Finanças

Quintino Marques Severo

Secretário-Adjunto de Administração e Finanças

Aparecido Donizeti da Silva

Secretário de Relações Internacionais

Antônio de Lisboa Amâncio Vale

Secretário-Adjunto de Relações Internacionais

João Antônio Felício

Secretária de Combate ao Racismo

Maria Júlia Reis Nogueira

Secretária de Comunicação

Rosane Bertotti

Secretário de Formação

José Celestino Lourenço (Tino)

Secretário-Adjunto de Formação

Admirson Medeiros Ferro Júnior (Greg)

Secretário de Juventude

Alfredo Santana Santos Júnior

Secretário de Meio Ambiente

Jasseir Alves Fernandes

Secretária da Mulher Trabalhadora

Rosane Silva

Secretário de Organização

Jacy Afonso de Melo

Secretário-Adjunto de Organização

Valeir Ertle

Secretário de Políticas Sociais

Expedito Solaney Pereira de Magalhães

Secretária de Relações do Trabalho

Maria das Graças Costa

Secretário-Adjunto de Relações do Trabalho

Pedro Armengol de Souza

Secretária de Saúde do Trabalhador

Junéia Martins Batista

Secretário-Adjunto de Saúde do Trabalhador

Eduardo Guterra

Diretoras e Diretores Executivos

Daniel Gaio

Elisângela dos Santos Araújo

Jandyra Uehara

Júlio Turra Filho

Rogério Pantoja

Roni Barbosa

Rosana Sousa Fernandes

Shakespeare Martins de Jesus

Vítor Carvalho

Conselho Fiscal

Antonio Guntzel

Dulce Rodrigues Sena Mendonça

Manoel Messias Vale

Suplentes

Raimunda Audinete de Araújo

Severino Nascimento (Faustão)

Simone Soares Lopes

Promoção



Apoio

